



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
A Construção Coletiva da Identidade do *Campus* Guanambi

Guanambi/BA
2016

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
A Construção Coletiva da Identidade do *Campus* Guanambi

Projeto aprovado pela Resolução N° 67/2016 – CONSUP/IF Baiano, de 30/11/2016.

Guanambi/ BA
2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA
Marcelo Machado Feres

REITOR DO IF BAIANO
Geovane Barbosa do Nascimento

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Rita Vieira Garcia

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Camila Lima Santana e Santana

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
Delfran Batista dos Santos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Alisson Jadavi Pereira da Silva

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
José Virolli Chaves

DIRETOR GERAL DO CAMPUS GUANAMBI
Roberto Carlos Santana Lima

DIRETOR ACADÊMICO
Nivaldo Moreira Carvalho

COORDENADOR DE ENSINO
Evaniton Moura Aves

Comissão de Articulação e Elaboração do Projeto Político Pedagógico-PPP

Campus Guanambi

Portaria nº 38 de 03 de maio de 2016

Ana Patrícia Bezerra dos SantosTécnica em Assuntos Educacionais
Carlito José de Barros FilhoPedagogo
Eloide Santana Rocha.....Técnica em Assuntos Educacionais
Floriatan dos Santos Costa Representante dos Discentes
Iury Lanno Batista Oliveira Representante dos Discentes
Joice Karine Fernandes Silva PereiraRepresentante dos Docentes
Judácia da Silva Pimentel CarvalhoTécnica em Assuntos Educacionais
Lindomar Santana Aranha PereiraTécnica em Assuntos Educacionais
Leila Miranda Pereira Rocha.....Técnica em Assuntos Educacionais
Maria do Carmo Neves CardosoTécnica em Assuntos Educacionais
Mayana Abreu Pereira.....Técnica em Assuntos Educacionais
Marly Eva Pereira Bernardo Lima Representante de pais
Neurisângela Maurício dos Santos Miranda.....Técnica em Assuntos Educacionais
Thiago Soares Fernandes Analista de Sistemas
Mirian Alves PereiraAssistente de Alunos

Colaboração

Sérgio Luiz Rodrigues Donato.....Docente

“Evidentemente todo projeto inclui o novo, o diferente, possuindo, em seu íntimo, por um lado certa dose de crítica ao presente, por outro, certa dose de utopia a ser alcançada. (...) Projeto requer dois sentimentos: paciência e persistência(...).”

(Paulo Afonso Caruso Ronca).

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Cursos ofertados no *campus* Guanambi por modalidade
- Quadro 2** - Matrícula no *campus* Guanambi ano /semestre letivo 2015.2
- Quadro 3** - Área dos gabinetes localizados no prédio administrativo I
- Quadro 4** - Área dos gabinetes localizados no prédio administrativo II
- Quadro 5** - Área dos gabinetes localizados no pavilhão de aula I
- Quadro 6** - Dimensões dos gabinetes para docentes
- Quadro 7** - Dimensões das salas de aula existentes no *campus*
- Quadro 8** - Tipos e quantitativo de jogos presentes no centro de convivência
- Quadro 9** - Tipos e quantitativos de estruturas esportivas do *campus*
- Quadro 10** - Dimensões dos compartimentos pertencentes ao refeitório do *campus*
- Quadro 11** - Setores de criação de animais e as respectivas áreas
- Quadro 12** - Laboratórios disponíveis no *campus* Guanambi
- QUADRO 13** - Recursos tecnológicos e audiovisuais pertencentes ao patrimônio do *campus*
- QUADRO 14** - Quantitativo de servidores Técnico Administrativo em Educação por categoria funcional no *campus* Guanambi
- QUADRO 15** - Corpo técnico-administrativo do IF Baiano *campus* Guanambi
- QUADRO 16** - Corpo docente do IF Baiano *campus* Guanambi
- QUADRO 17** - Sistematização das dimensões do processo avaliativo do *campus* Guanambi

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Território de Identidade Sertão Produtivo

Figura 2 - Organograma do *Campus* Guanambi

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação numérica do acervo geral da biblioteca do IF Baiano *campus* Guanambi

Tabela 2 - Acervo de livros conforme áreas de conhecimento CAPES/CNPQ da Biblioteca do IF Baiano *campus* Guanambi

Tabela 3 - Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por classe no *campus* Guanambi

Tabela 4 - Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por titulação do *campus* Guanambi

Tabela 5 - Quantitativo e percentual do corpo docente por titulação do *campus* Guanambi

Tabela 6 - Quantitativo e percentual de docentes por regime de trabalho

Tabela 07 - Fluxo escolar do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 08 - Fluxo escolar do curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 09 - Fluxo escolar do curso Técnico em Agricultura subsequente ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 10 - Fluxo escolar do curso Técnico em Zootecnia subsequente ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 11 - Fluxo escolar do curso Superior de Engenharia Agrônômica do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 12 - Fluxo escolar do curso Superior de Licenciatura em Química do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 13 - Fluxo escolar do curso Superior de Tecnologia em Agroindústria do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 14 - Fluxo escolar do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IF Baiano *campus* Guanambi no Período 2010-2015

Tabela 15 - Fluxo escolar do curso Técnico Em Informática Integrado ao Ensino Médio
– Modalidade PROEJA do IF Baiano campus Guanambi no período 2010-2015

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Taxas do fluxo escolar nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Gráfico 02 - Taxas do fluxo escolar nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Gráfico 03 - Taxas do fluxo escolar nos cursos Superiores do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Gráfico 04 - Taxas do fluxo escolar no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA no período 2010-2015

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. PERFIL INSTITUCIONAL	17
2.1 Dados Institucionais	17
2.2 Contexto Sócio - Histórico e Identidade Institucional.....	18
2.3 O Campus Guanambi na Região do Sertão Produtivo: Implicações no Desenvolvimento Local e Regional	19
2.4 Missão (Função Social)	21
2.5 Visão	22
2.6 Valores.....	22
2.7 Áreas de formação e Cursos Oferecidos	23
3. OBJETIVOS	30
3.1 Objetivo Geral.....	31
3.2 Objetivos Específicos	31
4. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL.....	32
4.1 Infraestrutura física e material	32
4.2 Estrutura Organizacional	49
4.3 Recursos Humanos	52
4.3.1 Corpo Administrativo	52
4.3.2 Corpo Docente	63
4.4 Indicadores de acesso e fluxo escolar	73
4.5 A Relação Campus - Comunidade	81
5. PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO CAMPUS.....	82
5.1 CONCEPÇÃO DE SER HUMANO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO	82
CONCEPÇÃO DE SER HUMANO	82
CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	83
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	84
5.2 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	85
5.2.1 Formação Humana: diversidade, inclusão e cidadania.....	86
5.2.2 Concepção de Educação e a sua relação com o mundo do trabalho.....	87

5.2.3	Concepção de Ciência e Tecnologia	88
5.3	A DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO DA GESTÃO	89
5.4	DIRETRIZES DE ENSINO	91
5.4.1	A Educação Profissional Técnica de Nível Médio	91
5.4.2	A Educação Profissional Técnica Integrada à Educação de Jovens e Adultos	95
5.4.3	A Educação Superior.....	97
5.4.4	A Educação à Distância.....	102
5.5	CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO	105
5.5.1	Currículo Integrado: Desafios e Possibilidades	112
5.5.1.1	Fundamentos e Princípios do Currículo Integrado	113
5.5.2	A pesquisa como princípio pedagógico.....	115
5.5.3	Interdisciplinaridade	116
5.5.4	Os Projetos Integradores	117
5.5.5	A indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão	119
6.	DIRETRIZES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA	121
6.1	O Planejamento Pedagógico	122
6.2	As Metodologias de Ensino	125
6.3	Relação Docente X discente.....	127
6.4	A Avaliação da Aprendizagem.....	128
6.5	A Prática profissional.....	131
6.5.1	O Estágio Supervisionado.....	132
7.	POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS.....	134
7.1	POLÍTICA DE QUALIDADE DE ENSINO	134
7.2	POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES.....	135
7.2.1	– Programa De Nivelamento	136
7.2.2	– Programa De Monitorias	137
7.2.3	Programas De Tutoria Acadêmica	137
7.2.4	Núcleo De Apoio Ao Processo De Ensino Aprendizagem Permanência E Êxito De Educando.....	138
7.3	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	138
7.4	POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO	140

7.4.1 NÚCLEO DE ATENDIMENTO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE).....	144
7.4.2. NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI).....	145
7.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	146
7.6 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES ...	148
7.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	150
7.8 POLÍTICA DE PESQUISA.....	152
7.9 ALGUMAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI	155
8. AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	162
8.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) DO CAMPUS	163
8.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – CAMPUS GUANAMBI	165
9. REFERÊNCIAS.....	168

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se referência norteadora de todos os âmbitos das práticas acadêmicas da instituição.

Para Vasconcelos, o Projeto Político Pedagógico

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. (Vasconcelos, 2002:169)

O PPP é, portanto, um documento mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. Ainda se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

O *Campus* Guanambi entende que o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de textos, planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Através do PPP a instituição educativa revela a sua finalidade, assim como a concepção de sociedade na qual deseja intervir e o tipo de formação a que se pretende em seu cotidiano pedagógico. Portanto, o documento busca estabelecer os referenciais balizadores das práticas educativas, que são de natureza política e pedagógica, traduzindo ainda as concepções de ser humano, educação, currículo, planejamento e avaliação praticados pela instituição.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico: A Construção Coletiva da Identidade do *Campus* Guanambi, reúne os pressupostos filosóficos e técnico metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do *Campus*, bem como a organização didático pedagógica da instituição.

A construção deste documento referencia-se na Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação brasileira, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14); nas diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-IFBAIANO, dentre outras legislações e diretrizes educacionais vigentes no país.

Veiga (1998), aponta três movimentos básicos no processo de construção do PPP denominados: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional. Nesse sentido, o presente documento está organizado em três partes, as quais se subdividem em seções e subseções. Na primeira parte que se refere ao Ato Situacional, é feita a descrição da realidade na qual se desenvolve a ação político-pedagógica da Instituição, além da caracterização institucional através da descrição sucinta do histórico da instituição, inserção regional e perfil institucional. A segunda parte diz respeito ao Ato Conceitual, na qual são apresentadas as Concepções, Princípios Filosóficos e Fundamentos que norteiam as práticas acadêmicas do *campus* - concepções de sociedade, trabalho, educação, currículo e avaliação adotadas para a formação do sujeito e a construção da sociedade desejada. A última parte se refere ao Ato Operacional em que se delinea a proposta de atuação, fundamentada em estratégias, metodologias e ações pedagógicas voltadas às definições assumidas para atingir os objetivos propostos. Trata-se da configuração político-pedagógica em que são abordadas as diretrizes para a práxis pedagógica, as políticas e ações institucionais, assim como o processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Ademais, o IF Baiano *Campus* Guanambi ao construir seu Projeto Político Pedagógico corrobora o compromisso com uma educação pública, gratuita, inclusiva e com qualidade socialmente referenciada, buscando engajar-se no esforço nacional

de tornar a educação profissional técnica/tecnológica uma ferramenta para a construção de uma nação que tenha em seu projeto, o compromisso com o desenvolvimento social igualitário, sustentável e justo.

ATO SITUACIONAL

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Dados Institucionais

NOME:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Guanambi

SIGLA:

IF Baiano/*Campus Guanambi*

CNPJ:

107249030004-11

ENDEREÇO:

Zona Rural - Distrito de Ceraíma, Guanambi – BA – CEP: 46430-000

TELEFONES:

(77) 3493-2100 / 3493-2101 / 3493-2105 / 3493-2106 / 3493-2108

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:

www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

gabinete@guanambi.ifbaiano.edu.br

2.2 Contexto Sócio - Histórico e Identidade Institucional

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano -IF BAIANO/ *Campus Guanambi* é uma Instituição pública, gratuita e democrática, dotada de autonomia administrativa e pedagógica, mantida pelo Governo Federal, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sua trajetória histórica iniciada em julho de 1993 como Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, criada por meio da Lei nº 8.670/93 D.O.U de 01 de julho de 1993 e autorizada pela Lei nº 8.731/93, D.O.U de 17 de novembro de 1993, quando suas atividades administrativas foram iniciadas. As atividades pedagógicas tiveram início em fevereiro de 1995, com a oferta do curso Técnico em Agropecuária.

Em dezembro de 2008 foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, através da Lei Nº 11.892/2008, a partir da agregação/transformação de antigas instituições profissionais - 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas a universidades que deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Assim, a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira passou a ser o *Campus Guanambi*, pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano o qual se consolida como Instituição pluricurricular de Educação Superior, Básica e Profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

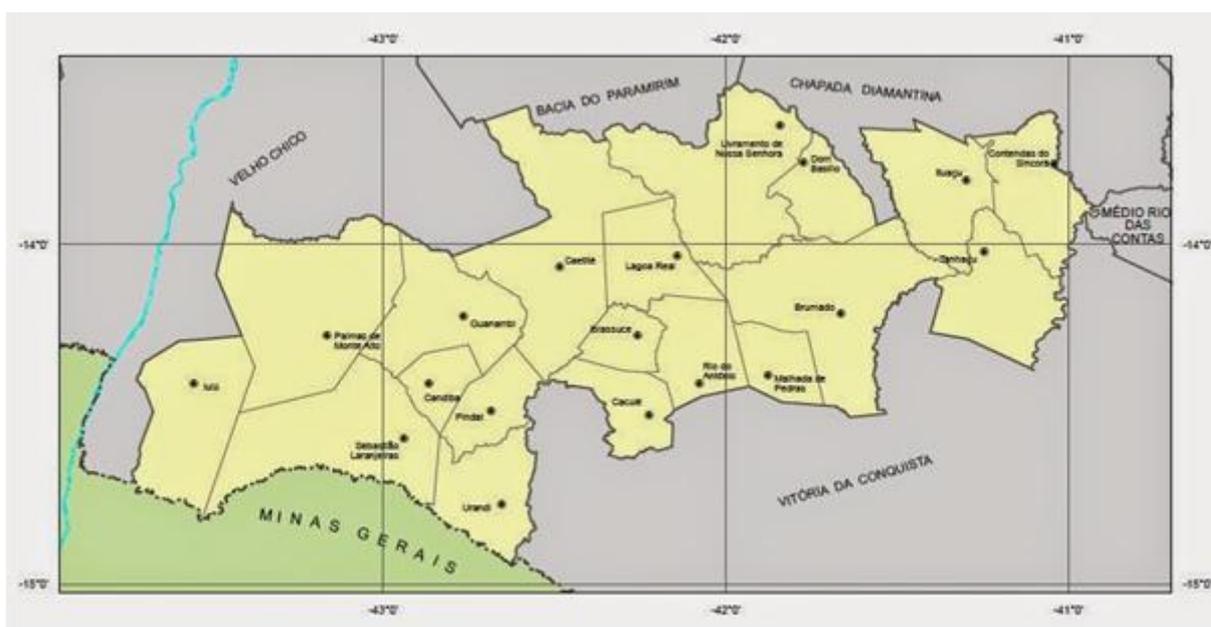
Eliezer Pacheco (2011, p.08), salienta que “os Institutos Federais são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. ”

Nessa perspectiva, o *Campus* Guanambi identifica-se como uma instituição inovadora e ousada, ancorada na conjugação de conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos, na articulação - trabalho, ciência e cultura - e que prima pelo desenvolvimento do trabalho numa perspectiva democrática e de justiça social.

2.3 O *Campus* Guanambi na Região do Sertão Produtivo: Implicações no Desenvolvimento Local e Regional

O IF Baiano – *campus* Guanambi está situado no Distrito de Ceraíma, zona rural do Município de Guanambi, o qual se localiza no Centro-Sul Baiano e pertence ao Sertão Produtivo, um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia.

FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO



Fonte: <http://mapadosertaoprodutivodabahia.blogspot.com.br/>

O Território de Identidade Sertão Produtivo abrange uma área de 23.550,85 Km², com uma população de 444.666 habitantes (IBGE/ 2010), que corresponde a 3,2% da população total do estado. É formado por 19 municípios (Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu,

luiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi) e compreende-se entre as regiões da Serra Geral e do Médio São Francisco.

De acordo com estatísticas da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, 90% da economia do Território Sertão Produtivo tem por base a agricultura familiar. Com uma população de 444.666 habitantes, o território tem mais de 45% destes, residentes no campo, de acordo os dados do IBGE em 2010.

Em relação às atividades econômicas, o Sertão Produtivo tem uma história de produção algodoeira que desenvolveu o comércio, especialmente no município de Guanambi. Atualmente, tem-se que a administração pública e o comércio varejista (Guanambi, Caetité e Livramento de Nossa Senhora) constituem-se os principais setores econômicos do TI segundo a RAIS. Apesar de o comércio varejista ter o maior número de estabelecimentos no TI, com aproximadamente 52%, é a administração pública que responde pela maior geração de emprego formal. A mineração é uma das principais atividades, com destaque para a produção de urânio em Caetité. Destaca-se ainda o grande potencial para a produção de energia eólica. No que tange ao setor agropecuário, destacam-se as produções de manga e maracujá, sorgo e a recuperação da lavoura do algodão.

O município de Guanambi está situado a 796 Km da capital. Com uma área de 1.272,367 Km², possui uma população estimada, em 2015, de 85.797 habitantes, sendo considerado o vigésimo mais populoso do estado e teve o PIB per capita registrado em 2013 de R\$ 10.129,21.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH/2010 é de 0,673, índice considerado médio de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Guanambi possui grande influência comercial sobre os municípios da região. A base da sua economia, a princípio, foi o cultivo e o beneficiamento do algodão. Este, produzido na região do Vale do luiu entre os anos 1980 e 1990, o qual proporcionou um grande desenvolvimento social e econômico para o município. Posteriormente o município viveu um período de estagnação econômica, mas nos últimos anos vem evoluindo e retomando o seu potencial econômico, mantendo uma economia

predominantemente agrícola. Atividades ligadas à pecuária, aos serviços, ao comércio e, sobretudo à energia e mineração também tem encontrado destaque. Atualmente tem direcionado investimentos e se destacado, ainda, nos setores de educação e saúde além do turismo e lazer representado pela Serra dos Montes Altos que vem mudando o mapa da economia local e regional.

No setor educacional, Guanambi conta com diversas escolas da Educação Básica, tanto públicas quanto particulares, uma universidade pública estadual e algumas faculdades privadas.

Este é o contexto em que o IF Baiano *campus* Guanambi está inserido, o qual assume uma das finalidades que é conferida aos Institutos Federais: atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania. Na condição de espaço privilegiado de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias, o *campus* tem se preocupado precipuamente com as exigências socioeconômicas, culturais e tecnológicas dos seus alunos, buscando uma integração com o sistema de produção e com o progresso do seu território de abrangência de forma sustentável.

A Instituição atende jovens oriundos do município de Guanambi e dos municípios circunvizinhos, da cidade e do campo, principalmente filhos de agricultores de baixa renda. Alguns desses jovens originam-se ainda de comunidades quilombolas e indígenas. O reconhecimento dessas comunidades quilombolas se deu após a decadência das atividades de garimpo e, posteriormente, algodoeira, momento em que se iniciava o reconhecimento de direitos quanto à liberdade, principalmente no entorno dos municípios de Caetité e Rio de Contas.

Cabe, ainda, ressaltar a presença local de instituições parceiras do IF Baiano como a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a Faculdade de Guanambi (FG), as escolas da Rede Municipal e Estadual de Ensino, dentre outras que estão preocupadas em responder aos desafios e incentivar as potencialidades do desenvolvimento regional.

2.4 Missão (Função Social)

Oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

2.5 Visão

Ser uma instituição de educação profissional e tecnológica de referência na Bahia, em todas as áreas e modalidades de oferta, sobretudo, no desenvolvimento e fortalecimento de tecnologias agrárias que contribuam para o crescimento socioeconômico e cultural da região e do estado.

2.6 Valores

- a) Excelência - pautada na eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão.
- b) Gestão democrática – pautada nos princípios de justiça, participação, corresponsabilidade, igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.
- c) Ética – pautada nos princípios de transparência, justiça social e responsabilidade com o bem público.
- d) Valorização dos servidores – pautada no reconhecimento de que o desempenho da instituição depende da valorização, do desenvolvimento pessoal e técnico, do bem-estar e da realização profissional de todos os servidores.
- e) Comprometimento – pautada no comprometimento dos servidores com o atendimento dos objetivos e da missão institucional.
- f) Compromisso social – pautado no reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.
- g) Sustentabilidade – pautada na responsabilidade social e ambiental.

2.7 Áreas de formação e Cursos Oferecidos

O IF Baiano – *Campus* Guanambi integra o sistema educacional deste município oferecendo educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, abrangendo também os municípios vizinhos. A educação ofertada no *campus* tem seu foco na formação e qualificação de cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, centrada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Em consonância com o disposto na Lei de criação dos Institutos Federais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o *Campus* oferta atualmente à Comunidade guanambiense e região cursos presenciais e a distância, sendo estes da Educação Básica (modalidade integrada e subsequente) e Educação Superior em nível de Graduação e Pós-Graduação (*Stricto Sensu*), conforme especificação no quadro a seguir:

QUADRO 1 - CURSOS OFERTADOS NO CAMPUS GUANAMBI POR MODALIDADE

Modalidade	Curso	Vagas ofertadas (ANUAL)	Eixo Tecnológico (MEC)	Turno de oferta
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Agropecuária	80	Recursos Naturais	Diurno
	Técnico em Agroindústria	40	Produção Alimentícia	Diurno
PROEJA	Técnico em Informática	40	Informação e Comunicação	Vespertino
Técnico Subsequente	Técnico em Agricultura	80	Recursos Naturais	Diurno
	Técnico em Zootecnia	80	Recursos Naturais	Diurno
Superior/ Bacharelado	Engenharia Agrônoma	40	-	Diurno
Superior/ Licenciatura	Licenciatura em Química	40	-	Noturno
Superior/	Tecnologia em	40	Produção	Diurno

Tecnologia	Agroindústria		Alimentícia	
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	30	Informação e Comunicação	Diurno
Pós-graduação <i>Stricto sensu</i>	Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido (MPPVS)	-	-	Diurno

Atualmente o *campus* possui um total de **1.330 alunos matriculados**, distribuídos da seguinte forma: **427** em cursos integrados, **283** em cursos subsequentes, **36** em curso na Modalidade PROEJA, **473** em cursos superiores de graduação **23** alunos no curso superior de pós-graduação *stricto sensu*, **39** em cursos do PRONATEC e **49** em cursos EAD, conforme especificação em tabela abaixo:

QUADRO 2 - MATRÍCULA NO CAMPUS GUANAMBI ANO/SEMESTRE LETIVO 2015.2

MODALIDADE	CURSO	QUANTIDADE
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Agropecuária	268
	Técnico em Agroindústria	159
PROEJA	Técnico em Informática	36
	Técnico em Agricultura	164
Técnico Subsequente	Técnico em Zootecnia	119
Superior/ Bacharelado	Engenharia Agrônômica	149
Superior/ Licenciatura	Licenciatura em Química	132
	Tecnologia em Agroindústria	103
Superior/ Tecnologia	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	89
Pós-graduação <i>Stricto sensu</i>	Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido (MPPVS)	23
EaD	Secretário Escolar	49
	Beneficiamento de frutas e hortaliças	19
PRONATEC (FIC)	Auxiliar administrativo	20

TOTAL	1.330
--------------	--------------

Fonte: Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA), 2016

OS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Atendendo ao que dispõe o Art. 7º, inciso I da Lei Nº 11.892/2008 que apresenta como um dos objetivos dos Institutos Federais: “ *ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos*”; e, considerando o que preconiza o Art. 8º desta mesma Lei quando diz que “ *no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender a este nível/ modalidade de ensino*”, o campus Guanambi oferta cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade presencial, nas formas *articulada integrada* e *subsequente* ao Médio, atendendo aos alunos que tenham concluído o Ensino Fundamental, ao público da Educação de Jovens e Adultos e aos egressos do Ensino Médio.

OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

Os cursos integrados com duração de 03 (três) anos visam proporcionar aos estudantes os conhecimentos, saberes e competências necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio - históricos e culturais.

O Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio é constituído de regime seriado, sem terminalidade, com matrícula única para o Ensino Médio e a Educação Profissional. Iniciado em fevereiro de 1995, possui uma só Matriz curricular e confere o Diploma de Técnico em Agropecuária aos seus concluintes. O foco deste curso é oferecer aos alunos oportunidades de desenvolverem as competências e habilidades fundamentais para o posicionamento crítico na sociedade e o bom desempenho no mundo do trabalho. São oferecidas 80 vagas anuais para o curso.

O Curso Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio começou a ser ofertado no *Campus* no ano 2008, com o objetivo de oferecer, além da formação integral dos estudantes, preparação para a atuação no mercado de alimentos, com o conhecimento técnico sobre o processamento de alimentos de origem animal e vegetal aliado ao desenvolvimento de competências de trabalho em equipe de forma criativa, ética, empreendedora e consciente. São oferecidas 40 vagas anuais.

O Curso Técnico Integrado em Informática na modalidade PROEJA é um curso que faz parte do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para jovens e adultos (maiores de 18 anos). Este curso que teve sua oferta iniciada no campus em julho do ano 2007, visa oportunizar aos estudantes que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, o acesso ao Ensino Médio integrado ao curso profissionalizante Técnico em Informática.

Está prevista a implantação do Curso **Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio**, no primeiro semestre do ano 2017, o qual se encontra passando pelos procedimentos legais de implantação.

OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

No que se refere aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidos na forma *subsequente*, o IF Baiano campus Guanambi atende aos alunos que já concluíram o Ensino Médio e que procuram oportunidades de qualificação e requalificação profissional em espaços de tempo reduzidos, ofertando os cursos técnicos em Agricultura e Zootecnia, os quais são desenvolvidos em 1 ano e meio. O objetivo principal destes cursos é a formação geral técnica e o preparo do discente para inserção imediata no mercado de trabalho.

O Curso Técnico em Agricultura subsequente ao Ensino Médio, implantado no ano 2001, compreende o estudo das tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas para a solução de problemas que se apresentam no campo. Está organizado em três módulos: O primeiro é básico sendo ministradas disciplinas como Planejamento e Projeto, Gestão, Informática, Construções Rurais,

dentre outras. No segundo e terceiro módulos, o aluno cursará componentes curriculares específicos da Agricultura.

O Curso Técnico em Zootecnia subsequente ao Ensino Médio, implantado no ano 2001, o curso habilita o profissional a elaborar, implantar, manejar e gerenciar projetos de exploração pecuária da propriedade, considerando as potencialidades e características locais, possibilitando as atualizações exigentes pelo mercado e a utilização racional dos recursos naturais sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida. Este curso também está organizado em três módulos, sendo o primeiro básico, o segundo e terceiro módulos, são voltados para a formação técnica específica em Zootecnia.

Vale ressaltar o nível de qualidade desses cursos ofertados pelo *campus*, o que tem feito desta instituição referência regional na oferta dessa etapa da educação básica. A boa infraestrutura e a qualificação dos profissionais são alguns dos fatores que contribuem para a qualidade do ensino ofertado.

O resultado do trabalho desenvolvido é explicitado através do alto índice de concorrência nos processos seletivos para ingresso de alunos realizados anualmente pelo *campus*, e por meio do bom desempenho dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e em concursos vestibulares diversos pelo país. Além disso, destaca-se o êxito profissional dos estudantes egressos do *campus*, tanto em aspectos gerais de profissionalização como na sua inserção no mercado de trabalho local e regional, bem como o êxito profissional do egresso.

OS CURSOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os cursos da Educação Superior passaram a ser oferecidos no *Campus* no ano 2010. Ofertados na forma presencial, atende a uma demanda de alunos advindos do ensino médio ou técnico. A forma de ingresso nestes cursos é através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), considerando o desempenho obtido no Exame Nacional do

Ensino Médio (ENEM) e editais especiais de vagas remanescentes. As vagas são disponibilizadas anualmente, com regime letivo semestral e aulas ministradas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Os cursos buscam suprir as necessidades de demandas dos municípios da região, contemplando a oferta de cursos, de licenciatura, bacharelado e tecnologia, em atendimento ao disposto no Art. 7º inciso VI, alíneas a, b e c da Lei Nº 11.892/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A oferta dos cursos superiores de **tecnologia** organiza-se em conformidade com as orientações normativas do conselho nacional de educação e com os referenciais curriculares do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNST), aprovado pela Portaria 10/2006. A oferta do curso de **licenciatura** organiza-se conforme orientação das diretrizes e dos referenciais curriculares nacionais para a formação de professores, assim como as regulamentações específicas para o curso de Licenciatura em Química. A oferta do curso superior de **engenharia** orienta-se pelas diretrizes e referenciais curriculares para os cursos de graduação em Engenharia Agrônômica.

O Curso superior de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, iniciado em 2010, objetiva formar profissionais, em nível superior, capazes de atuar no manejo sustentável dos recursos naturais, visando à produção agropecuária, podendo atuar de forma autônoma em empresa própria, prestando consultoria ou empresas particulares, órgãos governamentais. Com duração mínima de 4 anos e meio, o curso possui uma Carga Horária de 4.229 horas, distribuídas entre o Núcleo de Conteúdos Básicos, Núcleo de Conteúdos Profissionais Essenciais, Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos, Conteúdos Optativos, Estágios Curriculares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Curso Superior de Licenciatura em Química do Campus Guanambi teve seu início em março de 2010. Com duração mínima de 04 anos e Carga Horária total de 3.104 horas, este curso tem como finalidade formar profissionais para atuar na Educação Básica, em particular, os ensinos Fundamental, Médio e Médio Integrado,

bem como em cursos superiores e ainda atuar em laboratórios de indústrias químicas, farmacêuticas, alimentícias, de pesquisa e do setor químico. A Licenciatura em Química possui dimensões de natureza científico-cultural que envolve as disciplinas pedagógicas e específicas da área do curso, além de estágio supervisionado e atividades complementares.

O Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria, ofertado pelo IF Baiano-*Campus Guanambi* criado no ano 2010, tem por finalidade formar profissionais tecnólogos qualificados para atuar nos diversos segmentos da cadeia agroindustrial, habilitando-os a exercer atividades de planejamento, execução e controle da qualidade das etapas do processo de produção agroindustrial. Suas competências profissionais são fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética. Podendo este profissional, atuar em empresas de beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, podendo colaborar em estudos de implantação e desenvolvimento de projetos. Trata-se de um curso organizado em uma carga horária total de 2.620 horas cuja duração mínima é de 03 anos.

O curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, implantado no *Campus* no ano 2012 objetiva formar profissionais capazes de atuar na área de desenvolvimento de sistemas, podendo exercer atividades no campo da análise de sistemas, engenharia de software e gerência de projetos. Sua duração mínima é de 02 anos quando são integralizadas 2500 horas de curso.

Os cursos superiores de graduação ofertados pelo *Campus Guanambi* estão com seus atos autorizativos atualizados – devidamente autorizados e reconhecidos pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), condição necessária para a validade nacional dos diplomas emitidos pela instituição. Nos respectivos processos de avaliação, todos os cursos obtiveram conceito 4, na escala de 1 a 5, o que demonstra a sua qualidade acima da média.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Visando contribuir para a promoção do estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica e, imbuído de cumprir mais um dos objetivos dos Institutos Federais, o IF Baiano *campus* Guanambi no ano 2015 ampliou a sua oferta de cursos da educação superior, passando a investir na Pós-Graduação *stricto sensu* de mestrado, ofertando assim, o curso de mestrado profissional em Produção Vegetal no Semiárido.

O mestrado profissional em Produção Vegetal no Semiárido visa potencializar a qualificação de profissionais, conferindo competências para avaliação crítica, intervenção e resolução de problemas que limitam a produção vegetal no semiárido, bem como para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas a resolução destes problemas.

Credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o curso possui área de concentração em Produção Vegetal com duas linhas de pesquisa: Agricultura de Sequeiro e Agricultura Irrigada, com duração mínima de 12 (doze) meses e duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Buscando implementar Programa de Formação Inicial e Continuada, assim como ofertar cursos de Educação à Distância, metas 8 e 9 respectivamente, do Termo de Acordo de Metas e Compromissos Ministério da Educação/Institutos Federais, o *Campus* Guanambi, um dos polos de educação à distância do IF Baiano, ofertou no 1º semestre do ano 2015, na modalidade EaD, o Curso de Secretário Escolar no polo/extensão de Ibipitanga. E, relacionado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ofereceu os cursos: Assistente Administrativo e Operador de Processamento de frutas e hortaliças.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Ofertar educação pública, gratuita e de qualidade com vistas à formação humana e cidadã dos educandos, qualificando-os para o mundo do trabalho e assegurando aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

3.2 Objetivos Específicos

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma integrada, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;
- Ministrar, em nível de Educação Superior, cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura com vistas na formação de professores para atuarem na Educação Básica; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Fomentar a pesquisa como princípio educativo;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade local e regional;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades

da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

4. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

4.1 Infraestrutura física e material

O *Campus Guanambi* está instalado em um terreno de 1.700.000 m² (170 hectares). Possui, ainda, uma área agrícola de 530 hectares, denominada Estreito, localizada a 70 km da sede do município de Sebastião Laranjeiras, adquirida por meio de doação. A sua área construída é de aproximadamente 5.500 m² onde se encontram as instalações administrativas, as salas de aula, salas de coordenação, gabinetes de docentes, biblioteca, laboratórios, auditório, refeitório, alojamento, setor médico, salas de apoio pedagógico.

Gabinetes administrativos

Os gabinetes administrativos estão divididos em três pavilhões: Prédio Administrativo I, Prédio Administrativo II e algumas Coordenações e Secretarias estão sediadas no Pavilhão de Aula I. Pretende-se a realizar a adequação dos ambientes destinados à UTIC, uma vez que a localização dos servidores de rede e máquinas de backup é inadequada. A elaboração de um Prédio da UTIC está em vias de conclusão. Após a conclusão do referido Prédio, o Prédio Administrativo II e os Gabinetes localizados no Pavilhão de Aula I serão destinados à Administração Pedagógica do Campus. As áreas dos gabinetes são apresentadas nos quadros 3, 4 e 5.

QUADRO 3 - ÁREA DOS GABINETES LOCALIZADOS NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO I.

SALA	ÁREA (m²)
Diretoria Geral – Sala do Diretor	22,95
Diretoria Geral – Chefia de Gabinete	15,30
Diretoria Geral – Sala de Reuniões	43,10
Diretoria Administrativa	17,00
Diretoria Acadêmica	18,50
Diretoria Administrativa /Patrimônio	37,50
Coordenação de Pesquisa e de Extensão	24,75
Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas	25,20
Setor de Compras	18,50
Coordenação de Cursos	18,00
Sala de Arquivo	18,50
Sala de Telefonia	15,50
Copa	13,05
Hall de Recepção	52,90
TOTAL	340,75

QUADRO 4 - ÁREA DOS GABINETES LOCALIZADOS NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO II.

SALA	ÁREA (m²)
Núcleo de Gestão da Tecnologia e Informação (NGTI) – Sala dos Técnicos	21,60
NGTI– Sala da Coordenação	9,80
NGTI – Sala do Analista	21,60
NGTI – Datacenter (Sala do Servidor de Rede)	21,60
Coordenação de Assuntos Estudantis- CAE (Sala de atendimento)	21,10
CAE – Sala da Coordenação	21,60

Núcleo de Relações Institucionais - NRI	10,30
Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando -NAPEAPEE	21,60
Coordenação de Ensino – CE	21,10
CE – Sala de Reuniões	10,30
Setor de Psicologia	9,80
TOTAL	190,4

QUADRO 5 - ÁREA DOS GABINETES LOCALIZADOS NO PAVILHÃO DE AULA I.

SALA	ÁREA (m ²)
Sala do Pronatec /Mulheres Mil	21,10
Reprografia	21,10
Secretaria de Nível Médio	21,10
Secretaria de Nível Médio – Arquivo	21,10
Secretaria de Nível Superior	21,60
Coordenação de Nível Superior	21,60
TOTAL	127,4

Gabinetes Para docentes

Os gabinetes localizados no Pavilhão Central (o mesmo Pavilhão da Biblioteca) e no Pavilhão de Aula I são destinados para quatro Professores/gabinete. Os dois gabinetes localizados no Setor de Agricultura são utilizados por cinco Professores e o gabinete localizado no Setor de Mecanização é utilizado por um Professor. As dimensões dos referidos gabinetes são apresentadas no Quadro 5.

QUADRO 6 - DIMENSÕES DOS GABINETES PARA DOCENTES

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m ²)
Pavilhão central	01	5,0 x 4,4	22

	14	4,0 x 3,6	201,6
Setor de Agricultura	01	5,5 x 3,2	17,6
	01	6,5 x 3,2	20,8
Mecanização	01	3,5 x 3,5	12,25
Pavilhão de Aula I	01	4,0 x 5,0	20,0
TOTAL			294,25

Salas de aula

O *Campus* Guanambi dispõe de 33 (trinta e três) salas de aula disponíveis para os cursos ofertados. Cada uma das salas possui cadeiras com braço estofadas em bom estado de conservação e em número suficiente, mesa e cadeira para professor, Datashow e ar condicionado instalados, caixa de som e armário. A limpeza, iluminação, acústica e ventilação das salas se apresentam em condições satisfatórias.

O levantamento de salas de aula e as respectivas dimensões são apresentadas no Quadro 7

QUADRO 7 - DIMENSÕES DAS SALAS DE AULA EXISTENTES NO CAMPUS

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	(m2)
Salas de aulas	Pavilhão I	02	6,8 x 5,0	68
	Pavilhão II	06	9,0 x 5,0	270
	Pavilhão III	14	10,0 x 7,0	980
		01	7,8 x 5,0	39
	Agricultura	03	7,8 x 6,0	140,4
	Informática	01	7,0 x 5,2	36,4
		02	9,0 x 5,0	90
	Agroindústria	01	5,5 x 8,2	45,1
	Zootecnia	01	8,3 x 5,0	41,5
		01	8,0 x 5,0	40,0
Mecanização	01	8,0 x 6,4	51,2	

	TOTAL	1.801,6
--	-------	---------

Auditório

O Campus dispõe de um Auditório com área de 300 m² (10 x 30 m). Esse auditório apresenta-se subdimensionado para os atuais números de estudantes dos cursos Técnicos Integrados, Técnicos Profissionalizantes e Superiores.

Para adequação dessa necessidade de ampliação, pretende-se construir outro auditório, o qual está projetado em conjunto com o pavilhão de aula e gabinetes de professores.

Áreas de lazer

O Campus dispõe de um Centro de Convivência com 172m². Entretanto, esse espaço de entretenimento está subdimensionado para o atual número de estudantes atendidos nesta Instituição, fazendo-se necessário a construção de um novo Centro de Convivência com capacidade para instalação de novos jogos. Na situação atual, os jogos disponibilizados não estão instalados em espaços adequados ao bom uso, sendo impossível uma única turma de 30 estudantes fazer uso do espaço.

Dispõe, ainda, de duas mesas de ping-pong, entretanto, não há espaço para a adequada instalação das duas e a mesa instalada encontra-se em um espaço que não permite o desenvolvimento pleno da atividade (Quadro 8). Além disso, o centro não permite repouso, descanso e entretenimento durante o entre turnos. Muitos estudantes se juntam improvisadamente nas proximidades dos espaços de trabalho dos servidores (corredores), evidenciando a necessidade de um novo Centro de Convivência.

QUADRO 8 -TIPOS E QUANTITATIVO DE JOGOS PRESENTES NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Mesa de sinuca	03 (01 quebrada)
Tênis de mesa (ping-pong)	02

Mesa de Pinbolin (Totó)	02
-------------------------	----

Áreas de Esporte

O Campo de futebol (Quadro 9) está em perfeita condição de uso. Entretanto, existe a necessidade de instalação de refletores.

A Quadra Poliesportiva coberta está em perfeita condição de uso, entretanto, todos os anos são feitos reparos na cobertura, em virtude de danos causados pela alta velocidade do vento na região. Pretende-se ampliar essa quadra, construindo arquibancadas nas duas extremidades abertas, o que evitará os danos à cobertura. As outras duas quadras necessitam de reforma estrutural e pintura.

As demais estruturas existentes estão listadas no Quadro a seguir.

QUADRO 9 - TIPOS E QUANTITATIVOS DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m ²)
Campo de futebol	01	89,6 x 63,6	5.698,56
Quadra poliesportiva coberta	01	28,9 x 16,8	485,52
Quadra de futebol de salão	01	27,6 x 20,1	554,76
	01	40,0 x 19,9	796,0
Pista de atletismo	01	373,0 x 5,2	1939,6
Caixa de Salto a distância – em desuso	01	2,5 x 5,0	12,5
TOTAL			9.486,94

Área do refeitório

As dimensões do Refeitório e seus compartimentos são apresentados no quadro a seguir.

QUADRO 10 - DIMENSÕES DOS COMPARTIMENTOS PERTENCENTES AO

REFEITÓRIO DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m ²)
Saguão de refeição	01	24,0 x 15,0	360
Cozinha	01	18,3 x 12,0	219,6
Depósito de panelas	01	6,0 x 5,0	30,0
Área de descanso dos funcionários	01	6,0 x 3,0	18,0
Quintal	01	15,0 x 6,0	90,0
TOTAL			717,6

Áreas Agrícolas e de criação de animais

As áreas agrícolas do Campus compreendem: pastagens e área para fenação.

O Campus dispõe dos seguintes setores de criação de animais: Avicultura; Ovinocaprinocultura; Suinocultura; Bovinocultura; Apicultura. Além das áreas com infraestrutura instalada, tem-se os campos com plantação de capim (pastejo), palma forrageira e sorgo. As áreas desses setores estão discriminadas no quadro abaixo.

QUADRO 11 - SETORES DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS E AS RESPECTIVAS ÁREAS

DESCRIÇÃO	Área (ha)
Avicultura	1,0
Suinocultura	3,4
Ovinocaprinocultura	4,0
Bovinocultura	19,2
Pastagens	86,0
Apicultura	0,5
Área para fenação - Tifton	1,0
Área com plantação de Palma Forrageira	2,5
Setor de Agricultura	12,0

Projeto Irrigado do Estreito – área irrigada	17,0
Projeto Irrigado do Estreito – Projeto amanhã	504,0
TOTAL	650,6

A Biblioteca

A Biblioteca do Instituto Federal Baiano - Campus Guanambi tem por finalidade apoiar as atividades acadêmicas, nas funções de ministrar ensino, realizar pesquisas e desenvolver programas de extensão, contribuindo assim com o processo de ensino e aprendizagem.

A área da Biblioteca é de 250 m², da qual metade é ocupada pelos expositores de livros. A outra metade da área é destinada para trabalhos coletivos e individuais, não existindo espaços apropriados à realização desses trabalhos acadêmicos. Além disso, não existe espaço para leitura, o que dificulta a permanência dos estudantes no Campus. Está alocada em um pavilhão específico, articulada com 14 gabinetes de trabalho dos professores. O espaço físico conta com 01 terminal de consulta; 18 mesas; 20 cabines de estudo individuais; 92 Assentos; armários guarda-volumes, além de instalações com portais magnéticos antifurto; ambiente climatizado com condicionadores de ar; boa iluminação e saída de emergência. Dispõe, ainda, de um laboratório de pesquisa que possui 15 terminais em rede para realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Como a biblioteca está localizada no mesmo Pavilhão onde foram criados os gabinetes de professores, a proposta de ampliação é a destinação dos gabinetes de professores para a criação de salas de estudos coletivo e individual. O saguão central do Pavilhão será adaptado para o setor de empréstimo de livros da Biblioteca. Dessa forma, pretende-se adequar a Biblioteca às atuais necessidades do Campus.

No que se refere aos materiais informacionais adquiridos, estes seguem as exigências dos Projetos Pedagógicos dos Cursos dos Ensinos Superior e Médio oferecidos pela Instituição. Os materiais bibliográficos são adquiridos com a finalidade de suprir os programas de ensino dos cursos técnicos, e superiores conforme previsto em lei, bem como dar apoio aos programas de pesquisa, extensão e FICs.

Atualmente, o acervo da biblioteca conta com aproximadamente 12.896 exemplares, é constituído de documentos referentes às áreas de ciências humanas, biológicas e da saúde, exatas e tecnológica, sociais e aplicadas e agrárias, entre livros técnicos, didáticos e literários, obras de referência (dicionários e enciclopédias), periódicos gerais e especializados, folhetos, mapas, trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e trabalho de conclusão de curso) e multimeios (DVDs e CDs) disponíveis, para empréstimos domiciliar, aos usuários cadastrados e, para consulta, à comunidade externa.

TABELA 1 - REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA DO ACERVO GERAL DA BIBLIOTECA DO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI

	Títulos	Exemplares
Acervo geral -livros	3.309	12.733
Catálogos	3	16
Dissertações	10	16
DVD/ CD - ROM	34	38
Folhetos	6	13
Periódicos	1	5
TCC Graduação	57	66
Teses	9	9
Total	3.429	12.896

TABELA 2 - ACERVO DE LIVROS CONFORME ÁREAS DE CONHECIMENTO CAPES/CNPQ DA BIBLIOTECA DO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI

Áreas	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	475	2.847
Ciências Biológicas	95	640

Engenharias	136	705
Ciências da Saúde	66	246
Ciências Agrárias	535	1.789
Ciências Sociais e Aplicadas	277	902
Ciências Humanas	366	2.501
Linguística, Letras e Arte	908	3.005
Outros	501	2.176
Total	3.359	14.811

Os usuários têm livre acesso às estantes, o acervo é informatizado, contando com o software de gerenciamento de bibliotecas *Pergamum*, que permite consultas e serviços locais e *on-line*; acesso às bases de dados do Portal CAPES; acesso ao Regulamento da Biblioteca e as Normas da ABNT *on-line*. Largamente utilizado pela biblioteca e comunidade, o Sistema tem o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária dos seus usuários. Todos os servidores e discentes tem acesso à página da biblioteca e todo o seu conteúdo tanto de dentro da Instituição quanto de suas casas. Acesso - <http://pergamum.ifbaiano.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>

Laboratórios

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu Artigo 35, Inciso IV, diz: “É essencial a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”. As diretrizes curriculares nacionais recomendam a disponibilidade de laboratórios didáticos como infraestrutura necessária para a oferta dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, as atividades pedagógicas desenvolvidas nos cursos técnicos e superiores ofertados no *Campus Guanambi* são realizadas na perspectiva de

relacionar os estudos teóricos com a prática. Para tanto, estas não se restringem somente às Salas de Aula, estendem-se aos Laboratórios Didáticos e às Salas Ambientais das Unidades Educativas de Produção.

O Campus possui 16 laboratórios nas diversas áreas do conhecimento, além de laboratórios de campo, nos quais estão instalados experimentos com as culturas da Palma Forrageira, Mandioca, Banana, Girassol, milho e experimentos com instrumentação agrícola, a exemplo do Projeto de Desenvolvimento de tensiômetro multimedida e Desenvolvimento de um VANT.

Os laboratórios relacionados a seguir encontram-se disponíveis para uso geral de todos os cursos ofertados no Campus:

QUADRO 12 – LABORATÓRIOS DISPONÍVEIS NO CAMPUS GUANAMBI

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m ²)
Laboratório de Solos (Física, Fertilidade e Nutrição Mineral de Plantas)	01	15,4 x 10,4 + 3,8 x 3,2	172,32
Laboratório de Química Geral e Química Analítica	01	11,4 x 6,8	77,52
Laboratório de Físico-Química e Química do Solo	01	11,9 x 6,8	80,92
Laboratório de Água	01	11,0 x 6,8	74,8
Laboratório Fitopatologia e Fisiologia Vegetal	01	11,4 x 6,8	77,52
Laboratório de Biologia I	01	11,9 x 6,8	80,92
Laboratório de Biologia II	01	9,3 x 6,8	63,24
Laboratório de Entomologia Agrícola	01	15,2 x 6,8	103,36
Laboratório de Física	01	11,9 x 6,8	80,92
Laboratório de Nutrição Animal	01	11,50 x 6,8	78,2
Laboratório de Bromatologia	01	15,2 x 14,0	212,8

Vegetal			
Laboratório Informática I	01	11,0 x 7,5	82,5
Laboratório de Informática II	01	11,0 x 7,5	82,5
Laboratório de Informática III	01	9,3 x 6,8	63,24
Laboratório de Matemática	01	7,6 x 6,8	51,68
Sala de tratamento de água – Destilação e Osmose reversa	01	3,8 x 3,2	12,16
TOTAL	16	-	1.394,6

O Laboratório de Solos visa dar suporte ao desenvolvimento de aulas práticas, com capacidade de realizar análises químicas e físicas, além da interpretação destas, indicando a recomendação de adubação e calagem para diversas culturas. São realizadas análises de densidade do solo; porosidade (Macro e micro); análise granulométrica e classificação textural; curva de retenção de água; distribuição de tamanho de agregado; permeabilidade ao ar; conteúdo de água no solo; resistência do solo à penetração; densidade das partículas; quantificação da umidade (65°C e 105°C); capacidade de retenção de água (CRA); condutividade elétrica; teor de sais solúveis totais (TSST); nitrogênio (N-Total); nitrogênio inorgânico (N-NH₄ e N-NO₃), índice de salinidade, Capacidade de Troca de Cátions (CTC), Sólidos Voláteis; Determinação de Fósforo, potássio e sódio em plantas; Determinação de potássio e sódio no solo.

O espaço é composto de espectrofotômetro de Absorção atômica; Extratores de Uhland; Funil de Haines; Mesa de tensão; WP4; Conjunto de peneiras; permeâmetro de solo; estufas de secagem e esterelização; dinamômetro de bancada; picnômetros; condutímetro; espectrofotômetro; mesa agitadora orbital; agitador tipo wagner; balanças analítica; balança semi-analítica; balanças de precisão; capela; freezer; chapa aquecedora; destiladores de nitrogênio; Phmetro; fotômetro de chama; geladeira; bloco digestor de 40 provas; bloco digestor de 6 provas; centrifuga; agitador magnético com aquecimento; bomba de vácuo; vortex; agitador magnético; computador de mesa.

O Laboratório de Química possui bancadas de apoio para o desenvolvimento das aulas práticas, balanças, equipamentos e reagentes específicos que subsidiam e põem em sintonia a teoria e a práxis pedagógica. Além disso, neste espaço, possui instrumentos que possibilitam diversas análises de água.

O Laboratório de Biologia é equipado com bancadas laterais e centrais, bancos para acomodação dos alunos-pesquisadores; microscópios ópticos bilocular e microscópios ópticos monocular que permitem desenvolver pesquisas e visualizar estruturas celulares. Para subsidiar essas atividades, o Laboratório de Biologia Molecular conta com 1 Centrifuga refrigerada; 8 cubas de eletroforese e 1 fonte de eletroforese de 600 V.

O Laboratório de Física possibilita a realização de atividades práticas de ciências naturais, mecânica, física quântica, termodinâmica óptica e ciências físico-químicas e, para esse fim, é dotado de equipamentos e kits incluindo vidrarias e reagentes.

Laboratórios de Informática: O *campus* dispõe de 05 (cinco) laboratórios de informática, equipados com lousa digital, data show, cadeiras acolchoadas, ar condicionado e um total de 90 microcomputadores. Este número atende, a depender da turma, de até um aluno por máquina. Destes, 01 (um) é para uso específico das aulas de informática e 01(um) laboratório de uso geral. Ambos possuem dimensões apropriadas com boa iluminação, aparelhos de ar-condicionado, janelas e espaço reservado para pessoas com necessidades especiais. No primeiro, além do Datashow, existem 20 microcomputadores de última geração com programas educacionais, editores de textos e acesso à Internet. No segundo, também com 20 microcomputadores que são utilizados, em sua maioria, para pesquisas acadêmicas e acesso à Internet.

O Laboratório de Nutrição Animal é utilizado para a composição e a análise de forragens, produtos, matérias-primas e rações utilizadas na alimentação dos animais. Dispõe de destilador de nitrogênio, bloco digestor, muflas, autoclave, estufas de secagem e esterilização, microscópio, balanças analíticas, balança com determinação de umidade, extrator de gordura, balanças de precisão, prensa hidráulica e capela.

O Laboratório de Bromatologia subsidia o desenvolvimento das aulas práticas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento científico e tecnológico das Ciências de Alimentos. Para tanto, o Laboratório possibilita aos alunos-pesquisadores: analisar os meios de conservação, obtenção e produção de alimentos; a composição química e propriedades físicas para fins de identificação, conhecimento do valor nutricional e garantia dos padrões higiênicos dos alimentos; as alterações de alimentos e formas de evitá-las; a influência da manipulação tecnológica para evitar o empobrecimento e nocividade dos alimentos; o estabelecimento de normas e métodos capazes de evidenciar alterações e falsificações nos alimentos; a formulação de normas de proteção ao consumidor e ao produtor; o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias; a determinação de toxinas presentes em alimentos; a análise microscópica e sensorial dos alimentos.

O Laboratório de Desenho Técnico dispõe dos recursos necessários para ilustrar e representar graficamente objetos e espaços reais relativos ao componente curricular.

O Laboratório de Topografia, destinado a demonstrar aos alunos como levantar as características planialtimétrica das áreas e traçar perfis de terrenos, é constituído de equipamentos de medição, a exemplo do GPS que usa dados de satélites para estabelecer as coordenadas geográficas. As aulas práticas, também, são ministradas em campo, com o auxílio dos equipamentos deste laboratório.

O espaço físico dos laboratórios apresenta condições propícias para o desenvolvimento das aulas teórico-práticas em termos de higiene, limpeza e arejamento, que tanto pode ser por vias naturais ou por condicionadores de ar. Possui boa área para circulação de pessoas, iluminação natural e artificial condicionadas às finalidades de sua utilização. Os laboratórios estão num posicionamento adequado em relação à distância, garantindo um nível aceitável de ruído externo, não comprometendo o desempenho das atividades.

Para o uso dos laboratórios em aulas práticas, é necessário agendamento prévio, havendo a exigência da presença do professor, que fez a solicitação, no momento da utilização do espaço. Outras determinações para disciplinar o uso do local estão previstas no Regulamento de Normas Gerais para Uso dos Laboratórios

do IF Baiano *campus* Guanambi.

Os laboratórios possuem sistemas e regras para segurança do local e de seus usuários, desse modo, dispõe de equipamentos de proteção pessoal apropriado aos riscos existentes, como extintores, kit de primeiros socorros, estação de lavagem de olhos e chuveiros de emergência e saídas de emergência. Os usuários são devidamente informados sobre onde estão e como manejar os equipamentos de segurança.

Estão disponíveis, ainda, as Salas Ambientadas das Unidades Educativas de Produção (UEP): Agricultura I, II, III, Mecanização Agrícola, Zootecnia I, II e III e Agroindústria.

UEP de Agricultura I, onde existem projetos equivalentes à implantação de culturas olerícolas como beterraba, cenoura, alface, tomate, quiabo, cebola, cebolinha, alho, coentro, pimentão, abóbora, pepino, couve e repolho, que estão distribuídas em uma área de aproximadamente 1,50 hectares. Está área é irrigada com sistemas de irrigação localizada do tipo microaspersão e de tipo gotejamento, ao mesmo tempo.

UEP de Agricultura II, onde existem Projetos equivalentes à implantação de culturas anuais como: feijão, milho, mandioca, batata doce e sorgo, distribuídas em uma área de aproximadamente 02 hectares que são irrigadas por sistemas de irrigação por aspersão convencional. Durante o período chuvoso, normalmente são implantadas áreas maiores de agricultura de sequeiro, principalmente com a cultura de sorgo.

UEP de Agricultura III onde existem Projetos equivalentes à implantação de culturas permanentes como banana e manga em uma área de aproximadamente 02 hectares. Destas, parte é irrigada pelo sistema de irrigação por aspersão do tipo convencional, com aspersor de subcopia, parte é irrigada por um sistema de irrigação localizada dos tipos microaspersão e gotejamento.

UEP de Mecanização Agrícola na qual são desenvolvidas as atividades de apoio às demais UEPs, como preparo do solo, plantio, cultivo mecanizado, aplicação mecanizada de defensivos agrícolas e colheita mecanizada, que são aplicadas principalmente às culturas anuais.

UEP de Zootecnia I - existem Projetos como avicultura de corte, avicultura de postura, cunicultura e apicultura.

UEP de Zootecnia II - existem Projetos como suinocultura de terminação, suinocultura de cria, caprinocultura e ovinocultura.

UEP de Zootecnia III pode-se enumerar Projetos como bovinocultura de leite e bovinocultura de corte.

UEP de Agroindústria - são desenvolvidas atividades de suporte, como a produção de rações diversas na Fábrica de Rações e abate de frangos, suínos, ovinos e bovinos no abatedouro do *Campus*, com a finalidade de abastecimento do refeitório.

Recursos Tecnológicos e Audiovisuais

Os recursos tecnológicos e áudio visuais que o Campus possui estão listados no Quadro 13

QUADRO 13 - RECURSOS TECNOLÓGICOS E AUDIOVISUAIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ESTADO DE USO
Projektor multimídia	30	Em funcionamento
Projektor multimídia	17	Com defeito
Tablet	66	Em funcionamento
Notebook	80	Em funcionamento
Lousa Digital	20	Em funcionamento
Caixas de som	20	Em funcionamento

No que concerne aos recursos de informática, a Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação - UTIC é responsável pela disponibilização da infraestrutura necessária aos alunos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aos servidores para o desempenho das suas funções. Os usuários têm a disposição uma equipe de técnicos que dão suporte no que concerne à utilização dos recursos de informática e na manutenção destes.

O *Campus Guanambi* conta com uma estrutura própria de acesso à Internet que opera com 02 (dois) links - velocidade total de 24 MB, com mais 20 MB em fase

de teste que totalizarão 40MB, que está disponível através de computadores ligados a rede cabeada e pontos de transmissão de rede sem fio, cobrindo todo perímetro da instituição, atendendo assim, às expectativas de acessos, de discentes e servidores, sobretudo, docentes, para os trabalhos acadêmicos.

Para garantir a segurança dispõe-se de um servidor Proxy e Firewall para monitoramento da Internet que possibilita controle rigoroso e proteção, proporcionando maior segurança e possibilitando uma expansão gradativa da velocidade de conexão sem a troca de equipamentos, bastando a contratação de mais banda com o provedor atual.

Este recurso está disponível internamente a docentes e discentes, tanto para as atividades de aula como para as atividades extra aula, oferecendo possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de aulas e trabalhos. Os alunos possuem acesso a WEB nos laboratórios de informática e nas salas de aula, assim como em todo o *campus* através de equipamentos Wireless, podendo inclusive conectar os seus notebooks pessoais em qualquer espaço da instituição.

A expansão da infraestrutura de tecnologia é prevista no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) do IF Baiano. Assim, para atender as demandas e garantir o atendimento de qualidade à comunidade acadêmica, uma das preocupações do *campus* é com a política de atualização dos softwares e equipamentos de informática. A cada 03(três) anos ocorre a renovação dos equipamentos, assim como a aquisição de novas tecnologias. As reformas e adequação do espaço físico se fazem sempre que necessárias.

Todos os equipamentos estão conectados à rede, utilizando servidores Dell Power Edge para gerenciamento, permitindo assim o acesso dos alunos aos principais recursos disponibilizados pelo *campus*.

Embora o *Campus* Guanambi dispunha de uma infraestrutura física e material boa, ainda não é suficiente para atender às demandas apresentadas, cabendo destaque para a infraestrutura de acessibilidade a qual foi apontada nos últimos relatórios emitidos pela CPA como uma das fragilidades da instituição que demanda atenção especial.

4.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do IF Baiano – *Campus Guanambi* está delineada de acordo com a missão e visão da Instituição. Em formato de hierarquia, a estrutura revela a dinâmica de funcionamento da organização administrativa da Instituição – as descrições das funções, as alçadas de responsabilidades, a dinâmica de tomada de decisão.

Assim, a organização Administrativa do IF Baiano – *Campus Guanambi* é constituída pela Diretoria Geral, Diretoria Administrativa e Diretoria Acadêmica, obedecendo os seguintes desdobramentos:

Diretoria-Geral - Diretor-Geral; Chefe de Gabinete; Secretaria de Gabinete; Núcleo de Comunicação e Eventos; Núcleo de Gestão da Tecnologia e Informação e Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas.

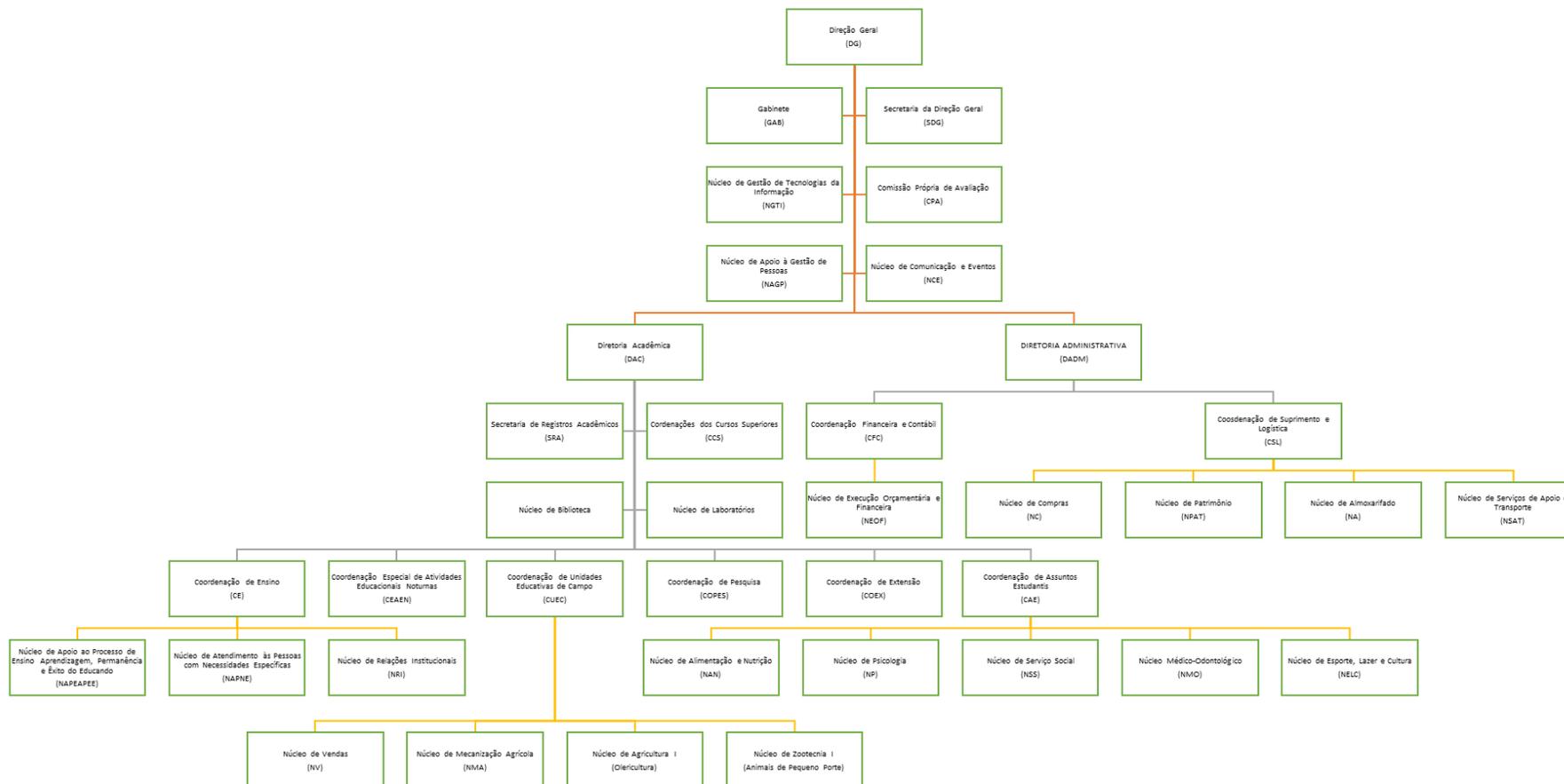
Diretoria Acadêmica - Diretor Acadêmico; Coordenação de Ensino; Coordenações dos Cursos Técnicos de Nível Médio; Coordenações dos Cursos Superiores; Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando; Núcleo de Relações Institucionais; Coordenação de Pesquisa; Coordenação de Extensão; Coordenação Unidade Educativa de Campo; Coordenação de Assuntos Estudantis; Núcleo de Comunicação e Eventos; Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas; Núcleo de Cultura, Esporte e Lazer; Coordenação Especial de Atividades Educativas Noturnas; Secretaria de Registros Acadêmicos; Setor de Biblioteca.

Diretoria Administrativa - Diretor Administrativo; Coordenação Financeira e Contábil; Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira; Núcleo de Contratos Núcleo de Licitação Núcleo de Compras; Coordenação de Suprimentos e Logística; Setor de Almoxarifado; Setor de Patrimônio; Setor de Serviços Gerais; Setor de Transporte.

O desdobramento das devidas competências das unidades administrativas e atribuições dos respectivos dirigentes são melhores definidos no documento regimental desta Instituição de Ensino.

A representação gráfica desta Estrutura, o organograma, permite visualizar rápida e facilmente os diversos órgãos componentes da estrutura, a via hierárquica, as comunicações formais e a interdependência entre as partes.

FIGURA 2 - ORGANOGRAMA DO CAMPUS GUANAMBI



Faz parte, ainda, da Estrutura Organizacional do *Campus*, os Órgãos Colegiados que atuam no assessoramento à direção executiva da Instituição: A Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja função é sensibilizar, elaborar e organizar o processo de Avaliação Institucional interna; a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) - órgão de assessoramento do Diretor Geral, no que tange à formulação e ao acompanhamento da execução da política de pessoal docente no âmbito do *Campus* e o Conselho de Administração (CONAD) - órgão consultivo máximo do *Campus* o qual se encontra passando pelos procedimentos legais de implantação.

4.3 Recursos Humanos

O IF Baiano Campus Guanambi funciona atualmente com 246 colaboradores, dos quais 178 são servidores efetivos, 10 substitutos, 06 temporários e 52 são servidores terceirizados. Dos 178 servidores efetivos, 103 fazem parte do corpo técnico-administrativo e 75 são servidores docentes.

4.3.1 Corpo Administrativo

Os 103 servidores que fazem parte do corpo administrativo do Campus Guanambi são enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, conforme a Lei nº 11.091, de 2005 com redação alterada pelas Leis nº 11.784, de 2008, e 12.772, de 2012, além de atender ao disposto na Lei nº 8.112, de 1990 e na Constituição Federal de 1988.

De acordo com o disposto na legislação os cargos do Plano de Carreira são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, quais sejam: Nível A, B, C, D e E.

Os servidores administrativos ativos no Campus estão enquadrados nos cinco níveis acima dispostos. Cabe ressaltar que a Lei nº 12.677/2012 extinguiu os cargos dos níveis A e B.

TABELA 3 - QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM

EDUCAÇÃO POR CLASSE NO CAMPUS GUANAMBI

Nível de Classificação	Quantidade	%
A	13	12,6
B	5	4,8
C	17	16,5
D	41	39,8
E	27	26,3
Total	103	100

Destaca-se que os servidores administrativos pertencentes às variadas categorias funcionais atuam distribuídos nos diversos setores do *campus*, conforme especificação no quadro a seguir:

QUADRO 14 - QUANTITATIVO DE SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO POR CATEGORIA FUNCIONAL NO CAMPUS GUANAMBI

CATEGORIA FUNCIONAL	QUANTIDADE
Almoxarife	01
Analista de TI	02
Assistente de Alunos	04
Assistente em Administração	26
Auxiliar de Limpeza	04
Auxiliar de Biblioteca	02
Auxiliar de Cozinha	02
Auxiliar de Enfermagem	01
Auxiliar Rural	05
Bibliotecário	02
Bombeiro Hidráulico	01
Contador	03
Cozinheiro	03

Marceneiro	01
Mecânico	01
Médico	01
Motorista	01
Nutricionista	02
Odontólogo	01
Operador de Máquinas Agrícolas	01
Operador de Máquinas Copiadoras	01
Operador de Máquinas de Lavanderia	02
Padeiro	01
Pedagogo	02
Psicólogo	02
Servente de Obras	02
Técnico em Agropecuária	03
Técnico em Alimentos e Nutrição	03
Técnico em Assuntos Educacionais	12
Técnico em Contabilidade	02
Técnico em Laboratório	03
Técnico em Tecnologia da Informação	04
Telefonista	02
TOTAL	103

Considerando o nível de ingresso e o desenvolvimento na Carreira, o quadro a seguir apresenta a distribuição dos servidores técnico administrativos do *Campus* conforme titulação e o respectivo percentual.

TABELA 4 – QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO POR TITULAÇÃO DO CAMPUS GUANAMBI

Titulação	Quantidade	%
Mestrado	12	11,6
Especialização	37	36

Graduação	38	36,9
Ensino Médio	16	15,5
Total	103	100

QUADRO 15 - CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI

NOME	FORMAÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL
Adriano Reis Prudêncio Azevedo	Especialização: em Banco de Dados (em andamento) Graduação: Bacharelado em Sistemas da Informação	Técnico em Tecnologia da Informação
Alana Donato Teixeira	Graduação: Bacharelado em Administração Tecnólogo em Processamentos de Dados	Analista de Sistemas
Alencastre Honório Moura	Graduação: Bacharelado em Direito	Assistente em Administração
Aloísio José dos Santos	Graduação: Tecnologia em Gestão Pública	Encanador
Ana Flávia Alves Peixoto	Graduação: Tecnólogo em Processamentos de alimentos e bebidas	Técnico em Alimentos
Ana Marta Prado Barreto	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras com Inglês	Pedagogo-Orientador/ Supervisor Educacional
Ana Patrícia Bezerra dos Santos	Especialização: Gestão Escolar Língua Portuguesa e Literatura Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Anaíde Araújo Ferreira	Especialização: Direito Constitucional Graduação: Licenciatura em	Assistente em Administração

	Educação Física	
Ancilon Araújo e Silva Júnior	Graduação: Tecnólogo em Segurança de Trabalho	Técnico em Agropecuária
André Fernandes Laranjeira	Graduação: Bacharelado em Enfermagem	Assistente em Administração
Antônio Carlos Alves	Graduação: Tecnólogo em Recursos Humanos	Cozinheiro
Benevaldo Pereira Costa	Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis	Contador
Bruno Rodrigues de Oliveira	Ensino Médio	Servente de Obras
Carlito José de Barros Filho	Especialização: Gestão Escolar: Orientação e Supervisão Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Pedagogo-Orientador/Supervisor Educacional
Carlos Roberto Alves Batista	Ensino Médio	Auxiliar Rural
Cássia Lopes Santana	Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
Célia Regina Guimarães Moura	Especialização: Psicologia do Trânsito Graduação: Bacharelado Psicologia	Psicóloga
Claudete Amorim da Silva	Graduação: Bacharelado em Teologia	Auxiliar de Limpeza
Cleto Mendes do Nascimento Júnior	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública	Assistente em Administração
Crislene Leal da Silva Vieira	Mestrado: Educação- Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica Graduação: Bacharelado em Gestão do Agronegócio	Assistente em Administração
Dalcy Alves de Souza	Especialização: em Gestão Escolar Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Dário Héberson Carvalho Gabriel	Graduação: Bacharelado em Ciências da Computação	Técnico de Tecnologia da Informação
Dreiser Silveira Gomes	Especialização: Auditoria	Contador

	Governmental Graduação: Ciências Contábeis	
Edilaine Cássia Rodrigues	Especialização: Educação Infantil e séries Especiais Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Auxiliar de Biblioteca
Edilson Rodrigues Coqueiro	Nível Médio	Assistente em Administração
Edivaldo Nogueira de Carvalho	Nível Médio: Técnico em Agricultura	Auxiliar Rural
Edna Rodrigues Monção	Especialização: Gestão Pública (em curso) Graduação: Bacharel em Direito	Auxiliar de Limpeza
Eduardo Santos de Moraes	Graduação: Tecnólogo em Rede de Computadores	Técnico de Tecnologia da Informação
Eliana Alves Badaró	Graduação: Licenciatura em Pedagogia (em curso)	Assistente em Administração
Elias Seles Ferreira	Especialização: Gestão de Recursos Humanos Graduação: Ciências Contábeis	Marceneiro
Eloidi Santana Rocha	Especialização: Psicomotricidade aplicada a Educação Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Eula Regina Fernandes de Souza	Graduação: Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	Telefonista
Fabiana Arcanjo dos Santos	Graduação: Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação	Bibliotecária
Fabiano Rodrigues de Oliveira	Especialização: Gestão Pública Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
Fabrcio Ramos Neves	Mestrado: Administração c/ ênfase em ADM Pública Especialização: Planejamento Tributário Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis	Contador
Genice Nogueira de Brito	Graduação: Bacharelado em Teologia	Cozinheira

Gerfson Silva Rocha	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Ciências c/ Hab. em matemática	Assistente em Administração
Gildázio Onofre Alves	Ensino Médio: Técnico em Contabilidade	Operador de Máquinas Agrícolas
Glória das Dores Leal Silva	Especialização: Gestão Pública (em curso) Graduação: Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	Auxiliar de Limpeza
Guilherme Neves Oliveira	Mestrado: Radiologia (em curso) Graduação: Bacharelado em Odontologia	Dentista
Igor Caio Vieira Malheiro	Especialização: Saúde Mental Psicologia do Trânsito Graduação: Bacharelado em Psicologia	Psicólogo
Ilza Maria da Silva	Graduação: Bacharelado em Serviço Social (em curso)	Técnico em Contabilidade
Isabel Regina de Souza Carneiro	Especialização: Comunicação e Marketing Empresarial Graduação: Bacharelado em Turismo	Assistente em Administração
Isac Soares Pereira	Especialização: Metodologia do Ensino de Geografia Graduação: Licenciatura em Geografia	Técnico em Agropecuária
Ivonete Nascimento Castro	Especialização: Educação Inclusiva Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Jadson Costa Silva	Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
João Carlos Magalhães Pinto	Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis	Assistente em Administração
Joaquim Filho Moreira de Castro	Ensino Médio: Técnico em Contabilidade	Assistente em Administração
Joel Alves de Brito	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública	Auxiliar Rural
Joilma Pereira dos	Especialização: Docência do	Técnico em Assuntos

Santos	Ensino Superior Língua, Linguística e Literatura Graduação: Licenciatura em Letras c/ Língua Portuguesa	Educacionais
José Domingos Filho	Graduação: Formação Pedagógica: Hab. Agropecuária	Técnico em Agropecuária
José Eudson de Matos Farias	Especialização: Gestão Pública Graduação: Bacharelado em Agronomia	Assistente em Administração
José Germano de Souza Silva	Nível Médio	Padeiro
Josenaide Barros Carvalho	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Geografia	Auxiliar de Biblioteca
Joyce Guimarães de Cássia Alves	Graduação: Bacharelado em Nutrição	Nutricionista
Judácia da Silva Pimentel	Especialização: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em Letras c/ Inglês	Técnico em Assuntos Educacionais
Karina da Silva Primo	Especialização: Direito Previdenciário Graduação: Bacharelado em Direito	Assistente em Administração
Larissa Karla Gomes Lima Guimarães	Graduação: Licenciatura em Educação Física	Assistente de Alunos
Leila Miranda Pereira Rocha	Especialização: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em Letras c/ Inglês	Técnico em Assuntos Educacionais
Lindomar Santana Aranha	Especialização: Gestão Escolar Língua Portuguesa e Literatura Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Liscilea Abreu de Souza	Especialização: Gestão Pública Graduação: Licenciatura em História	Assistente em Administração
Lourdes Soares da Silva	Graduação: Bacharelado em Teologia	Auxiliar de Cozinha

Luciano Farias Cardoso	Especialização: Ensino de Matemática Graduação: Licenciatura em Matemática	Assistente em Administração
Luciene Aguiar Oliveira	Especialização: Informática em Educação Graduação: Licenciatura em Letras	Assistente em Administração
Luís Augusto Teixeira Laranjeira	Especialização: Medicina da Família e Comunidade Graduação: Bacharelado em Medicina	Médico
Luís Edgar de Barros Santana	Especialização: Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em Letras Inglês Licenciatura em Letras Português/Espanhol	Técnico em Alimentos
Luís Rogério Fonseca Fernandes	Graduação: Licenciatura em Educação Física	Assistente em Administração
Luiz Rogério da Silva	Ensino Médio	Auxiliar rural
Marcel Renan Mendes de Carvalho	Especialização: Finanças e Controladoria Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
Marcelo Gomes	Especialização: Gestão Escolar Graduação: Licenciatura em Educação Física	Assistente em Administração
Marcionila Alexandre dos Prazeres Adães	Mestrado em Química Graduação: Licenciatura em Química	Técnico em Laboratório
Marco Túlio Fraga da Silva	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública	Auxiliar rural
Maria do Carmo Neves Cardoso	Especialização: Gestão Escolar; Educação à Distância; Educação Especial e Inclusiva Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Maria Salza Araújo Silva Batista	Especialização: Gestão Pública (em curso) Graduação: Tecnólogo de	Auxiliar de Enfermagem

	Recursos Humanos	
Marinalva da Soledade Oliveira Alves	Mestrado: Desenvolvimento Regional em Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Auxiliar de Cozinha
Marlúcia Lima Laranjeira	Especialização: Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal Graduação: Ciências Contábeis	Contador
Mayana Abreu Pereira	Especialização: Coordenação Pedagógica e em Educação Infantil Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Mayron Charles Pinto Evangelista	Especialização: em Gestão Educacional Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Milton Ricardo Silveira Brandão	Graduação: Licenciatura em Química (em curso)	Técnico em Laboratório/Química
Mirian Alves Pereira	Especialização: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em Letras c/ Português	Assistente de Alunos
Natanael Mendes Melo	Especialização: Uso Racional dos Recursos Naturais Graduação: Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Biologia	Almoxarife
Neurisângela Mauricio dos Santos Miranda	Mestrado: Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação Especialização: Didática e Metodologia do Ensino Superior LIBRAS Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Noé Lima De Carvalho	Especialização: Letras Linguística e Literatura Graduação: Licenciatura em Letras Vernáculas; Bacharelado em Secretariado Executivo	Assistente em Administração

Nora Ney de Jesus	Graduação: Tecnólogo em Segurança de Trabalho	Auxiliar de Limpeza
Norma Lúcia Soares Pereira Teixeira	Graduação: Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Direito	Telefonista
Normélia Chaves da Silva Mercês	Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
Osmar Ferreira da Cunha	Especialização: Metodologia do Ensino Superior Graduação: Bacharelado em Ciências Sociais Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Técnico em Tecnologia da Informação
Patrícia Pereira de Oliveira	Graduação: Bacharelado em Direito	Assistente em Administração
Rafael Antonio Viana da Fonseca	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Bacharelado em Nutrição	Nutricionista
Renério Fernandes Lopes	Ensino Médio/ Técnico: Técnico em ADM de Empresas	Servente de Obras
Roberta Pinheiro Ferraz	Graduação: Biblioteconomia e Documentação	Bibliotecária
Roberto Carlos Carvalho Souza	Graduação: Gestão Pública	Mecânico
Roberto Rodrigues da Silva	Ensino Médio/ Técnico: Técnico em Contabilidade	Operador de Máquinas de Lavanderia
Robson de Souza Santos	Especialização: Gestão Pública Graduação: Bacharelado em Análises de Sistemas	Assistente em Administração
Ronaldo dos Santos	Ensino Médio/ Técnico: Técnico em Contabilidade	Operador de máquinas copiadoras
Sandra Mara de Castro Silva	Ensino Médio	Operador de Máquinas de Lavanderia
Severina Soares Pozzi	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública (em curso)	Cozinheira
Silvana Vanessa Martins da Silva	Mestrado em Ciências Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Assistente de Alunos

Thiago Soares Fernandes	Mestrado: Ciência da Computação Graduação: Bacharelado em Ciências da Computação	Analista de TI
Tiago Marques Viana	Especialização: Gestão da Comunicação empresarial Graduação: Tecnólogo em Laticínios	Técnico em Alimentos e Laticínios
Waldemar Ladeia Silveira	Graduação: Bacharelado em Direito	Motorista
Willdeney kuhim da Silva	Graduação: Licenciatura em História	Assistente de Alunos
Yslai Silva Peixoto	Mestrado: Recursos Genéticos Vegetais Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas	Técnico em laboratório/ Biologia

4.3.2 Corpo Docente

O quadro efetivo de docentes no IF Baiano *Campus* Guanambi apresenta o quantitativo de **75** servidores ingressados mediante concurso público os quais atuam nos diversos cursos ofertados por essa instituição. Estes docentes estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com base na Lei 11.784 de 2008, e suas alterações: Lei nº 12.772, de 2012 e Lei nº 12.863, de 2013. Além de atender ao disposto na Lei nº 8.112/90 e na Constituição Federal de 1988, assim como a LDBEN nº 9.394/96.

O *Campus* possui, ainda, **10** docentes substitutos e **06** temporários que são contratados para atender às necessidades temporárias em caráter excepcional, a partir de processos seletivos, amparados pela Lei nº. 8.745, de 1993.

TABELA 5 – QUANTITATIVO E PERCENTUAL DO CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO DO CAMPUS GUANAMBI

Titulação	Quantidade	%
Pós-doutorado	2	2,2

Doutorado	27	29,7
Mestrado	41	45,0
Especialização	13	14,3
Graduação	8	8,8
Total	91	100

Fonte: NAGP/Campus Guanambi

A titulação mínima exigida para atuação no *Campus* é de curso superior de graduação, no entanto, para atuação nos cursos de graduação devem ter no mínimo uma especialização, e nos cursos da pós-graduação, no mínimo, a formação em mestrado.

No que se refere ao Regime de Trabalho, o Art. 20 da Lei nº 12.772, de 2012 estabelece dois tipos, a saber:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, a Instituição poderá, mediante aprovação do Conselho Superior, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2(dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

A grande maioria dos docentes do *Campus* atua em regime de dedicação exclusiva, apenas uma pequena parcela atua em regime de 40 horas, conforme demonstra o quadro a seguir:

TABELA 6 - QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE DOCENTES POR REGIME DE TRABALHO

Regime de trabalho	Quantidade	%
40h	16	17,6

DE	75	82,4
Total	91	100

Fonte: NAGP/Campus Guanambi

QUADRO 16 - CORPO DOCENTE DO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI

NOME	FORMAÇÃO
Alenice Ferreira Cruz	Mestrado: Química Graduação: Licenciatura em Química
Alessandro de Magalhães Arantes	Doutorado: Fitotecnia/Produção Vegetal Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes Graduação: Engenharia Agrônômica
Alex Aguiar Lédo	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Licenciatura em Formação Pedagógica: Hab. em Agropecuária
Alexsandro dos Santos Brito	Doutorado: Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) Mestrado: Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) Graduação: Engenharia Agrônômica
Amália Michelle Gomes Costa	Mestrado: Ciência e Tecnologia de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
Ana Cláudia Teixeira Santos de Lima	Graduação: Licenciatura em Química
Ana Laura B. Andrade Gayão	Doutorado: Aquicultura Mestrado: Zootecnia Graduação: Bacharelado em Medicina Veterinária
André Lima Coelho	Mestrado: Engenharia Civil (em curso). Graduação: Bacharelado em Engenharia Civil
Andréia Rêgo da Silva Reis	Mestrado: Gestão e Tecnologia Aplicados a Educação (em curso) Graduação: Pedagogia Letras/Inglês
Antônio Cesar Souza dos Santos	Especialização: Engenharia de Sistemas Graduação: Gestão da Tecnologia da Informação

Aureluci Alves de Aquino	Doutorado: Ciência e Tecnologia de Alimentos Mestrado: Ciência e Tecnologia de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
Bárbara Katharine Alves Borges Lessa	Especialização: Psicopedagoga Institucional e clínica; Docência no Ensino Superior. Graduação: Licenciatura em Pedagogia
Carlinne Guimarães de Oliveira	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Zootecnia
Carlos Elízio Cotrim	Doutorado: Irrigação e Drenagem Mestrado: em Irrigação e Drenagem Graduação: Engenharia Agrícola
Carlos Nássaro Araújo da Paixão	Doutorado: Memória: Linguagem e Sociedade Mestrado: História Regional e Local Graduação: Licenciatura em História
Carlos Ramon Santiago Saraiva	Mestrado: Produção de Ruminantes Especialização: Produção de Ruminantes Graduação: Bacharelado em Zootecnia
Cinara Soares Pereira Cafieiro	Doutorado: Ciências da Educação Mestrado: Ciências da Educação Graduação: Bacharelado em Economia Doméstica
Claudio Roberto Meira de Oliveira	Doutorado: Botânica/Ecofisiologia Vegetal Mestrado: Fisiologia Vegetal Graduação: Engenharia Agrônômica
César Fernandes Aquino	Pós-Doutorado: Fitotecnia/ Fisiologia Pós-colheita Doutorado: Fitotecnia/ Fruticultura Mestrado: Ciências Agrárias/ Agroecologia Graduação: Engenharia Agrônômica
Cleide Teixeira Alves	Mestrado: Educação: Currículos e Práticas Educacionais (em curso) Especialização: - Metodologia do Ensino e Pesquisa em Ciências - Uso Racional dos Recursos Naturais e seus Reflexos - Gestão Educacional Graduação:

	<ul style="list-style-type: none"> - Pedagogia - Licenciatura em Ciências Biológicas - Bacharelado em Enfermagem
Cleudson Lopes de Queiroz	<p>Mestrado: Zoologia Graduação: Licenciatura em Biologia</p>
Cristiane Silveira Mendes Nogueira	<p>Mestrado: Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (em curso) Especialização: Língua, Linguística e Literatura Graduação: Licenciatura em Letras – Inglês</p>
Daniel Reis Lima Mendes da Silva	<p>Mestrado em Filosofia Graduação: Licenciatura em Filosofia</p>
Daniela Garcia Silveira	<p>Pós-doutorado em Biotecnologia Doutorado: Botânica (Ecologia, Conservação e Utilização de Recursos Genéticos Vegetais da Região Nordeste) Mestrado em Ciências Agrárias Graduação: Bacharelado em Agronomia</p>
Dayana Karla Barbosa da Silva	<p>Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Espanhola Graduação: Licenciatura em Letras Vernáculas</p>
Djalma Gomes Meira Júnior	<p>Mestrado: Matemática Aplicada Graduação: Licenciatura em Matemática</p>
Edileusa de Jesus dos Santos	<p>Doutorado: Zootecnia Mestrado: Zootecnia Graduação: Bacharelado em Zootecnia</p>
Elaine Cristina Teixeira	<p>Mestrado: Produção Vegetal no Semiárido Graduação: Bacharelado em Zootecnia</p>
Elaine Pereira Coutinho	<p>Mestrado: Química Graduação: Licenciatura em Química</p>
Erinaldo Santos Oliveira	<p>Graduação: Sistemas de Informação Especialização: Engenharia de Sistemas</p>
Evanilton Moura Alves	<p>Doutorado em Zootecnia Mestrado em Zootecnia Graduação: Bacharelado em Zootecnia</p>
Fábio dos Santos Lima	<p>Mestrado em Ciência da Computação Especialização: Redes de Computadores Graduação: Bacharelado em Ciências da Computação</p>

Felizarda Viana Bebé	Doutorado: Agronomia (Ciências do Solo) Mestrado: Engenharia Agrícola Graduação: Bacharelado em Agronomia
Fernanda Pereira Santos	Mestrado: Educação Matemática (em curso) Graduação: Licenciatura em Matemática
Francineide Pereira de Jesus	Mestrado: Educação e Contemporaneidade Graduação: Licenciatura em Pedagogia
Geysimara Pereira Teixeira de Souza	Especialização: Metodologia e Didática do Ensino Superior Educação Física Escolar Graduação: Licenciatura em Educação Física
Gilson Pinto Matioli	Doutorado: Ciências dos Alimentos Mestrado: Ciências dos Alimentos Graduação: Engenharia Química/Habilitação em Alimentos
Hugo Roldi Guariz	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Bacharelado em Engenharia Florestal
Islândio Santos Lago	Mestrado: Química Graduação: Licenciatura em Química
Jairo Costa Fernandes	Doutorado: Agronomia Mestrado: Ciências Agrárias Graduação: Bacharelado em Engenharia Agrônômica
Jane Geralda Ferreira Santana	Mestrado: Educação Agrícola Graduação: Bacharelado em Farmácia Licenciatura em Química
Jaqueline Figuerêdo Rosa	Doutorado: Ecologia e Biomonitoramento Mestrado: Ecologia e Biomonitoramento Graduação: Ciências Biológicas
Jefferson da Silva Pereira	Mestrado: Ensino de Ciências com ênfase em Ensino de Física Especialização: Física Graduação: Licenciatura em Física
Jeisiane Araújo Matos Queiroz	Graduação: Matemática
Joabson Guimarães da Silva	Mestrado: Ciências da Educação Graduação: Licenciatura em Física
João Abel da Silva	Doutorado: Zootecnia Graduação: Engenharia Agrônômica Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes

Joice Andrade Bonfim	Doutorado: Solos e Nutrição de Plantas (em curso) Mestrado: Solos e Nutrição de Plantas Graduação: Bacharelado em Agronomia
Joilce Karine Fernandes Silva Pereira	Especialização: Educação Especial LIBRAS Graduação: Pedagogia
José Alberto Alves de Souza	Doutorado: Engenharia Agrícola Mestrado: Engenharia Agrícola Graduação: Engenharia Agrícola
José Assunção Silveira Júnior	Mestrado: Zootecnia Especialização: Vigilância Sanitária e Epidemiológica Graduação: Medicina Veterinária
Leandro Gonçalves dos Santos	Doutorado: Agronomia Mestrado: Ciências Agrárias Graduação: Engenharia Agrônômica
Leandro Santos Peixoto	Doutorado: Genética e Melhoramento de Plantas Mestrado: Genética e Melhoramento de Plantas Graduação: Engenharia Agrônômica
Lincon Almeida Vilas Boas	Mestrado: Agroquímica Especialização: Gestão Empresarial Graduação: Licenciatura em Química Bacharelado em Química
Lucas Britto Landim	Doutorado: Engenharia Industrial (em curso) Mestrado: Engenharia de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
Luciana Pinheiro Fonseca Brandão	Mestrado: História Especialização: História, Sociedade e Cultura do Brasil Graduação: Licenciatura em História
Maiza Messias Gomes	Doutorado: Memória: Linguagem e Sociedade (em curso) Mestrado: Cultura e Sociedade Especialização: Atividade Física, Saúde e Sociedade Graduação: Educação Física
Marcelo Fialho de Moura	Mestrado: Entomologia Doutorado: Entomologia

Marcelo Rocha dos Santos	Graduação: Engenharia Agrônômica Doutorado: Engenharia Agrícola Mestrado: Engenharia Agrícola Graduação: Engenharia Agrônômica
Maria do Socorro Mercês Alves	Doutorado: Zootecnia Mestrado: Agronomia Graduação: Bacharelado em Zootecnia
Mariana Texeira Rodrigues Vila	Doutorado: Zootecnia Mestrado: Ciência dos Alimentos Graduação: Engenharia Agrônômica
Martha de Cássia Nascimento	Doutorado: Educação Especial (em curso) Mestrado em Educação Graduação: Licenciatura em Letras
Michelle Costa Pignata	Mestrado: Engenharia de Alimentos Especialização: Vigilância Sanitária e Qualidade de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
Moisés Santiago Ribeiro	Doutorado: Engenharia Agrícola (Água e Solo) Mestrado: Engenharia Agrícola/ Irrigação e Drenagem Graduação: Engenharia Agrônômica
Naidson Clayr Santos Ferreira	Doutorado: Educação Especial (em curso) Mestrado: Ciências: Educação Agrícola Especialização: Informática em Educação Graduação: Tecnólogo em Processamento de Dados
Nelson Gentil Meira Júnior	Graduação: Física Especialização: Metodologia do Ensino de Matemática e Física Mestrado: Física Nuclear
Nivaldo Moreira Carvalho	Mestrado em Educação Graduação: Licenciatura em Educação Física
Normane Mirele Chaves da Silva	Doutorado: Engenharia Industrial (em curso) Mestrado: Engenharia de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
Ozenice Silva dos Santos	Doutorado em Geografia Mestrado em Geografia Graduação: Licenciatura em Geografia
Paula Patrícia Oliveira da Silva	Mestrado: Informática

Paulo Emílio Rodrigues Donato	Graduação: Sistemas de Informação Doutorado em Zootecnia Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes Graduação: Engenharia Agrônômica
Pedro Ricardo Rocha Marques	Doutorado: Agronomia: Propagação e Manejo Cultural de Plantas (em curso) Mestrado: Produção Vegetal no Semiárido Graduação: Engenharia Agrônômica
Poliana da Silva Gomes	Especialização: Teoria da História Graduação: Licenciatura em História
Polliana Bezerra De Oliveira	Mestrado: em Geografia Especialização: Gestão Ambiental Ensino de Geografia Graduação: Licenciatura Plena em Geografia
Queila Batista Muniz	Especialização: Matemática Financeira e Estatística Graduação: Licenciatura em Matemática
Radival da Costa Nery Júnior	Mestrado: Matemática Especialização: Educação Matemática Graduação: Licenciatura em Matemática
Rafael Alves da Silva	Mestrado: Engenharia e Ciência de Alimentos (em curso) Graduação: Tecnologia em Agroindústria
Reinaldo Monteiro Cotrim	Mestrado: Ciência Inovação e Modelagem dos Materiais Especialização: Administração em Redes Linux Graduação: Ciência da Computação
Rita de Cássia Souza Martins	Especialização: Administração Educacional Graduação: Licenciatura em Pedagogia Artes Visuais
Roberta Binhane Rebouças Públio	Especialização: Docência do Ensino Superior Graduação: Matemática
Roberto Carlos Santana Lima	Mestrado: Cultura e Sociedade Especialização: Metodologia do Ensino da Língua Inglesa Graduação: Letras – Português/Inglês e Literatura
Rosângela Figueredo Miranda	Graduação: Licenciatura em História

Rosimira dos Santos Amaral	Mestrado: História Regional e Local Doutorado: Zootecnia Mestrado: Zootecnia Graduação: Bacharelado em Zootecnia
Sérgio Luiz Rodrigues Donato	Doutorado: Fitotecnia (Produção Vegetal) Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes Graduação: Engenharia Agrônômica
Sílvia Cláudia Marques Lima	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Letras
Simone Mendes Ladeia	Graduação: Letras/Inglês
Sinézio Cotrim Guimarães Júnior	Especialização: Gestão Escolar Graduação: Licenciatura em Letras – Português/Inglês
Sofia Rebouças Neta Pereira	Doutorado: Geografia (em curso) Mestrado: Geografia Graduação: Licenciatura Curta em Estudos Sociais Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Geografia
Suane Coutinho Cardoso	Doutorado: Agronomia / Fitotecnia Mestrado: Ciências Agrárias Graduação: Engenharia Agrônômica
Tatiane Malheiros Alves	Doutorado: Memória: Linguagem e Sociedade (em curso) Mestrado: Linguagens e Práticas Sociais Especialização: Linguística: Leitura e Produção de Textos Graduação: Letras – Habilitação em Português/Inglês e Literatura
Verbenes Fernandes De Azevedo	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Engenharia de Agrimensura
Woquiton Lima Fernandes	Doutorado: Educação Especial (em curso) Mestrado: Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação em EaD Especialização: Informática em Educação Graduação: Bacharelado em Processamento de Dados

4.4 Indicadores de acesso e fluxo escolar

A LDB 9.394/96, em consonância com o Art. 206 da Constituição Federal de 88, determina em seu Art. 3º inciso I, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como primeiro princípio do ensino no Brasil.

Nesta mesma direção o Plano Nacional de Educação 2011-2020 apresenta a universalização da educação básica pública, por meio do acesso e permanência na instituição educacional como uma de suas premissas norteadoras e o Termo de Acordo de Metas e Compromissos determina a elevação dos índices de eficiência e eficácia da instituição como metas primeiras. Destacando que,

o índice de eficiência é calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas e o índice de eficácia é calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. (TAM, 2010, p. 3)

Esses indicadores têm direcionado as políticas públicas educacionais e as ações educativas das instituições de ensino públicas brasileiras. Estas têm sido desafiadas a garantir aos estudantes que nelas ingressam a permanência e a conclusão com êxito dos níveis de ensino na idade adequada. Cabe à escola, nesse sentido, além de garantir o acesso à vida acadêmica, preocupar-se com as condições pedagógicas que contribuam de fato com a melhoria da qualidade do ensino ofertado e, por conseguinte, com uma aprendizagem significativa.

É fato que os índices de acesso à educação avançaram nos últimos anos, mas os indicadores de permanência - a taxa de abandono, que mostra os que não concluíram o ano letivo, e a de evasão, que aponta os que não se matricularam no ano seguinte, ainda são muito altos.

Do ponto de vista pedagógico, um dos mais graves problemas enfrentados pelo IF Baiano - *Campus* Guanambi, em todos os Cursos ofertados – Superiores, Técnicos Integrados, Técnicos Subsequentes e Educação de Jovens e Adultos, é a interrupção do fluxo escolar normal dos estudantes, ou seja, a reprovação e a evasão. Nesse sentido, combater esses fatores que têm sido determinantes no fracasso escolar de alguns dos seus estudantes, constitui um dos grandes a ser vencido pelo *Campus*.

Levantamento, realizado junto à Secretaria de Registros Acadêmicos do *campus* permite a visualização dos principais entraves enfrentados pela instituição no que se refere ao rendimento e ao fluxo escolar dos seus educandos.

Esses dados, apresentados nas tabelas a seguir, representam o quantitativo de estudantes que ingressaram nos cursos ofertados no *Campus* Guanambi no período de 2010 a 2015, assim como os matriculados, evadidos, trancados, jubilados, desligados, transferidos, concluídos e em curso. A escolha deste período se deu em razão da necessidade de analisar a movimentação destes dados na instituição de quando se transformou em Instituto Federal até o momento atual. Os dados levantados tiveram como referência o semestre letivo 2015.1, considerando que o 2015.2 ainda está em curso.

As tabelas 07 e 08 apresentam o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no período mencionado.

Tabela 07: Fluxo escolar do curso **Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio** do IF BAIANO *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	169	57	13	27	72	0
2011	83	24	8	6	44	1
2012	78	11	6	12	39	10
2013	81	11	4	3	0	63
2014	80	4	0	0	0	76
2015	80	6	0	1	0	73
TOTAL	571	113	31	49	155	223

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

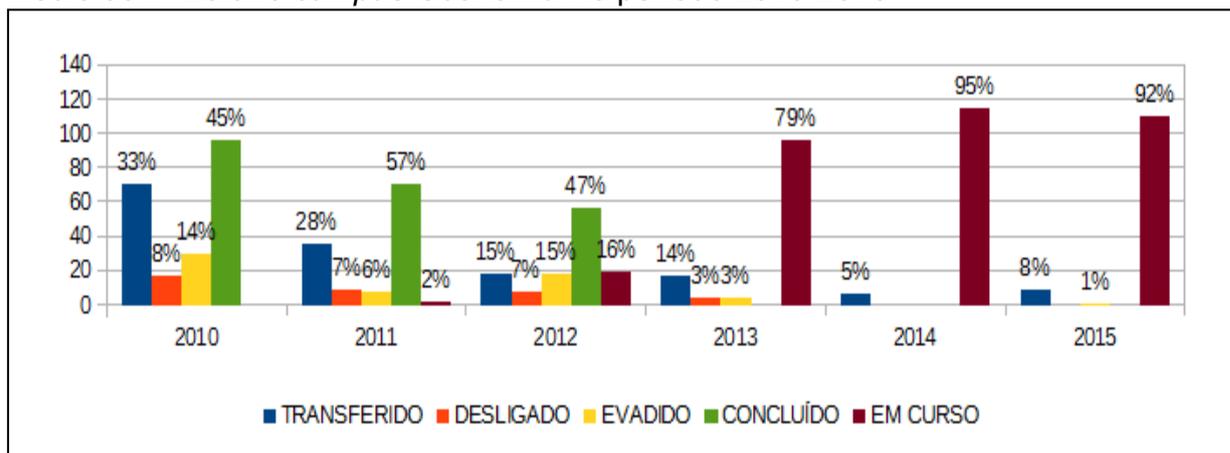
Tabela 08: Fluxo Escolar do Curso **Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio** do IF Baiano *Campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	44	13	4	3	24	0
2011	40	11	1	1	26	1
2012	41	7	2	6	17	9
2013	40	6	0	1	0	33
2014	41	2	0	0	0	39
2015	40	3	0	0	0	37
TOTAL	246	42	7	11	67	119

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico a seguir sintetiza os dados apresentados acima, permitindo uma visualização das taxas referentes ao fluxo escolar nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados no Campus, no período referenciado.

Gráfico 01: Taxas do Fluxo Escolar nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015



As tabelas 09 e 10 apresentam o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio no período de 2010 a 2015.

Tabela 09: Fluxo Escolar do curso Técnico em Agricultura Subsequente ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	61	0	0	8	53	0
2011	45	0	1	16	28	0
2012	77	0	5	20	52	0
2013	78	0	10	18	39	11
2014	79	0	7	0	28	44
2015	39	0	1	0	0	38
TOTAL	379	0	24	62	200	93

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

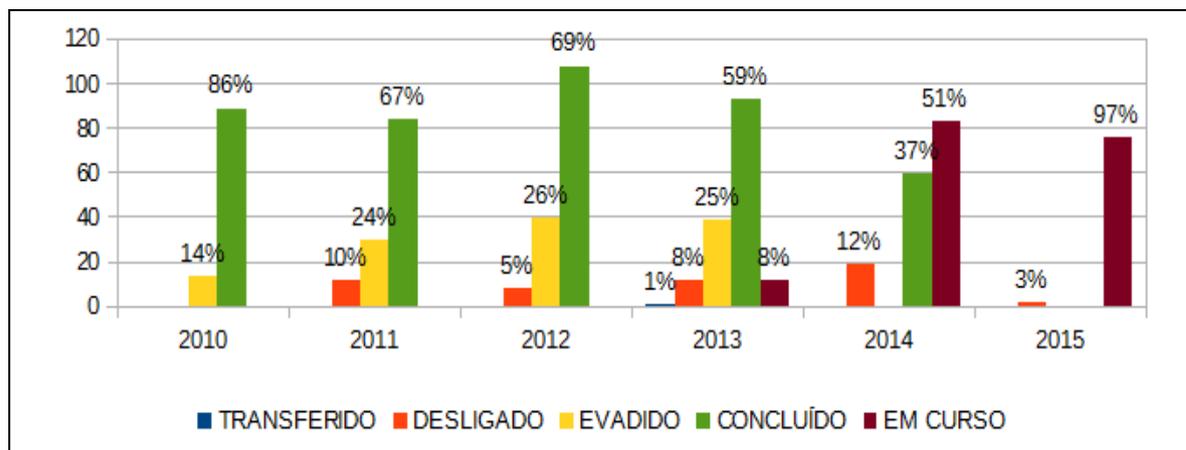
Tabela 10: Fluxo Escolar do curso **Técnico em Zootecnia Subsequente** ao Ensino Médio do IF Baiano *Campus Guanambi* no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	42	0	0	6	36	0
2011	81	0	11	14	56	0
2012	79	0	3	20	56	0
2013	79	1	2	21	54	1
2014	83	0	12	0	32	39
2015	39	0	1	0	0	38
TOTAL	403	0	13	0	32	77

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico abaixo revela em síntese os dados apresentados nas tabelas anteriores, permitindo uma visualização das taxas referentes ao fluxo escolar nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio ofertados no Campus, no período referenciado.

Gráfico 02 - Taxas do Fluxo Escolar nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio do IF Baiano *Campus Guanambi* no período 2010-2015



As tabelas 11, 12, 13 e 14 apresentam o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* nos cursos superiores no período de 2010 a 2015.

Tabela 11: Fluxo Escolar do curso Superior de **Engenharia Agrônômica** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	39	0	1	5	1	18	8	6
2011	50	1	3	4	1	14	11	16
2012	42	0	11	1	8	0	0	22
2013	45	0	4	1	5	5	0	30
2014	40	0	2	0	3	0	0	35
2015	43	0	3	0	0	0	0	40
TOTAL	259	1	24	11	18	37	19	149

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

Tabela 12 - Fluxo Escolar do curso Superior de **Licenciatura em Química** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	MATRICULADO
2010	40	0	0	0	10	17	7	6
2011	44	0	0	0	4	24	10	6
2012	43	0	0	0	5	13	0	25
2013	41	0	0	0	3	17	0	21
2014	41	0	0	0	5	4	0	32
2015	42	0	0	0	0	0	0	42
TOTAL	251	0	0	0	27	75	17	132

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

Tabela 13 - Fluxo Escolar do curso Superior de **Tecnologia em Agroindústria** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	37	0	0	0	7	13	17	0
2011	42	0	0	0	8	9	20	5
2012	41	0	0	0	7	14	1	19
2013	38	0	0	0	7	7	0	24
2014	39	0	0	0	11	6	0	22
2015	35	0	0	0	2	0	0	33
TOTAL	232	0	0	0	42	49	38	103

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

Tabela 14 - Fluxo Escolar do curso Superior de **Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	31	0	2	0	11		5	13
2013	42	1	8	0	10	0	1	22
2014	30	0	1	0	2	0	0	27
2015	29	0	2	0	0	0	0	27
TOTAL	132	1	13	0	23	0	6	89

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico a seguir representa visualmente os dados referentes às taxas do fluxo escolar nos Cursos Superiores ofertados no *Campus* Guanambi apresentados nas tabelas acima.

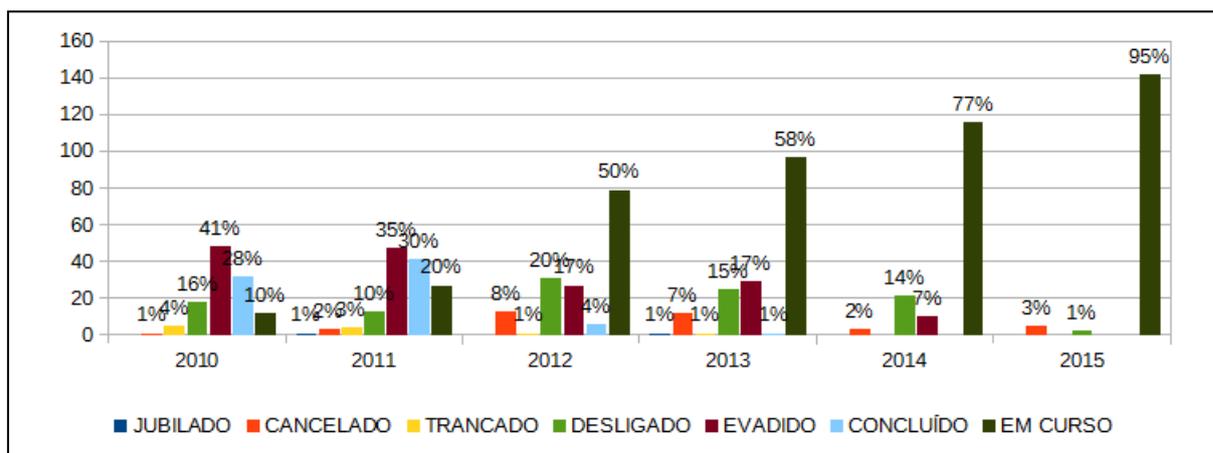


Gráfico 03 - Taxas do Fluxo Escolar nos **cursos Superiores** do IF Baiano *Campus* Guanambi no período 2010-2015

A tabela 15 apresenta o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA no período de 2010 a 2015.

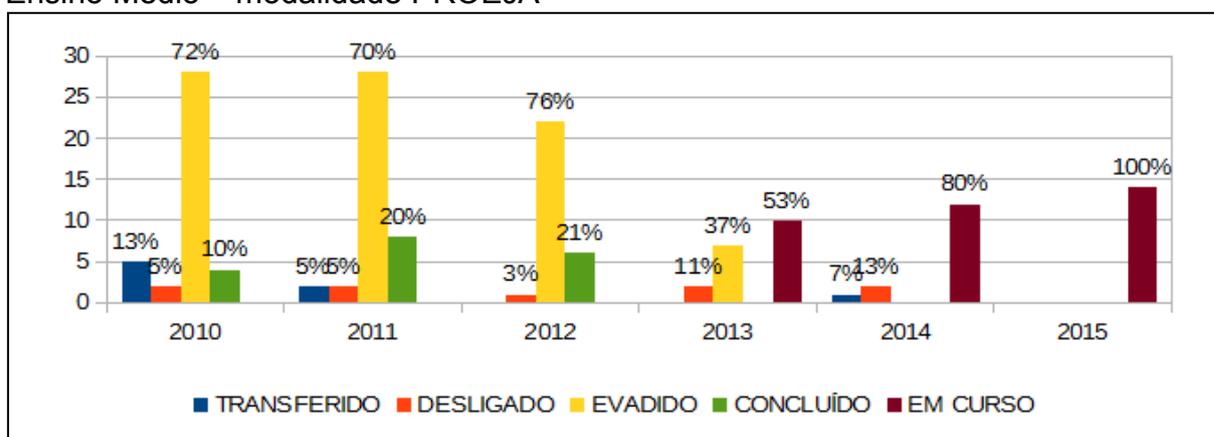
Tabela 15: Fluxo Escolar do curso **Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA** do IF Baiano *Campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	39	5	2	28	4	0
2011	40	2	2	28	8	0
2012	29	0	1	22	6	0
2013	19	0	2	7	0	10
2014	15	1	2	0	0	12
2015	14	0	0	0	0	14
TOTAL	156	8	9	85	18	36

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico abaixo sintetiza os dados apresentados na tabela anterior, permitindo visualizar as taxas referentes ao fluxo escolar do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA no período em referência.

Gráfico 04 - Taxas do Fluxo Escolar no curso **Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA**



Observa-se através dos dados apresentados alguns aspectos que merecem atenção especial por parte da comunidade escolar do *Campus* Guanambi. Os índices

de evasão chamam a atenção nos cursos superiores, nos primeiros anos de oferta dos cursos subsequentes e, destacadamente no PROEJA, que chega a atingir a margem dos 70% nos anos 2010, 2011 e 2012. Nesta relação, merece destaque o fato de que, embora nos últimos anos o índice de evasão no PROEJA tenha diminuído, o quantitativo de alunos que efetivou matrícula também diminuiu consideravelmente. A exemplo do ano 2015 que preencheu apenas 14 das 40 vagas ofertadas.

Os dados apresentam também um índice pequeno de conclusão nos cursos, sobretudo nos cursos superiores e PROEJA, evidenciando os casos de retenção, que levam às situações de repetência, um indicador de ineficiência grave no fluxo escolar.

É válido ressaltar que a evasão e a repetência são fenômenos interligados e a combinação deles tem sido identificada como uma das principais falhas do sistema educacional brasileiro. É possível observar também que os dados de transferência nos cursos integrados, principalmente nos primeiros anos de oferta, merecem atenção.

De maneira geral, este levantamento revela que, de fato, há uma necessidade do *Campus* investir na elevação dos índices de eficiência e eficácia acadêmica. E, os resultados remetem à comunidade acadêmica a realizar algumas reflexões: *Será que sabemos quem são os alunos que, na nossa escola, apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem? Quais se ausentam com mais frequência na escola? E os que abandonaram, evadiram ou se transferiram, sabemos o motivo? O que estão fazendo? Será que estão insatisfeitos? Estamos nos esforçando em trazê-los de volta para a vida acadêmica? Temos tratado essa situação com o carinho e o cuidado que ela necessita?*

Ao responder a essas perguntas a comunidade acadêmica do *Campus* Guanambi poderá discutir e planejar ações educativas que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino ofertado pela instituição, e, por conseguinte, contribuam para que o campus de fato alcance a meta de promover o acesso e a permanência com êxito dos estudantes.

4.5 A Relação *Campus* - Comunidade

O IF Baiano campus Guanambi visa o bom relacionamento com a comunidade, tendo em vista sua missão institucional e sem dela se desvincular, realiza ações de comunicação com a comunidade interna e externa e dispõe do setor do Núcleo de Relações Institucionais (NRI) e do setor de Assessoria de Comunicação (ASCOM) responsável pela Comunicação Institucional.

A comunicação com a comunidade interna ocorre por diferentes veículos como página oficial do IF Baiano *Campus* Guanambi; afixação de cartazes, editais, ofícios, memorandos, portarias, dentre outros documentos em murais e dependências da Instituição, bem como através de reuniões pedagógicas e administrativas.

A comunicação externa ocorre via ofício expedido pelo Gabinete, página oficial do IF Baiano Campus Guanambi, utilização das rádios locais, de outdoors, faixas, cartazes, panfletos e/ou folders, bem como pelas ações de extensão e visitas técnicas junto à Comunidade.

O Núcleo de Relações Institucionais (NRI) media a realização de parcerias interinstitucionais, constituindo-se um importante setor para viabilização dos estágios curriculares. Além disto, o referido núcleo agenda visitas e recebe visitantes, acompanhando-os aos setores de interesse do grupo.

O Campus dispõe de um Setor de Audiovisual e Comunicação, que auxilia na publicação e/ou atualização da página oficial. A comunicação cumpre o papel de criar um fórum de interlocução entre estudantes, corpo técnico-administrativo, docentes, dirigentes e comunidade civil. Faz isso por meio de publicações de fotos e textos em jornais, revistas, prospectos e sítios eletrônicos; uso de redes sociais e contato com a imprensa em geral. Conta com a colaboração de comunicadores nos campi, que são responsáveis pela construção coletiva e manutenção dos sítios eletrônicos das unidades.

ATO CONCEITUAL

5. PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO *CAMPUS*

5.1 CONCEPÇÃO DE SER HUMANO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

CONCEPÇÃO DE SER HUMANO

O Projeto Político Pedagógico, proposto pelo coletivo do IF Baiano/*Campus* Guanambi, permite vislumbrar um conceito significativo e significador de ser humano, o qual não pode nos escapar da ideia de ser humano com competências e habilidades múltiplas imbricadas a sua capacidade de pensar, comunicar e de estabelecer significações.

Nesse sentido, pautados em uma concepção hermenêutica da compreensão do ser humano (GADAMER, 2002), envolvendo seus desdobramentos na relação com o outro, acreditamos na imagem de homens e mulheres holísticos e que existem em um campo contextual de inter-relações preocupando-se com a formação ética da existência que se dá individualmente, mas dentro de um coletivo que reconhece que o ser humano é um ser em formação, sempre habitado pela alteridade e pelo efeito da relação humana. Em que pese, neste âmbito tratamos o diálogo hermenêutico proposto por Gadamer (2002) como proposta que estabelece a compreensão como uma forma de existir, mediante a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, por meio do exercício dialógico. Assim, apostamos que

"Na compreensão [...] projeta seu ser para possibilidades. Esse ser para possibilidades, constitutivo da compreensão, é um poder-se que repercute sobre a [...] as possibilidades enquanto aberturas. (HEIDEGGER, 2005, p.200)

Sob essa configuração, atentos ao propósito pedagógico de cunho transversalizado e multirreferencial, temos um ideal de ser humano que coaduna com nossos objetivos/fins/metapas da Educação que se materializa em uma sociedade plural, movida por diversidades inerentes aos próprios seres humanos que nela se fazem princípio, meio e fim, imprimindo coerência e sentido às orientações e práticas pedagógicas, pelas quais orientamos o nosso ser e fazer educativos.

CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

As formas de ofertas que se efetivam no cenário dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Múltiplas e verticalizadas – já trazem em seu bojo um amálgama complexo que representa, por si só, a concepção de sociedade movente de nosso fazer: Uma concepção de sociedade plural e democrática que se materializa a partir de relações múltiplas e intersubjetivas, as quais interferem significativamente na vida subjetiva, social e institucional. Nesse sentido, vale ressaltar que,

O conceito de sociedade plural anda de passo com outros conceitos, tais como os de globalização, multiculturalismo e cosmopolítica, ora em grande evidência, mas já presentes na nossa história pregressa. São temas amplos inerentes à cultura humana como um todo, desde sua origem até nossos dias. Esse caráter histórico e universal é bastante visível no caso da formação, até mesmo porque se trata do processo constituinte do humano. (GOERGEN, 2014, p. 23)

A concepção de sociedade que se adota por uma instituição educacional, em especial quando se tem uma dimensão tão complexa como a do campus Guanambi, não diz respeito apenas a uma escolha filosófica, mas, acima de tudo, refere-se a uma postura epistemológica perante a pluralidade [recorte contextual da sociedade em que vivemos] que aqui acolhemos. Tal opção representa, pois, nosso reconhecimento e o nosso respeito para com a diferença, a alteridade, a diversidade que (re) compõem as identidades em formação que integram nossa comunidade externa e interna, coadunando, assim, com todas as orientações legais, éticas e estéticas, para a oferta de uma educação qualidade para todos e para todas, coerente, também, com a efetivação de um projeto digno e democrático de sociedade.

O grande desafio que se coloca, então, é a harmonização entre, de um lado, o direito à identidade cultural com tudo o que isso importa e, de outro, a necessidade da convivência, do respeito e do reconhecimento das identidades culturais entre si. Esse é o desafio da contemporaneidade [...] para ingressar numa nova cultura da convivência de culturas com base no entendimento e reconhecimento. (GOERGEN, 2014, p. 30)

Por fim, o que ora se concebe por sociedade dialoga pluralidade e democracia. E essa perspectiva, como diz Edgar Morin (2000), favorece a relação rica e complexa entre indivíduo/sociedade, em que a democracia depende das condições que dependem de seu exercício cotidiano, que, por sua vez, exige consciência, responsabilidade social e ética da condição humana.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

O artigo 205 da Carta Magna brasileira define que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Na magnitude e completude que alberga o mencionado artigo constitucional é que buscamos enveredar nossa concepção de educação, sem perder de vista, o compromisso com a diversidade, com a política e com a pluralidade cultural inerentes ao ser humano, pondo em relevo a responsabilidade para com a democracia, enquanto constante construção que exige, conforme Morin (2000), uma aprendizagem cidadã contínua. Tudo isso, à luz da observância da Lei nº 11.892/08 que orienta as nossas finalidades e características, enquanto integrantes do contexto nela instituído:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - **ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades**, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - **desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais[...]**.

É sob essa égide que vamos edificando e materializando o que concebemos por educação, fazendo valer o que Rios (2002, p.42) denominou de “dimensão

técnica” e “dimensão política” a ela atinentes, “dialeticamente relacionadas” ponderando que “na articulação do que é especificamente pedagógico com a totalidade do social [é] que se realiza a dimensão política da educação.

Dessa forma a tecitura de tal concepção propõe interconexões de ordem política, ética, estética, tecnológica, econômica, cultural, histórica e social aberta às invenções, às experiências e atualizações inerentes a um exercício formativo mais significativo e, conseqüentemente, mais efetivo no âmbito dos macroprocessos finalísticos da nossa instituição – Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.2 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A constante transformação à qual a humanidade está submetida desde sua origem é um consenso inegável. Inegável também é o fato de que, atualmente, a civilização atingiu um nível de complexidade que acarretou, em algumas décadas, mudanças drásticas e definitivas nas relações do homem com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo.

O conhecimento, entendido como um “corpo de saberes”, nesta sociedade, tem ocupado o centro das relações humanas. A informação, em consequência, tornou-se matéria-prima na construção e manutenção das relações de poder, atribuindo hegemonia aos detentores dos meios de sua produção. O domínio dos mecanismos de processamento da informação, dessa forma, tornou-se condição de sobrevivência, cabendo à educação o papel de fornecer aos indivíduos os instrumentos necessários ao êxito na sociedade.

Nesta seara, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma dimensão do ensino que tem se destacado em nossa realidade nacional, tanto por sua importância para o desenvolvimento social e econômico do país, quanto pelas suas atuais políticas de expansão que têm demonstrado o interesse governamental em suas potencialidades e em seu controle.

Dada as suas potencialidades e desafios, a formação para o trabalho tem ocupado o centro de uma problemática no que se refere aos seus princípios fundamentais e finalidades, evidenciando duas perspectivas antagônicas: a dos segmentos hegemônicos que se pautam no modelo de “formação capitalista, centrada na competição, na formação para o ‘mercado de trabalho’, na ‘eficiência produtiva’, na ‘integração ao sistema’ e no individualismo” (MENEZES NETO, 2011, p. 25-26) e a das forças de resistência a esse modelo que se propõem a compreender e “incorporar o trabalho como um princípio educativo que não tenha em vista a ‘preparação para o emprego’, mas a ‘formação pelo trabalho’” (MENEZES NETO, 2011, p. 32), com vistas à emancipação humana e à superação da lógica do mercado.

Neste interim, torna-se mister evidenciar os princípios nos quais se pautam o conceito de EPT assumidos pelo IF Baiano.

5.2.1 Formação Humana: diversidade, inclusão e cidadania

Todo e qualquer pressuposto que busque fundamentar ações ou políticas educacionais não pode se furtar a pautar-se em princípios que consubstanciem o direito de toda pessoa à formação humana e cidadã e à formação profissional.

O potencial libertador da educação só poderá manifestar-se plenamente com o reconhecimento da imprescindibilidade de ações inclusivas e da diversidade social que permeia, sobretudo, o ambiente escolar, na construção da cidadania.

A Escola, tendo por fundamento este princípio, deve criar as condições adequadas para a articulação entre educação/qualificação profissional e a educação básica, em função das demandas educativas vigentes no contexto social sem perder de vista e de formação humana em virtude do pleno desenvolvimento biopsicossocial do sujeito educando.

A visão de EPT compartilhada pelo IF Baiano parte do pressuposto de que esta é, potencialmente, condição privilegiada para que o trabalho adquira um lugar de dignidade, uma vez que as situações de trabalho vivenciadas podem conduzir-se com todo o seu vigor e sua força enquanto princípio educativo no âmbito político-

pedagógico. Para qual, jamais deve permitir-se perder de vista a formação integral do ser humano, que articula ciência, trabalho e cultura.

5.2.2 Concepção de Educação e a sua relação com o mundo do trabalho

O conceito de trabalho deve ser compreendido dentro de uma ótica de mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e sentido da vivência humana. O aspecto existencial do trabalho é o orientador para a construção social de conhecimentos e cultura.

É necessário ter em vista a *indissociabilidade* entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, compreendendo o trabalho como princípio educativo. Isso não significa restringir-se ao reducionismo da concepção do “aprender fazendo ou de formar para o trabalho, mas sim na ampliação da concepção da pessoa humana enquanto produtora de sua realidade e, dessa forma, destinada a se apropriar dela e a transformá-la.

Quando pensada neste contexto, distanciamos do conceito que visa atender às demandas por aspectos meramente produtivos e/ou comportamentais em sua dimensão mais empobrecida. O foco abrange as demais relações que se constroem no cotidiano do trabalho: solidariedade entre os coletivos de trabalhadores, as lutas sindicais, as resistências à total submissão ao mercado de trabalho. O trabalho, então, é compreendido como experiência humana e, como tal, como relação social contraditória e permeada de conflitos, antagonismos e, também, cumplicidades. Ou seja, uma visão muito positiva do trabalho condiciona uma visão pedagógica positiva da qualificação para o trabalho.

É necessário encontrar um lugar digno para o trabalho na escola, um lugar no qual o trabalho seja compreendido dentro da sua complexidade e capacidade de promoção de um itinerário de formação que, em todos os níveis, elevando o respeito do trabalhador enquanto ser humano integral e permitindo que suas experiências e saberes trazidos do trabalho permeiem o espaço escolar em relação dialética com os saberes curriculares sistematizados.

5.2.3 Concepção de Ciência e Tecnologia

A intervenção humana sobre o meio material possui caráter teleológico, isto é, uma natureza pautada na capacidade humana de ter consciência das próprias necessidades e de planejar os meios para satisfazê-las.

Dessa forma, ao produzir os meios necessários à sua sobrevivência o ser humano produz conhecimentos que, sistematizados no âmbito das relações sociais e por um processo histórico, compõe a ciência.

Nesses termos, compreendemos o conhecimento como uma construção social pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade. Essa construção, entretanto, exige um método, que parte do concreto empírico para a representação fenomenológica. A teoria, portanto, é o concreto elevado ao plano do pensamento.

Dessa forma, qualquer fenômeno que sempre existiu como força natural só se constituiu em conhecimento quando o ser humano dela se apropria tornando-a força produtiva para si. Por exemplo, os ventos, as descargas elétricas, as manifestações do calor, sempre existiram enquanto fenômenos naturais e desde os primórdios da humanidade foram presenciados por nossa espécie, mas não representavam conhecimentos até o momento quando o ser humano se apropriou desses fenômenos conceitualmente, formulando teorias que viabilizaram a sua utilização como força produtiva.

A ciência, portanto, abrange o conhecimento melhor sistematizado e expresso estruturalmente na forma de conceitos representativos das relações da realidade determinadas e apreendidas.

O conhecimento, socialmente produzido e legitimado ao longo da história, resulta de um processo empreendido pela humanidade na busca teleológica da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais.

A ciência, dessa forma, conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a perpetuação para diferentes gerações, ao tempo em que podem ser

questionados e superados historicamente, em um processo permanente de construção de novos conhecimentos.

A tecnologia, neste contexto, se relaciona simbioticamente com a ciência no processo de retroalimentação que, ao mesmo tempo em que visa à satisfação das necessidades humanas, cria novas necessidades.

Sendo assim, somos levados a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. Podemos defini-la, então, como uma mediação entre ciência (apreensão e desvelamento da realidade) e produção (intervenção na realidade).

5.3 A DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO DA GESTÃO

A Gestão Democrática do ensino público é apontada pela Constituição Federal brasileira de 1988 em seu artigo 206, Parágrafo VI, como um dos princípios necessários para se ministrar o ensino em nosso país. O texto constitucional institui, ao mesmo tempo, o direito e o dever de participar de todos os que atuam nos sistemas e nas escolas públicas. Este disposto é regulamentado por leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação.

A LDB Nº 9.394/96, no art. 3º Parágrafo VIII, ratifica o disposto constitucional, apontando os doze princípios que devem reger o ensino no Brasil, dentre os quais se destaca: “a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Estabelecendo seu detalhamento nos Artigos 14 e 15.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Assim, entende-se um modelo de gestão que pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar em todos os aspectos da organização da instituição. É uma forma de exercitar a democracia participativa, podendo contribuir para a própria democratização da sociedade.

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. (Lück, 1998).

Acredita-se que a participação dos diversos segmentos nas decisões da escola influencia de forma positiva o ato pedagógico e a aprendizagem dos alunos, pois é através da Gestão Democrática da Educação que "as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola". Entende-se, nesse sentido que a participação da sociedade na escola é o caminho mais estreito para se elevar os níveis da qualidade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida e pautar seu currículo na realidade local. Assim, viabilizar uma gestão democrática nas instituições de ensino é comprometer-se com a realidade local e regional.

Acrescenta-se à participação, três elementos que, segundo (ARAÚJO, 2000), são imprescindíveis à gestão democrática: a autonomia, a transparência e a pluralidade. A autonomia está relacionada ao poder de emancipação e transformação social, a transparência está intrinsecamente ligada à ideia de escola como espaço público, e a pluralidade se refere ao respeito e à abertura de espaço para o "pensar diferente" na instituição. Além disso, como instrumentos de ação da gestão democrática, surgem as instâncias diretas e indiretas de deliberação, tais como conselhos e similares, que propiciam espaços de participação e de criação da identidade do sistema de ensino e da escola.

Nessa perspectiva, a gestão democrática e participativa se consolida pela integração de toda a comunidade acadêmica, construindo ações pautadas na transparência e otimização dos recursos, reconhecendo e aceitando os diversos valores, hábitos, atitudes e conhecimentos de cada um. É necessário o envolvimento

e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para que seja respeitada a autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira.

Coadunando com essa concepção de gestão, o IF Baiano campus Guanambi oportuniza espaços de diálogo com a comunidade interna e externa, espaços de discussão e deliberação coletiva, como por exemplo, processo de escolha do diretor escolar, construção do Projeto Político Pedagógico da escola constituição dos Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos. Procurando sobretudo, resguardar a gestão democrática como um objetivo e um percurso. Um objetivo, por tratar-se de uma meta a ser sempre aprimorada, e um percurso, porque se revela como um processo que, a cada dia, se avalia e se reorganiza.

5.4 DIRETRIZES DE ENSINO

5.4.1 A Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Educação Profissional no IF Baiano deve ser compreendida como a qualificação ou habilitação dos indivíduos para o desenvolvimento de atividades profissionais, podendo ser de forma complementar ou articulada à educação geral, comprometida com a formação humana e integral para o exercício profissional e cidadão.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) 9394/1996 dispõe em seu artigo 39 que a Educação Profissional é uma modalidade de ensino que “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), além da formação para o trabalho, é compreendida como um direito do cidadão, pautada em processos formativos para a prática social, que articula as atividades intelectuais e manuais de maneira crítica e dialógica, possibilitando a formação geral e profissional através da oferta de programas flexíveis e relacionados as demandas contemporâneas.

A EPTNM, conforme prevê o Decreto nº. 5.154 de 23 de julho de 2004, bem como o Parecer CNE/CEB nº. 39/2004, deve ser desenvolvida nas formas subsequente e articulada com o ensino médio. Na forma subsequente, os cursos são destinados aos estudantes que concluíram o ensino médio. Na forma articulada, existem duas configurações: integrada e concomitante. Na configuração integrada, os cursos são ofertados para os estudantes que concluíram o ensino fundamental, possibilitando aos mesmos, habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma Instituição, com matrícula única. Desse modo, o estudante tem a oportunidade de desenvolver o itinerário formativo da Base Nacional Comum do Ensino Médio, cumprindo as finalidades estabelecidas para a formação geral e conclusão da última etapa da educação básica, e, simultaneamente, realizando a formação técnica profissional, garantindo uma preparação para o exercício de profissões técnicas e ampliando as possibilidades de inserção qualificada no mundo do trabalho. Na configuração concomitante, o curso visa contemplar estudantes que ingressaram no Ensino Médio, com matrículas distintas para cada curso, podendo ser ofertada na mesma instituição ou não, mas como convênio de intercomplementaridade (BRASIL, 2012).

Segundo a Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, são princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção

do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

No Instituto Federal Baiano, a formação profissional técnica de nível médio deverá ocorrer, prioritariamente, nas formas integrada e subsequente, zelando pelo cumprimento dos 50% (cinquenta por cento) das vagas exigidos na Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008). Para além das exigências legais, estas escolhas traduzem o compromisso político e social, assumido por este Instituto, de contribuir com a expansão da educação básica e qualificação profissional no interior da Bahia e construir um projeto de desenvolvimento histórico de um povo, oferecendo formação integral, pública e gratuita, sobretudo para estudantes em desvantagem social.

Desse modo, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IF Baiano é concebida como mecanismo que: a) promove a formação integral e integrada com a prática social transformadora; b) oportuniza a ampliação e aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos contemporâneos; c) articula a teoria com a prática para o domínio da técnica em nível intelectual e d) qualifica para a gestão e o mundo do trabalho.

As Políticas da Educação Profissional no Brasil oportunizam importantes questionamentos, sobretudo em relação ao resgate do ensino profissional técnico de nível médio (FRIGOTTO et al., 2005). Estes questionamentos versam sobre a necessidade de conferir uma sólida identidade a este nível/modalidade de formação,

superar a dualidade entre a formação acadêmica para favorecidos socialmente e a formação instrumental para adolescentes, jovens e adultos, geralmente em situação de desvantagem social, entre outros.

Ao considerar o ensino médio (nível) como a última etapa da educação básica, que se inicia da educação infantil, e a educação profissional (modalidade) que habilita os indivíduos para o exercício profissional, é possível afirmar que o “Ensino Médio é base a partir da qual se pensa a educação profissional” (RAMOS, 2006). Sendo assim, a proposta curricular da EPTNM deve dialogar com o ensino médio, através da preparação básica para o mundo do trabalho, de maneira planejada, seja de maneira complementar ou interativa. “A preparação básica para o trabalho deve estar organicamente integrada tanto à base nacional comum quanto à parte diversificada do currículo, ao mesmo tempo em que os conhecimentos associados à realidade do mundo do trabalho devem ser básicos à quaisquer atividades produtivas” (RAMOS, 2006).

As políticas públicas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ocupam um lugar fundante, sobretudo, por servir como dispositivos para sobrepujar a dicotomia entre cultura geral e cultura técnica e conduzir itinerários formativos que dialoguem com a realidade social dos estudantes, numa perspectiva de transformação, preparando-os para atuar de forma competente, ética, técnica e política nas múltiplas e multifacetadas arquitetura do mundo do trabalho.

Fundamentado nessas Diretrizes e princípios que regem a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no país é que o IF Baiano Campus Guanambi organiza e implementa os seus Projetos Pedagógicos de Curso, sem perder de vista as necessidades e possibilidades local e regional.

5.4.2 A Educação Profissional Técnica Integrada à Educação de Jovens e Adultos

O Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído, inicialmente, pelo

Decreto nº. 5.478/2005 e substituído, posteriormente, pelo Decreto nº. 5.840/2006, tem como objetivo elevar a escolarização de jovens e adultos, através da formação pessoal e profissional, respeitando a realidade e especificidades dos mesmos. São cursos técnicos de nível médio, destinados aos jovens e adultos trabalhadores, que tiveram o direito à escolaridade negado ou ignorado e que buscam no IF Baiano – *Campus Guanambi* a formação profissional, inclusão social, valorização e reconhecimento de seus saberes.

Segundo o Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no Brasil, cerca de 65,9 milhões de pessoas com mais de 15 anos não frequentam a escola regular, 13,9 milhões com 15 anos ou mais são analfabetos e 22 milhões com 18 anos ou mais concluíram apenas o ensino fundamental. Em relação a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foram matriculadas 4.046.169 pessoas com 15 anos ou mais nesta modalidade de educação em 2010 e de acordo com o Censo Escolar de 2013, o Ministério da Educação divulgou que 3.102.816 estudantes foram matriculados na EJA 67 nas redes públicas estaduais e municipais de ensino. Desse quantitativo, 69,1% estão no ensino fundamental e 30,9%, no ensino médio. Embora as pesquisas sinalizem uma redução de cerca de 20% em comparação aos anos anteriores, isso não significa uma redução na demanda por esta modalidade de educação. Ao contrário, os dados evidenciam a necessidade de repensar as políticas educacionais, no sentido de compreender e atender a este público efetivamente.

Estes dados ratificam a importância do PROEJA e acentuam os desafios a serem enfrentados nesta modalidade de ensino. Desafios estes que vão desde as dificuldades de leitura, escrita e das quatro operações básicas da matemática, passando pela falta de identificação com o curso, evasão e retenção devido às dificuldades em acompanhar os conteúdos, falta de condições financeiras por serem arrimos de família e impossibilidade de arcar com as despesas com transporte.

O preconceito social e o histórico escolar marcado por fracassos influenciam na baixa autoestima destes estudantes, fazendo-os desacreditarem na própria capacidade de aprender. Soma-se a isso, as dificuldades da inserção no mundo do trabalho, devido a competição profissional e o preconceito por parte de instituições/empresas em relação aos adultos que ingressam "tardiamente" na

profissão. Ou seja, há na sociedade uma visão equivocada e estabelecida de que existe “tempo certo” para a conclusão do processo de formação profissional.

Neste contexto, o IF Baiano - *Campus Guanambi* tem como propósito desenvolver ações efetivas e eficazes que não apenas oportunizem o acesso deste público aos cursos, mas possibilitem a permanência e conclusão com êxito na formação profissional e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida.

5.4.3 A Educação Superior

A Educação Superior é um nível de ensino da educação brasileira composta pelos cursos de graduação e pós-graduação. No IF Baiano, a Educação Superior de graduação tem como finalidades:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (LDBEN, Lei nº 9.394/96)

A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Ensino, estabelece em seu Art. 6º a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos/cidadãs com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desta forma, o Instituto Federal Baiano deve ministrar, em nível de graduação: a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

Neste sentido, as licenciaturas devem formar professores e professoras para atuarem na Educação Básica, por meio da articulação entre o conhecimento científico e os desafios da educação nacional, criando estratégias para a ressignificação, ampliação e socialização desse conhecimento para com a comunidade. A oferta de cursos de licenciatura, em percentual de 20% do total de suas vagas, é obrigação institucional do IF Baiano – *Campus Guanambi*, em atendimento ao que estabelece o Art. 8º da Lei nº 11.892/2008.

Os cursos superiores de tecnologia devem estimular a inovação e a utilização dos conhecimentos em diferentes áreas do setor produtivo. Assim, no IF Baiano - *Campus Guanambi*, espera-se que os profissionais sejam formados com embasamento científico e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas, de modo a intervir de forma qualificada na sociedade.

Os cursos de bacharelado visam a formação de profissionais para atuação ética e cidadã, com sólida base de conhecimentos científicos e tecnológicos, dotados de compreensão humanística e política da sua conjuntura regional e global.

A educação superior de graduação no âmbito do IF Baiano – *Campus Guanambi* está pautada em uma concepção de formação que contempla os aspectos humano, político, cultural, científico, técnico, tecnológico, artístico e estético, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de atuar de forma responsável, transformadora e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional.

A perspectiva de formação de sujeitos em nível de graduação, face aos desafios contemporâneos, coloca em pauta a necessidade de uma formação ampliada, de profissionais reflexivos (Schön, 2000), com uma concepção de competência que vá além dos marcos da racionalidade técnica. Trata-se de uma perspectiva de competência como práxis (Kuenzer, 2003), forjada a partir do diálogo reflexivo entre a teoria e a prática, segundo a qual os graduandos e graduandas do IF Baiano – *Campus Guanambi* devem ampliar suas visões de mundo e suas capacidades de comunicação e integração com os diversos sujeitos que compõem seus ambientes de convivência e de trabalho. Desse modo, a educação superior, no âmbito da graduação, para além de formar o trabalhador qualificado e a trabalhadora qualificada para as necessidades do mundo do trabalho, deve formar, também, pessoas para o pleno exercício da cidadania.

Essa concepção de educação superior de graduação no IF Baiano – *Campus Guanambi* deve voltar-se para as vocações e demandas produtivas locais, regionais e nacionais, a partir das identidades, potencialidades e possibilidades de verticalização da formação acadêmica, tendo como um dos eixos principais o desenvolvimento dos contextos local e regional.

Alicerçando-se nessa concepção de graduação que prima por uma formação integral para o trabalho e para o exercício da cidadania, afirma-se como princípios basilares para o ensino superior de graduação no IF Baiano:

a) Compromisso com a oferta de educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, integrada às demandas locais e regionais;

b) Verticalização do ensino, com a integração da educação básica à superior, de modo a permitir a continuidade e aprofundamento dos estudos aos seus educandos e educandas;

- c) Flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização, integração e atualização permanente na organização dos itinerários formativos;
- d) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- e) Respeito ao ser e aos saberes dos educandos e educandas;
- f) Compromisso ético e responsabilidade socioambiental;
- g) Diversidade e inclusão;
- h) Igualdade de condições para o acesso e permanência com qualidade na educação superior.

Com base nesses princípios, as seguintes diretrizes devem orientar a oferta de cursos superiores de graduação:

a) Observar a integração e equivalência curricular de cursos de graduação de mesma área, respeitadas as especificidades locais e regionais, de modo a permitir a mobilidade acadêmica estudantil e a troca de saberes junto às ações de ensino, pesquisa e extensão.

b) Promover a avaliação e adequação permanente dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Graduação, com integração entre os Cursos de mesmo perfil de formação.

c) Assegurar que o estágio curricular (obrigatório ou não obrigatório) represente uma autêntica atividade pedagógica, planejada e supervisionada, principalmente, quando da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação.

d) Garantir que na organização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Graduação, respeitadas as especificidades de cada Curso, as normativas institucionais e a legislação vigente.

e) Promover práticas de avaliação da aprendizagem, bem como dos cursos, de forma contínua, cumulativa, integral e sistematizada, através de procedimentos diversos, tendo como principal função pedagógica fornecer dados e indicadores para subsidiar a tomada de decisão acerca dos possíveis problemas de aprendizagem que possam ser identificados, tanto do ponto de vista da ação do professor quanto do (a) discente.

f) Incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que auxiliem tanto no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos básicos dos

cursos ofertados, quanto na construção de um novo perfil de formação dos futuros profissionais.

g) Viabilizar as condições para uma sólida formação geral que habilite os futuros graduados e graduadas a enfrentarem a complexidade e as mudanças na produção do conhecimento e no exercício profissional.

h) Articular a oferta das licenciaturas às demandas da Educação Básica, incluindo temáticas referentes às relações étnico-raciais, o desenvolvimento do currículo integrado e a educação de jovens e adultos.

i) Ofertar cursos superiores de tecnologia que contemplem a formação de profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional, com formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológicas, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços, incentivo ao desenvolvimento da capacidade empreendedora e sintonia das competências profissionais com os mundos do trabalho.

j) Construir propostas curriculares para as engenharias e bacharelados que, estruturadas em uma base sólida de conhecimento científico e tecnológico, com a flexibilidade necessária para permitir sucessivas especializações, além de atualizações contínuas, dentro da própria graduação ou integradas à pós-graduação.

Além dos cursos de graduação, os Institutos Federais devem ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Lei nº 11.892/2008).

A integração e a verticalização no *campus* Guanambi, para além do aproveitamento dos recursos e insumos da Instituição, são formas de promover o diálogo entre as diferentes etapas dos itinerários formativos, contribuindo para aperfeiçoar e consolidar campos do conhecimento articulados às condições da estrutura física e dos recursos humanos disponíveis. Assim, partindo do

princípio da verticalização do ensino, a pós-graduação do *Campus Guanambi* articula-se diretamente com os demais cursos ofertados tendo como princípio norteador a articulação entre as atividades teóricas e práticas.

5.4.4 A Educação à Distância

Diante de grandes transformações tecnológicas nos setores produtivos, e principalmente na comunicação, a exigência é por mais qualificação de quem trabalha nas diversas áreas, observando a redução do espaço de tarefas repetitivas, almejando-se muito mais um indivíduo criativo e com maior potencial para tomar decisões.

Nesse contexto, a Educação à Distância surge para tirar os limites espaciais e temporais no processo de aprendizagem, através dos avanços tecnológicos. Se antes a aprendizagem do indivíduo era limitada a um local e horário para ocorrer, hoje a EaD proporciona um diferencial na individualização no processo de aprendizagem. Ela possibilita ao estudante organizar o seu tempo de acordo com as suas necessidades pessoais e profissionais. Por outro lado, esta modalidade demanda um maior comprometimento, leitura e empenho do estudante.

Essa flexibilização nos momentos de estudo é possível graças à adesão da EAD aos avanços tecnológicos. Isso implica em um novo papel das instituições de educação na mediação dos processos educacionais (ensino, pesquisa e extensão).

No Brasil, diante das limitações do sistema educacional convencional (presencial) para universalização da oferta educacional, a EaD é uma oportunidade de difusão e democratização da educação. Desta maneira, a sociedade passa a ter uma opção de inclusão para a melhoria do processo educacional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, contempla a expansão da oferta na modalidade a distância, em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Educação de Jovens e Adultos; graduação e pós-graduação.

A busca que se impõe aos profissionais ligados à educação de formar o cidadão com o perfil adequado à atual vida em sociedade, revela a urgência de modificações

para as instâncias educadoras em vários níveis. Portanto, para provar que o sistema educacional pode transpor as barreiras da distância, a EaD é um dos focos para se construir uma sociedade que busca o desenvolvimento.

A LDBEN nº 9.394/96, estabeleceu em seu Art. 80 *que a educação à distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União; e que caberá à União regulamentar requisito para realização de exames, para registro de diplomas relativos a cursos de educação à distância.*

O Decreto nº. 5.622/05 em seu Art. 1º conceitua Educação à Distância (EaD):

[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 1996).

O Termo de Acordo de Metas e Compromissos dos Institutos Federais dispõe sobre a implantação da modalidade Educação à Distância como atividade regular. Nesse sentido, o IF Baiano precisa ampliar as possibilidades de oferta de ensino sem gerar grande sobrecarga nas instalações físicas e proporcionando a diversificação de cursos em diferentes níveis de ensino.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano preconiza que as políticas públicas em EaD no Brasil, no âmbito da Rede Federal de Ensino, são promovidas pelo Ministério da Educação (MEC) através de dois grandes projetos: a Rede e-Tec Brasil, na esfera da educação técnica, e a Universidade Aberta do Brasil, na educação superior.

A Rede e-Tec Brasil é definida pelo Decreto nº. 7.589/2011 e tem como finalidade “desenvolver, ampliar e democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica exclusivamente na modalidade a distância” (BRASIL, 2011). O IF Baiano – *Campus Guanambi*, vinculado à Rede e-Tec Brasil na modalidade a distância, está habilitado para a oferta de cursos da educação técnica de nível médio.

A proposta da EAD do IF Baiano – *Campus Guanambi* visa a construção de uma sociedade democrática, plural, justa e ética, proporcionando a possibilidade do desenvolvimento de autonomia, do pensamento crítico e livre, da capacidade criativa

e do acesso aos bens culturais historicamente produzidos pelo homem, indispensáveis à dignidade da vida humana, bem como a formação técnica que o prepare profissionalmente para ingresso no mundo do trabalho e/ou para ressignificação do lugar que já ocupa e para o seu permanente desenvolvimento, por meio do acesso à educação.

Os princípios da EaD em consonância com os princípios e normas que regem o IF Baiano, visam a:

- a) garantia do direito à educação pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade;
- b) democratização do acesso considerando as políticas afirmativas;
- c) promoção da igualdade de condições e direitos, contemplando as políticas de diversidade e a inclusão;
- d) respeito às diversidades regionais, sociais e culturais;
- e) flexibilização dos tempos e espaços do ensino e da aprendizagem;
- f) verticalização do ensino;
- g) respeito a pluralidade de concepções pedagógicas;
- h) articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Também em conformidade com o IF Baiano, as diretrizes da EaD destinam-se a:

- a) ofertar cursos em todos os níveis e modalidades;
- b) garantir a formação inicial e continuada da equipe, bem como promover formação aos demais servidores do IF Baiano visando a atuação na EaD;
- c) garantir as condições mínimas necessárias à oferta de cursos com qualidade, no tocante a equipe técnico-pedagógica e de infraestrutura;
- d) propor ações para consolidação e expansão sustentável da EaD no âmbito do IF Baiano;
- e) estimular a oferta de disciplinas na modalidade EaD, nos cursos presenciais;
- f) priorizar a certificação intermediária nos cursos técnicos de nível médio;
- g) contemplar a modalidade de EaD na formação inicial e continuada de professores;
- h) garantir o alinhamento e ambientação dos estudantes ao modelo de suporte

tecnológico utilizado pela EaD;

i) Instituir Núcleo de EaD nos campi, com a função de acompanhar as atividades da modalidade dos polos vinculados aos campi;

j) consolidar fórum de EaD, envolvendo o IF Baiano e parceiros com vistas à ampliação do debate sobre a modalidade;

k) apoiar a implementação de programas, projetos e cursos de educação a distância;

l) propor projetos e cursos de melhoria da qualidade de ensino (nivelamento, aperfeiçoamento e certificação) e ações que visam combater a evasão e retenção no IF Baiano;

m) propor a adequação de todas as normativas e documentos institucionais que porventura não contemplem a EaD, mas que seja necessário.

É importante destacar que o processo de ensino-aprendizagem pode ter o êxito esperado na EaD se os objetivos dos cursos e/ou disciplinas ofertados forem suficientemente claros, construindo assim a base para o desenvolvimento e crescimento dos envolvidos no processo, direcionando-os para o sucesso profissional que deverá ser consequência dos esforços realizados por cada um.

5.5 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO

Submersos em uma conjuntura em que não há fazer educacional qualificado que se sustente sem contar com fundamentos e princípios curriculares referenciados nas relações, nos contextos e nos significados emanados das demandas individuais e coletivas da instituição onde tal fazer *acontece*, o que ora se apresenta enquanto concepções e princípios orientadores do currículo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano /*Campus Guanambi* traz em seu bojo um caráter político e educativo que se nutre das realidades e anseios sociais para justificar e significar as finalidades sociopolíticas da educação que delineiam nossa macro missão institucional, expressa nos principais documentos que regem as atividades

administrativas, didáticas e pedagógicas do IF Baiano.

Dessa forma providos de um referencial de valores representantes de uma visão que se tem de mundo, de sociedade, de educação, de cultura, de trabalho, de ciência, e de ser humano, assim como considerando o contexto de educação, ciência e tecnologia que circunda o fazer no IF Baiano, *Campus Guanambi*, a concepção de currículo que aqui se instaura mantém sintonia com os pilares que basilam a educação profissional e tecnológica, bem como mantém-se atenta à complexidade inerente à oferta do ensino verticalizado que abrange desde o ensino médio até os mais altos níveis do ensino superior.

Nessa perspectiva, pensando em um currículo comprometido com o seu tempo e com uma ótica educacional que se constrói de forma cooperativa e solidária, sem perder de vista as singularidades individuais e coletiva dos sujeitos partícipes da comunidade escolar e externa à ela, bem como pondo em relevo a valorização dos saberes produzidos pela humanidade no decurso de sua história, compreendidos e contextualizados à luz dos saberes locais, compreendemos o currículo como caminho eleito dotado de condições para o indivíduo acessar o conhecimento necessário ao exercício da cidadania em todas as dimensões de sua existência, em que, a partir da **integração teoria e prática**, possa, com autonomia conduzir e ampliar a própria aprendizagem (aprender a aprender), mobilizando os saberes construídos nas intervenções exigidas em seu convívio social, aplicando, difundindo e redimensionando tais saberes de forma solidária (aprender a fazer e conviver).

Nessa contextura, à luz de estudos da concepção *etnocrítica de currículo*, concebemo-no como um “poderoso instrumento na constituição de realidades educacionais e identidades sociais e culturais” (MACEDO, 2007b). Ocasão em que valemo-nos das asseverações de Macedo (2007, p. 24) quando aduz que o currículo é “um artefato socioeducacional que se configura nas ações de conceber/selecionar/produzir, organizar, institucionalizar, implementar/dinamizar saberes, conhecimento, atividades, competências e valores visando uma dada formação”.

Cumpramos ressaltar, nesse ínterim, nossa crença coletiva de que aquilo que elegemos como relevante e pertinente ao ensino e conseqüentemente às

aprendizagens é crucial para o cumprimento do que nos propomos a realizar enquanto missão institucional e enquanto real oportunidade de inserção produtiva, solidária e autônoma no mundo. Essa realidade se potencializa no *Campus Guanambi*, quando consideramos o significativo conceito de qualidade que temos face a comunidade local e toda a microrregião guanambiense, em virtude do reconhecimento da responsabilidade institucional frente ao tempo de permanência do aluno na escola, tornando-a um lugar privilegiado para o desenvolvimento do pensamento autônomo, construído sob a égide do tripé indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, estando sempre atentos à maturidade (sendo que convivemos com a precocidade da adolescência e do acesso cada vez mais cedo ao mundo do trabalho), às diversidades (considerando a dinâmica necessária à inclusão de pessoas com as mais diversas necessidades especiais e educacionais específicas) e aos sinais de conflito anunciadores das mudanças que urgem acontecer.

Cientes de que tão importante quanto universalizar a escola é a universalização da aprendizagem e do desenvolvimento pessoa, como um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar, situar, pertencer e atuar no mundo, o currículo por nós concebido atrela-se a uma educação articuladora que transita entre o local e o global e que se propõe estar a serviço dessa universalização e desse desenvolvimento, que incidem na construção das identidades, da autonomia e da liberdade.

Essa configuração coaduna com a concepção de Educação elucidada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - do IF Baiano:

A Concepção de Educação do IF Baiano interliga-se ao princípio transdisciplinar, que permite correlacionar o processo de ensino-aprendizagem com a diversidade humana, cultural, política, econômica e social, compondo eixos essenciais na formação de seus currículos e de seus componentes curriculares, em que a interdisciplinaridade e a inovação tecnológica podem contribuir para uma aprendizagem correlacionada com outros saberes que não só os saberes disciplinares. [...] A transdisciplinaridade não atua somente com a questão da episteme, mas dialoga com a práxis pedagógica no espaço educativo, de maneira que a formação acadêmica não é mais um reflexo de uma cultura homogeneizadora, mas de culturas de múltiplos saberes, promovendo a educação para as relações etnorraciais, de gênero, de inclusão, do convívio com as questões ambientais e do fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Esses novos saberes não atuam na divisão de um conhecimento superior ou inferior, mas sim na diversidade de perspectivas de modos de ser, pensar e agir, na formação de valores ético-humanísticos, na construção de um conhecimento contextualizado e significativo, que, no mínimo, requer compromisso e responsabilidade social, aproximando teoria e prática, e promovendo a transformação social e o fortalecimento da cidadania e dos princípios democráticos. (PDI/IF BAIANO, 2015, p. 64)

Ainda em confluência com o PDI do IF Baiano (2015), ratificamos o entendimento de currículo como sendo:

- Representação dos conhecimentos escolares e do conjunto das experiências de aprendizagem que visam a apropriação e a reconstrução desses conhecimentos.
- Processo de seleção e organização dos conteúdos e das atividades de aprendizagem como aspectos fundantes na proposta curricular, que traduzem o projeto político pedagógico institucional.
- Concretização da concepção, escolhas e posicionamento da Instituição frente à cultura produzida socialmente.
- Representação dos princípios do processo educativo em suas dimensões cognitiva, cultural, ideológica, política e social.
- Expressão dos interesses dos grupos sociais e do modo que estes selecionam, classificam, organizam e avaliam a produção do conhecimento no cotidiano educativo.
- Representação da relação entre cultura e sociedade, capaz de reproduzir e refletir as intenções, práticas, valores.
- Integração das disciplinas numa proposta que dialoga com a multi, inter e transdisciplinaridade, com enfoque na contextualização e flexibilização na definição dos objetivos e competências, dos conteúdos e práticas pedagógicas.
- Uma construção que ocorre de forma coletiva e colaborativa, assegurando a autonomia, os saberes específicos, pedagógicos e das experiências dos profissionais, bem como a realidade local, regional e

demandas sociais.

- Processo favorecedor dos itinerários formativos que oportunizam aprendizagens e saberes efetivos para compreensão e transformação da realidade.
- Processo integrador do ponto de vista didático, pedagógico, em articulação com os processos cognitivos dos estudantes.
- Caminho fundante da integração teoria e prática como possibilitadora da apropriação dos conhecimentos de maneira sólida e dialógica com os diversos campos de conhecimento.
- Adoção de uma perspectiva crítica como pressuposto de reconhecimento da não neutralidade da ciência, dos saberes e das atitudes de quem aprende e de quem ensina.

Tudo isso sem perder de vista que estamos coletivo e institucionalmente empenhados em fazer respeitar os seguintes princípios:

1. Escolarização e formação profissional como direito de todos, em condições iguais de oportunidades e acesso aos bens culturais;
2. Desenvolvimento de habilidades e competências individuais e sociais, intelectual e política, visando o exercício cidadão, autonomia, dignidade humana, inclusão social;
3. Criteriosa seleção dos conhecimentos sistematizados e criticidade da prática pedagógica, que valoriza as questões da diversidade cultural, questões sociais, geracionais, ambientais, etnoraciais e de gênero;
4. Valorização dos arranjos socioprodutivos locais e regionais como meio de transformação econômica, cultural e social.
5. Criação e difusão de espaços e tempos para trocas de experiências formativas discentes e docentes, reconhecendo-as como importantes “atos de currículos emanados das vivências institucionais;
6. Promoção das competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo.

7. Valorização das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas indispensáveis ao processo de produção, organização, acesso e disseminação do conhecimento.

Em suma, o *Campus* Guanambi, cômico de que o currículo dá conteúdo, direções e sentido ao seu fazer, precisa estar em fiel observância a todos esses elementos de modo que mantenha sempre a insígnia de instituição educacional sempre aprendente de si – que se articula e se filia às diversas dimensões dos saberes e das práticas pedagógicas com foco na contextualização e no mundo do trabalho – adepta de um currículo como espaço de cultura e das competências como eixo de aprendizagem.

É mister ressaltar que a construção da proposta curricular deste *Campus* propõe-se a sempre a garantir os **parâmetros democráticos de participação** de todos os segmentos desde a concepção, até a aplicação, avaliação e redimensionamento da mencionada proposta.

Nesse íterim, questões como democracia, cidadania, identidade, diversidade, inclusão, valores e responsabilidade são incorporados ao amálgama curricular como essenciais para a garantia da transversalidade dimensional do todo que se produz e que se pretende produzir.

Entrelaçando tais questões, intenta-se ver se constituindo, no *acontecer* vivencial institucional, um diferente tecido cultural representativo de ideias *outras* de formação e profissionalidade, conforme a asseveração de que,

Como prática de significação e como representação, o currículo poderia ser, então, redefinido[...], como uma prática produtiva de significados, uma representação, que se dá dentro de relações sociais assimétricas, visando a efeitos de poder dentre os quais se destaca a produção de identidades sociais [...] - o currículo age como cultura e a cultura é a própria produção de sentidos dentro de um sistema de significação. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 207)

Dessa forma, além da busca pelo cumprimento dos princípios já elencados, preparar os indivíduos para o diálogo constante com os mais variados **fazeres artísticos da produção cultural**, os quais têm seus arranjos imbricados na complexidade e na multirreferencialidade dos saberes e fazeres locais/globais, faz-se,

também, um propósito sumariamente válido, em especial ao considerarmos os espaços e tempos onde nos localizamos, os quais são caracterizados pela não permanência, pela constante mudança, pelo inusitado e pela urgência, o que constitui mais um desafio contemporâneo para a educação em prol de uma aprendizagem escolar não só significativa, mas também criativa. Essa situação ganha amparo conceitual em Sá 92004) quando relata que:

Complexidade e multirreferencialidade: esses são referenciais que têm possibilitado uma compreensão mais abrangente da educação e do currículo [...]. O mundo do currículo, dessa forma, sugere a necessidade de ser considerado como um processo, sem a interrupção do seu movimento, pois processo se renova, se recria, possibilitando uma multiplicidade de significados e exigindo múltiplos referenciais para sua compreensão. (Sá, 2004, p.132)

O conjunto desses princípios aliados à consciência da complexidade da vida cultural em suas dimensões sociais, econômicas e políticas e da presença maciça de produtos científicos e tecnológicos, bem como da multiplicidade de linguagens e códigos no cotidiano, integram, assim, nossa concepção de currículo que orienta, significa, contextualiza e dá sentido ao nosso fazer enquanto Instituição de educação, Ciência e Tecnologia. Essa relação traz, em seu cerne, um anseio por diálogos mais efetivos em prol, principalmente, no âmbito do fortalecimento dos macroprocessos finalísticos da instituição – Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além disso, cumpre esclarecer que afiliando-se à estudiosos como Morin (2000), Nicolescu (1999), Toro (2005), Gatti (2002), Macedo (2010), Freire (2001), dentre outros, objetivamos que o propósito que orienta nosso currículo seja o marco institucional de nosso compromisso para com a sociedade em ofertar uma educação significativa e de qualidade condizente com o dever constitucional de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime e mais democrática, tendo como referência os interesses sociais e coletivos

Por isso, firmamos por meio deste documento a nossa postura de flexibilização, mobilização e personalização dos currículos dos eventos formativos, de modo que atendam às demandas temporais e formativas de nosso público, potencializando as

alternativas mediadas pelas tecnologias;

Em síntese, é imperioso que palavras como acolhida, respeito, pesquisa, formação, compreensão, integração, reflexão, incentivo, reconhecimento e divulgação transcendam a semântica do desejo potencial (potência) e atualizem-se (tornem-se atos) em concreções cotidianas político-formativas constantes em um projeto formativo, cujo desenvolvimento profissional não está, sob nenhuma hipótese, dissociado do desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

5.5.1 Currículo Integrado: Desafios e Possibilidades

O Decreto 5.154/2004, cuja proposta de integração no Ensino Médio viabiliza ao aluno o estudo da formação básica e profissional ao mesmo tempo, veio suscitar a necessidade de se acabar com o modelo fragmentado da educação brasileira. A união da formação escolar com a do trabalho, exigiu a estruturação curricular, agora sob forma de um currículo integrado de conhecimentos e saberes disciplinar e interdisciplinar.

No entanto, é necessário se atentar para que não se faça apenas “mistura mecânica de conteúdos” das duas formações. “A forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional, caso não esteja sustentada por uma concepção de formação omnilateral, é extremamente frágil e não lograria mais do que suas finalidades formais” (RAMOS, 2005, p. 13).

Nesta concepção, os conhecimentos são abordados de forma articulada de modo que o saber científico interage com os aspectos culturais, sociais e políticos promovendo relações entre conhecimento e realidade, conforme preconiza o PDI do IF Baiano (2015-2019), que aponta como proposta curricular desta Instituição a integração das disciplinas, interdisciplinaridade, contextualização na definição dos objetivos e competências, dos conteúdos e práticas pedagógicas conectadas às demandas locais e regionais.

As práticas pedagógicas pautadas nas concepções abordadas acima, possibilitam uma aprendizagem significativa, na medida que os conteúdos passam a ser integrados aos conhecimentos prévios do aluno, proporcionando maior significado

à sua aprendizagem, o que não ocorre quando o modelo fragmentado e estático do conhecimento reforça as práticas antigas de ensino pautadas na desarticulação dos saberes.

O ensino baseado exclusivamente nos conteúdos, torna-se fracionado e descontextualizado e dificilmente proporcionará significação para o aprendiz, daí a importância de se adequar o currículo escolar às demandas atuais da sociedade vinculadas ao contexto educacional. Dessa maneira, a sala de aula deve ser um espaço impulsionador da aprendizagem, no qual o aluno se sinta desafiado e mobilizado a buscar novos conhecimentos a partir dos que já possui, participando efetivamente na construção do seu conhecimento. Neste sentido, Ausubel (1982), enfatiza que para haver aprendizagem significativa são necessárias duas condições: primeiro o aluno precisa ter disposição para aprender, segundo o conteúdo escolar a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo. Cada aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio.

No que tange à Educação Profissional, a formação global do ser humano deve estar associada também à formação para o desenvolvimento do perfil profissional, assim, o currículo integrado permite essa articulação dos conhecimentos gerais e específicos sob os pilares do trabalho, ciência e cultura, voltados para as necessidades do mundo do trabalho bem como suas implicações na sociedade. Considerando que o profissional da atualidade precisa interagir com o mundo globalizado e suas tecnologias, é imprescindível que as práticas pedagógicas conservadoras e fragmentadas sejam superadas no intuito de ofertar aos alunos da Educação Profissional, uma formação que também o possibilite acompanhar o progresso científico e tecnológico, além de torná-los capazes de atender ao cenário profissional e responder às demandas locais e regionais.

5.5.1.1 Fundamentos e Princípios do Currículo Integrado

A partir da sua origem, o Currículo Integrado se constitui naturalmente transformador e dessa forma torna-se um meio de superar os traços excludentes da história da escolarização básica, principalmente na formação de jovens e adultos. O

objetivo é apresentar um conjunto de pressupostos pedagógicos para oferecer opções contra as modelagens dicotômicas da educação brasileira, especificamente à formação básica e a formação profissionalizante. Nota-se na proposta de Currículo Integrado a rejeição do currículo dualista, dividido em disciplinas, e a não aceitação do conhecimento puramente transmitido, “Educação Bancária”.

Assim, constitui-se importante determinar as diferenças entre uma proposta de educação emancipatória e as pedagogias tradicionais. Embora se saiba que uma pedagogia não é indispensavelmente modificada por não aceitar a transmissão pura de conteúdos ou recomendar um currículo integral. A análise da realidade concreta, através dos conhecimentos científicos e uma educação empenhada na emancipação humana, permite perceber as incoerências existentes na produção dos saberes, na adequação da riqueza socialmente criada e na forma produzir e distribuir conhecimento.

O Currículo Integrado se fundamenta na organização da aprendizagem cuja finalidade é oferecer uma educação que contemple diversas formas de conhecimento, que priorize a formação humana integral e possibilite ao educando ampliar sua leitura de mundo e intervir sobre ele. A globalização da aprendizagem e a interdisciplinaridade são elementos essenciais para a efetivação deste tipo de currículo, que busca o diálogo entre os conhecimentos e experiências que proporcionem o entendimento de forma crítica e reflexiva acerca da realidade.

Contudo, a elaboração deste currículo perpassa pelo fazer coletivo, considerando dentre outros, os aspectos culturais e sociais no qual a escola se encontra inserida, exigindo para isso, uma escola democrática e reflexiva que possibilite a aderência às demandas locais no contexto educacional bem como a efetiva participação da comunidade escolar.

O IF Baiano reconhece o currículo Integrado como a relação entre as partes e totalidade bem como um conjunto integrado e articulado de atividades cuidadosamente planejadas no intuito de oferecer formação ampla ao educando, tornando-o capaz de realizar leitura crítica do mundo e atuar na constituição de uma sociedade mais democrática. Assim, o ensino integrado tem por objetivo “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o

lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2002, p. 43-44).

Neste contexto as atividades educativas deverão ser concebidas numa perspectiva interdisciplinar entre as áreas da educação profissional, da educação básica e outras áreas do conhecimento de modo a contextualizar os conhecimentos científicos às dimensões da vida humana.

A organização da proposta curricular preconizada pelo IF Baiano, segundo seu PDI (2015-2019), se baseia nos seguintes princípios:

- a) escolarização e formação profissional como direito de todos, em condições iguais de oportunidades e acesso aos bens culturais;
- b) desenvolvimento de habilidades e competências individuais e sociais, intelectual e política, visando o exercício cidadão, autonomia, dignidade humana, inclusão social;
- c) criteriosa seleção dos conhecimentos sistematizados e criticidade da prática pedagógica, que valoriza as questões da diversidade cultural, questões sociais, geracionais, ambientais, etnorraciais e de gênero;
- d) Valorização dos arranjos socioprodutivos locais e regionais como meio de transformação econômica, cultural e social.

5.5.2 A pesquisa como princípio pedagógico

A pesquisa como princípio pedagógico e educativo contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual, crítica e reflexiva do sujeito; favorece sua formação humana e científica; direciona na compreensão da realidade e atuação no mundo, bem como amplia suas possibilidades de vivências de aprendizagens significativas. Ao compreender seu meio e agir em função do coletivo, suas ações assumem uma dimensão integradora sócio-cultural e técnica na busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida das pessoas.

Nesse contexto, o papel da pesquisa é levar o indivíduo a compreender-se como parte da realidade social (seja pela pesquisa aplicada ou básica), instigar a curiosidade, gerar inquietude e estimular a busca de saberes para sua atuação no

meio em que vive.

Para tanto, a pesquisa não está baseada em um acúmulo de informações e conhecimentos, mas antes de tudo, estabelece um conjunto necessário de saberes integrados e significativos no âmbito individual e coletivo, com o intuito de “fortalecer a relação entre o ensino e a pesquisa. Assim, a consolidação da pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional está diretamente atrelada ao desenvolvimento de tecnologias sociais, resultado de uma intervenção social fruto da aproximação efetiva do Instituto com a comunidade.

5.5.3 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, a partir da relação parte-totalidade, é estabelecida como princípio organizador do currículo e como método de ensino aprendizagem, ocorrendo inter-relações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos sem desconsiderar os conceitos, significados, causas, fatores, processos, problemas nas diversas disciplinas.

Para Morin (2000, p. 43) “a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional”. E essa condição de isolar os conhecimentos, de fragmentá-los, causa a incapacidade de considerar o saber contextualizado e globalizado.

Nessa perspectiva, a integração/articulação dos diferentes campos do conhecimento entre si, levará a intensidade da troca e interação real dos saberes, da complexidade da vida e dos problemas do cotidiano. Além disso, conforme legislação de ensino em vigor, essa prática interdisciplinar vem atingir os seus objetivos quando: melhorar a formação geral do estudante e seu papel na sociedade; atingir uma formação integral, garantindo o desempenho dos futuros profissionais e atendimento das necessidades do mercado de trabalho; incentivar a formação de pesquisadores; garantir maior autonomia dos estudantes para prosseguir seus estudos; compreender e modificar o mundo, levando em consideração a complexidade da realidade pelas suas múltiplas e variadas formas. (FAZENDA, 1992, p. 41-48)

5.5.4 Os Projetos Integradores

O Projeto Integrador constitui-se em uma estratégia de ensino e aprendizagem de caráter multi e interdisciplinar com a qual, a partir de um conjunto de ações, tem-se a possibilidade da análise de problemas, reflexões, discussões e proposições com vistas a compreender “os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social” (RESOLUÇÃO nº 6, MEC/CNE/CEB, 2012, Art. 13, inciso II).

De modo geral, trata-se de uma estratégia que busca contemplar, sobretudo, o disposto na Resolução nº 2, MEC/CNE/CEB, 2012, Art.10, inciso II, que se refere ao tratamento das temáticas obrigatórias no desenvolvimento do currículo, como: Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003); Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999); Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/1997); Educação em Direitos Humanos, dentre outros, de forma transversal e integrada.

Nesse sentido, o projeto integrador se caracteriza como uma atividade articuladora e integradora que visa, de forma inovadora, a adoção de estratégias de ensino e aprendizagem flexíveis, interdisciplinares, onde o currículo é pensado de forma sistêmica, promovendo a autonomia discente e a integração com a sua área de formação profissional, favorecendo também sua formação pessoal e cidadã. Pode-se dizer que funciona como materialização da perspectiva interdisciplinar e dialógica da ação educativa, em um processo de articulação teoria e prática, possibilitando assim, a concretização curricular da educação profissional integrada ao ensino médio, através do diálogo entre o chamado Núcleo Comum e o Núcleo Tecnológico.

Pela amplitude da proposta e riqueza de possibilidades, o desenvolvimento dos projetos integradores nos cursos oportunizará itinerários formativos de estudantes que compreendam a realidade em que estão inseridos, numa visão prospectiva de transformá-la, incentivando-os a resolver situações problemas, a aplicabilidade dos saberes desenvolvidos no curso, além da postura pesquisadora, extensionista e empreendedora.

Assim, a realização do projeto integrador caminha para a construção de uma metodologia mais condizente com as demandas da realidade contemporânea, no que diz respeito ao campo da construção dos saberes sistematizados. Tal postura tende a ver, nas diversas áreas e nos diversos conteúdos elencados, os instrumentos necessários para responder a questões que forem formuladas pelos alunos e pelos professores, diante de situações e de problemáticas advindas do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, não são os conteúdos que geram os projetos integradores. São os projetos que dão significado e importância à seleção dos conteúdos curriculares.

Desta forma, no decorrer do desenvolvimento dos projetos, deverão ser priorizadas ações que promovam a articulação dos conhecimentos, saberes, experiências, segundo os diferentes pressupostos científicos – Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, e Componentes Tecnológicos e destes com os saberes tradicionais/locais e regionais.

Dessa forma, temas gerais como a diversidade cultural, etnoracial, de gênero, sexual, geracional, classes e a sustentabilidade ambiental serão debatidos e incluídos nas ementas dos componentes curriculares, cujas ações educativas realizar-se-ão em formas de Projetos integradores, interdisciplinares, de pesquisa e de extensão, envolvendo a maior parte das disciplinas, com conteúdos contextualizados a partir da realidade do IF Baiano – *Campus Guanambi*.

Nessa perspectiva, a contextualização em processos sociais de desenvolvimento local se constitui importante estratégia para a promoção de processos de ensino-aprendizagem significativos, participativos, críticos e criativos. Estas ações interacionistas corroboram o escopo do Ensino Profissional e com a etapa da Educação Básica que buscam a garantia e a consolidação das aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho, bem como atuação social.

Considerando o caráter interdisciplinar dos projetos integradores o seu planejamento deve envolver todos os professores do curso, contemplando as etapas: a) definição das temáticas e grupos, com respectivo professor responsável; b) pesquisa bibliográfica; c) estudos dirigidos, ciclo de palestras, etc.; d) visita técnica/

estágio de vivência, com observação, conversas informais, entrevistas, etc., ou quando necessário também atividade em laboratório; e) análise dos dados e produção de relatórios; f) apresentação do trabalho em seminário organizado para a culminância, podendo este acontecer integrado a evento da instituição.

5.5.5 A indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é marco epistemológico da identidade institucional, trata-se de um tripé que coaduna saber, investigação e ação comunitária, que se interligam aos arranjos produtivos dos territórios, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica.

O IF Baiano concretiza-se como uma instituição de reconhecimento social, que funciona de forma sistêmica, articulando a inovação, o desenvolvimento científico e a produção de conhecimento, de maneira a fortalecer o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, local, regional e nacional.

Trabalhar com este tripé é ter elementos para se promover um ensino que favoreça o estreitamento da relação entre a sociedade e o meio acadêmico, proporcionando aos estudantes meios de vivenciar práticas mais próximas de suas áreas de desenvolvimento profissional e pessoal e, sobretudo, despertar nestes estudantes uma maior conscientização do que é o ensinar e o aprender e, ainda, despertar suas capacidades de autorreflexão crítica.

Ademais, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão além de promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento e a inovação científica, tecnológica, também deve ater-se às atividades artística e cultural.

Nessa perspectiva, o Campus Guanambi coaduna com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (2015-2019) no que se refere à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando atender aos seguintes objetivos:

I. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- II. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- III. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- VI. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VII. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VIII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- IX. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- X. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. É por meio deste tripé que a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

ATO OPERACIONAL

6. DIRETRIZES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA

A práxis pedagógica no *Campus Guanambi*, em conformidade com O Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano, pauta-se na educação democrática e libertadora, na prática política, no reconhecimento da complexidade do fazer educativo, nos princípios da interdisciplinaridade, da educação para as relações etnoraciais, educação ambiental, inclusiva, sustentabilidade, multiculturalidade e igualdade de condições sociais. Compreende-se o ato de educar como direito humano fundamental.

É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem musicar, sem cuidar da terra das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 2000, p. 64).

Ao defender um projeto educacional democrático, o *Campus Guanambi* ratifica as convicções da Instituição IF Baiano, de que é necessário investir na transformação da prática pedagógica. Os cursos técnicos de nível médio, sobretudo a educação de jovens e adultos (EJA), a educação a distância em seus diferentes níveis, os cursos de graduação e pós-graduação, constituem marco fundamental na construção do conhecimento, no desenvolvimento local e regional, pessoal e social. Neste sentido, as estratégias de ensino-aprendizagem devem utilizar metodologias diferenciadas e fazerem uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Esse percurso metodológico permite uma abordagem quanti-qualitativa, calcada em uma aprendizagem baseada em situações-problemas, projetos, tecnologias interativas de ensino, visitas técnicas, aulas práticas de laboratório e de campo, grupos de

observação e discussão, oficinas (workshops), nivelamento, monitoria, aulas expositivas dialógicas, seminários, dentre outras.

As políticas de ensino promovem ações em torno de projetos de nivelamento, monitoria e tutoria acadêmica, de maneira a possibilitar a permanência e êxito do(a) educando(a), viabilizando a construção de uma estrutura curricular flexível, interdisciplinar e integradora dos diferentes campos do saber humano, científico, cultural, tecnológico e social.

A flexibilização curricular é um princípio que deve reger os Projetos Pedagógicos de Cursos e visa uma maior participação dos estudantes na organização curricular, favorecendo a possibilidade de escolhas no delineamento do seu processo formativo.

O desenvolvimento de metodologias contextualizadas com o itinerário formativo do (a) aprendiz traduz-se em outro princípio fundamental da prática educativa, pois considera a necessária articulação entre a teoria e a prática, de forma a relacionar a formação acadêmica à realidade vivenciada in loco de atuação e sua articulação com arranjos socioproductivos locais e regionais.

Desenvolver uma prática pedagógica alicerçada em tais reflexões, implica em buscar uma ação didática que favoreça a compreensão da realidade, dos diversos contextos, do aprendizado ativo destinado a conquistar conhecimentos específicos e da capacidade de estabelecer associações e articulações pertinentes e adequadas.

Portanto, uma das diretrizes fundamentais é a permanência e êxito do(a) educando(a), havendo uma política de aproveitamento de estudos e reconhecimento de experiências anteriores, mediante decisão colegiada que visa aproveitar os diferentes saberes, que ultrapassa o saber acadêmico-científico, analisando as diretrizes e princípios de acordo com os parâmetros legais.

6.1 O Planejamento Pedagógico

O Planejamento Pedagógico constitui um instrumento indispensável à ação educativa. Não apenas como experiência de elaboração de planos burocráticos,

formais, mas como instrumento de reflexão do fazer pedagógico. Um instrumento teórico-metodológico que visa a intervenção na realidade.

Para Libâneo (1994, p. 222), o planejamento pedagógico é entendido como um “processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Segundo Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Nessa direção, Vasconcellos (2002, p.35), defende que “(...) planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”.

[...] Mais do que uma ferramenta de trabalho, o planejamento deve ser entendido como postura, como forma de organizar a reflexão e a ação do educador, como estratégia de posicionamento diante da realidade. (ARANHA, 2008, p. 41).

Nessa perspectiva, Vasconcelos, (2000) aponta três dimensões que devem ser consideradas pelo docente, no processo de reflexão e de elaboração do Planejamento Pedagógico ou Projeto de Ensino-Aprendizagem, como é denominado por ele: **a análise da realidade**(onde estamos); **a projeção de finalidades** (onde queremos chegar ou que desejamos alcançar)- está relacionada aos fins da educação, aos objetivos do ensino, aos valores, à visão de homem e de mundo; **e a elaboração das formas de mediação** (como iremos alcançar o desejado ou de que forma iremos chegar lá).

Entende-se, portanto, que o planejamento é um fio condutor para o processo de ensino - aprendizagem e que este está em constante flexibilização para se adequar às necessidades reais que são apresentadas neste processo. Desta maneira, é preciso que o professor ao planejar e conduzir sua prática, esteja embasado por uma concepção de educação, que por sua vez, está relacionada às concepções de conhecimento e de currículo, além da concepção de aluno que tem e que pretende formar.

A prática do Planejamento está garantida na LDBEN nº 9.394/96. O seu Art. 13, prevê que:

“os docentes incumbir-se-ão de: II - “*elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino*” e V - “[...] *participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional*”.

O Art. 67, Título V determina que

compete aos sistemas de ensino promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

A legislação reconhece a importância do planejamento como instrumento intrínseco à prática docente e o aborda sob duas perspectivas: do dever e do direito do professor em planejar. O dever de sistematizar o processo de planejamento em um plano de ensino, disponibilizando-o para a Instituição e o direito de ter na Unidade Escolar tempo e espaço garantidos para a efetivação desse processo.

Esses espaços são apontados por Vasconcelos (2002), como momentos necessários e privilegiados para uma reflexão crítica e coletiva sobre a prática educativa e para o planejamento. Para ele, esses espaços se consolidam nas reuniões pedagógicas semanais. É nesse momento que o professor tem a oportunidade de refletir, coletivamente, sobre o currículo adotado pela escola, e tomar as decisões do *que fazer e como fazer* na sala de aula

Nesse sentido, é importante assegurar espaços institucionais onde o planejamento coletivo se desenvolva, e por isso, o IF Baiano Campus Guanambi indica como possibilidades os seguintes momentos: 1) jornada pedagógica; 2) reuniões pedagógicas; 3) reuniões de grupos.

A jornada pedagógica constitui-se em um momento no qual as ações e as diretrizes de trabalho para o ano letivo são definidas. Neste espaço privilegiado de planejamento coletivo, todos os profissionais - docentes, equipe técnico-pedagógica, técnicos-administrativos e gestores são envolvidos. É um espaço ideal para se garantir os momentos de estudos e reflexões acerca de temáticas que são relevantes para o contexto educacional e para a ação educativa.

As reuniões pedagógicas desenvolvem o planejamento e o replanejamento da prática pedagógica institucional. Nas reuniões pedagógicas, é possível tanto favorecer a construção e a difusão dos saberes (estudos temáticos da docência e/ou

outros estudos) quanto permitir a troca de experiências e a socialização de conhecimentos. Além de debater ao funcionamento da Instituição (ações da gestão, tomadas de decisões coletivas, planejamento institucional, assim como outras pautas). Devem acontecer com frequência semanal, com horários previamente reservados dentro da carga horária dos docentes e dos demais profissionais envolvidos.

As reuniões de grupos, inspiradas no mesmo ideário das reuniões pedagógicas, apresentam, como singularidade, a comunicação mais próxima entre grupos de interesses específicos comuns, como os colegiados de curso, os conselhos de classes (diagnóstico e final). Trata-se de momentos em que os docentes discutem e definem questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. As reuniões de grupos são um espaço fundamental de encontro e de reflexão conjunta, ideal para ampliar as possibilidades de novas conjecturas para o trabalho pedagógico coletivo.

6.2 As Metodologias de Ensino

O desenvolvimento de metodologias contextualizadas com o itinerário formativo do (a) aprendiz traduz-se em um princípio fundamental da prática educativa, pois considera a necessária articulação entre a teoria e a prática, de forma a relacionar a formação acadêmica à realidade vivenciada *in loco* de atuação e sua articulação com arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Assim, a prática pedagógica nos cursos ofertados no *Campus Guanambi* deve se fundamentar na aprendizagem como um processo contínuo de construção de conhecimentos, habilidades e valores e partir dos seguintes princípios metodológicos:

- Aulas diversificadas e atrativas;
- Metodologias desafiadoras, estimulando o pensamento crítico e priorizando a construção do conhecimento de forma ativa e interativa, utilizando estratégias diversificadas como: aprendizagem baseada em problemas, projetos, visitas técnicas, aulas práticas de laboratório e de campo, grupos de observação e discussão, oficinas, monitorias, aulas expositivas e dialógicas, seminários,

entre outras;

- Utilização da abordagem interdisciplinar e contextualizada;
- Desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica ou pesquisa aplicada associada ao processo de ensino e aprendizagem por meio de projetos de iniciação científica, projetos integradores, feiras e exposições e olimpíadas científicas;
- Diversificação dos processos avaliativos;
- Valorização do trabalho em equipe como postura coletiva e desenvolvimento de atitudes colaborativas e solidárias, respeitando a diversidade;
- Relação entre teoria e prática, de modo a relacionar a formação acadêmica a realidade vivenciada no local de atuação;
- Utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs) como postura inovadora, pois, estas são consideradas no âmbito do curso como ferramentas potencializadoras do processo de ensino aprendizagem;
- Relação interpessoal entre docente-discente/discente-discente/comunidade acadêmica pautado no respeito cooperativo e no diálogo. Princípio que, pela sua importância e influência no processo de ensino e aprendizagem, cabe uma discussão específica.

Em tempos de intervenção tecnológica a utilização das TICs, sobretudo no desenvolvimento do trabalho com os componentes curriculares, é uma necessidade premente, haja vista que os estudantes em seu dia a dia ‘vivem’ tecnologias. Trata-se de um contexto que exige não apenas o acesso, mas também a compreensão e o domínio das tecnologias. Portanto, cabe aos professores o papel principal de implementar de forma dinâmica e criativa a sua utilização em contexto de sala de aula.

Assim, o processo formativo no *Campus* deve incentivar e possibilitar a comunicação entre alunos, professores, instituição em geral, através do computador e o acesso à internet que além de oportunizar a busca de informações, edição de imagens, digitação de textos, planilhas, gráficos, etc., amplia a utilização desses recursos através da pesquisa orientada para apropriação adequada das informações e produção do conhecimento com textos de autoria perpassando por todos os

componentes curriculares.

6.3 Relação Docente X discente

A relação docente - discente constitui um dos fatores preponderantes no processo de aprendizagem. É esta relação que confere dinamicidade ao processo educativo. Mesmo sujeita a normas e programas do sistema de ensino, a interação do professor com o aluno e vice-versa forma o centro deste processo. Esta relação pode ser permeada por conflitos, pois se baseia no convívio de classes sociais, culturas, valores e objetivos diferentes, entretanto, é importante que esta seja marcada pela afetividade, confiança, empatia, respeito e, sobretudo, pelo diálogo, pois, conforme diz FREIRE,

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2005, p. 91).

Assim, considerando que o processo de ensino e aprendizagem não é estático, unidirecional, a relação docente – discente deve ser dinâmica, marcada pelo falar e ouvir, pelas trocas de aprendizados por ambos os lados. Nessa perspectiva, o professor não deve ser visto como o único detentor do saber, o transmissor do conhecimento, mas como mediador. Conforme afirma LIBÂNEO:

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem também para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. (1994, p.250)

É importante, pois, que o professor considere os saberes que os alunos trazem consigo. Para isso, faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo sincero, pois como afirma Gadotti (1999:2), “o educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo”. Desta maneira, o aprender se torna mais efetivo quando o aluno

sente que seus conhecimentos prévios são valorizados e considerados.

Destaca-se que a construção do conhecimento não deve ser compreendida como individual. O conhecimento é produto da atividade e do conhecimento humano marcado social e culturalmente. Nessa abordagem, o papel do professor é o de facilitador da aprendizagem, um intermediário entre os conteúdos e o sujeito aprendente, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los à autorrealização.

Segundo Freire (1996: 96), “o professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca”. Dessa maneira cabe a cada educador escolher que marca gostaria de deixar impregnada em seus alunos.

Portanto, cabe ao professor, nesta perspectiva dinâmica de sua relação com os alunos, ter sabedoria para lidar com as situações apresentadas em sala de aula. Além disso, considerar que este espaço não é apenas um lugar para transmitir conteúdos teóricos; é, também, local de aprendizado de valores, comportamentos e formação de seus alunos como seres pensantes e atuantes, capazes de interpretar e transformar a sociedade em que vive.

6.4 A Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é parte integrante do processo de ensino – aprendizagem, e constitui um dos procedimentos mais importantes do processo educativo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) definem avaliação como “um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.

Para Jussara Hoffmann,

A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto

concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação(...) (1992, p. 17). “A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento” (HOFFMANN, 1995, p.18).

Cabe salientar que a concepção de avaliação defendida pela escola está intrinsecamente relacionada às concepções que fundamentam a sua proposta de ensino, como afirma Caldeira (2000):

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (p. 122)

Assim, a nossa concepção de avaliação deve estar vinculada ao grande objetivo da educação que é a formação de pessoas autônomas, críticas e conscientes. E, portanto, deve estar a serviço das aprendizagens que favorecem essa formação.

Considerando as funções da avaliação, as literaturas apontam três modalidades de avaliação presentes no processo educativo: Diagnóstica, Formativa e Somativa.

A avaliação diagnóstica permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer. Desse modo, a prática avaliativa tem como principal objetivo, diagnosticar a situação de aprendizagem que se encontra cada aluno em relação ao currículo que está sendo trabalhado; e as informações geradas a partir dos resultados obtidos, deve necessariamente levar a um replanejamento dos objetivos e conteúdos, das atividades didáticas, dos materiais utilizados e das variáveis envolvidas em sala de aula, como: relacionamento professor-aluno, relacionamento entre alunos e entre esses e o professor.

Nesse sentido, a avaliação deve se configurar como instrumento motivador do processo de ensino e aprendizagem, pois as informações geradas podem ser utilizadas tanto pelos docentes como pelos discentes. Os discentes poderão perceber seus progressos e suas dificuldades e os docentes identificar se a sua prática está gerando bons resultados e o que precisa ser revisto, ou seja, é através da prática avaliativa que se toma conhecimento dos resultados pedagógicos realizados na sala

de aula.

A avaliação formativa, dita processual ou de desenvolvimento, ocorre ao longo do processo de ensino-aprendizagem. É considerada uma evolução da avaliação diagnóstica. O intuito é verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos inicialmente. Esta função da avaliação visa, basicamente, avaliar se o aluno domina gradativamente e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa subsequente.

Para Jussara Hoffman (2011), “A essência da concepção formativa está no envolvimento do professor com os alunos e na tomada de consciência acerca do seu comprometimento com o progresso deles em termos de aprendizagens – na importância e natureza da intervenção pedagógica.

É nessa perspectiva que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96, estabelece que a verificação do rendimento escolar deve ter um caráter contínuo e cumulativo, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (Art. 24, V- a). Nesse ponto, a legislação zela pela aprendizagem dos alunos, prevê possibilidades de aceleração de estudos e de avanço em cursos e séries, mediante verificação do aprendizado, além de aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende: o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

Os aspectos quantitativos se referem-se à objetividade da avaliação que é quantificada e registrada por meio de notas ou conceitos. É o que retrata o caráter somativo da avaliação. Acontece ao final de um trabalho, seja em uma aula, uma unidade didática ou um ano letivo e demonstra um produto alcançado. Sua função é classificar os estudantes de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos.

Assim, considerando que o nosso sistema educacional formal demanda a realização da avaliação somativa - a sistematização da verificação do rendimento escolar- deve ser feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos

no processo, podendo acontecer através do acompanhamento contínuo, mediante a utilização de instrumentos diversos, tais como: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, fichas de observações, relatórios, autoavaliações, provas escritas, provas práticas, seminários, resumos individuais das aulas, participação em eventos, relatório de visitas técnicas, projetos interdisciplinares, dentre outros, de modo que atenda às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do aluno, oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida.

Enfim, a prática avaliativa no Campus Guanambi é direcionada por meio da Organização Didática do IF Baiano a qual se orienta pelo contexto teórico aqui descrito e pelos parâmetros das diretrizes legais.

6.5 A Prática profissional

De acordo com as orientações curriculares nacionais, a prática profissional deve ser concebida como um componente curricular obrigatório para os alunos seja nos cursos técnicos (integrados e subsequentes), seja nos cursos de graduação (tecnologia, bacharelado e licenciatura). É um conjunto de atividades formativas que possibilitam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional, uma vez que coloca o estudante em contato direto com o mundo do trabalho, conforme orienta o Parecer CNE/CES 15/2005 (BRASIL, 2005). Por meio da prática profissional, oportuniza-se a articulação entre a teoria e a prática, possibilitando a contextualização e o diálogo entre os conhecimentos no decorrer do curso. Objetiva-se, sobretudo, alcançar o perfil profissional delineado no curso.

Conforme o Parecer CNE/CEB 16/1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, “a prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada no plano de curso. Inclui, quando necessário, o estágio supervisionado (...)”. A Resolução nº 6/2012 que define Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Art. 21, acrescenta que:

A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente[...]

Considerando a perspectiva da pesquisa como princípio educativo, a resolução amplia as possibilidades de vivência da prática profissional, preconizando, ainda no Art. 21, inciso 1º, que “a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

6.5.1 O Estágio Supervisionado

Conforme o Parecer CNE/CES 15/2005, o estágio supervisionado é concebido como “[...] um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional”, tendo como objetivo a consolidação e articulação das competências desenvolvidas ao longo do curso em consonância com as diversas atividades formativas, envolvendo teoria e prática. Nesse sentido, o estágio supervisionado é compreendido como prática educativa e como atividade curricular intencionalmente planejada, sendo parte integrante do currículo dos cursos de formação profissional, tanto no Ensino Médio como na graduação.

As atividades programadas para o estágio supervisionado devem estar articuladas com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer da formação, devendo constar como parte integrante dos instrumentos de planejamento curricular do curso.

A realização do estágio deve ter como parâmetro as bases legais vigentes e as normas instituídas pelo IFBAIANO, sendo essas últimas preestabelecidas na Organização Didática e nos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos por esta instituição. Uma das exigências é que seja acompanhado por um professor orientador (que faça parte do quadro docente da Instituição e seja vinculado à área específica do estágio), com carga horária prevista para o atendimento ao estudante durante o processo. Para a conclusão do estágio, torna-se necessária a elaboração de relatório final, contendo os registros de todas as atividades desenvolvidas.

No IFBAIANO – Campus Guanambi, são proporcionados aos estudantes dos cursos de formação profissional dois tipos de estágio: o estágio técnico e o estágio docente.

O estágio técnico é considerado uma etapa do processo educativo importante para consolidação dos conhecimentos específicos adquiridos nos cursos técnicos, nos cursos de graduação tecnológica e nos cursos de engenharia. Possibilitando, ao estudante, o exercício da prática profissional, no qual alia-se a teoria à prática, como parte integrante da formação; facilitando o ingresso do estudante no mundo do trabalho; e promovendo a integração do IFBAIANO *Campus Guanambi* com o mundo do trabalho e com a sociedade em geral. O estágio supervisionado técnico deverá ser realizado em empresas ou instituições públicas ou privadas do Brasil ou do Exterior, devidamente conveniadas com o Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, que ofereçam condições favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem técnico-profissional na área de formação do estudante.

Nos cursos de licenciatura, a prática do Estágio Curricular Supervisionado é entendida como o tempo de aprendizagem da prática da docência. Nesse sentido, é visto como um momento de formação profissional seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa no ambiente escolar, seja na reflexão e avaliação de sua prática, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Proporcionando, aos alunos dos cursos de licenciatura, aprofundamento nas reflexões tanto sobre o processo de ensino e aprendizagem quanto sobre as relações e implicações pedagógico-administrativas do ambiente escolar.

A carga horária do estágio supervisionado no curso de Licenciatura é de 405

horas, conforme os incisos I a IV da Resolução CBE/CP de 2 de fevereiro de 2002 e em harmonia com a legislação, normatizações do IF Baiano e regulamento específico vigente. Sendo distribuída em quatro etapas e compreende atividades desenvolvidas nas escolas de Educação Básica da região, podendo ocorrer ainda nesta Instituição, propiciando ao aluno uma articulação entre teoria e prática e uma vivência de sala de aula, além do desenvolvimento de saberes profissionais, admitindo uma visão mais abrangente da atuação do Licenciado.

Nessa perspectiva, o Parecer CNE/CP 28/2001 destaca:

O estágio curricular supervisionado é, pois, um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor, de outras exigências do projeto pedagógico e das necessidades próprias do ambiente institucional escolar testando suas competências por um determinado período [...] (BRASIL, 2001, p. 10).

Ao final de cada uma das quatro etapas do estágio, o estudante de entregar, um relatório parcial das atividades desenvolvidas. Na última etapa, o conjunto dos quatro relatórios parciais compõe o relatório final a ser entregue pelo estudante ao professor orientador do estágio. Cada etapa do estágio docente é composta por atividades a serem desenvolvidas pelo estudante, sob o acompanhamento de um professor orientador (do IFBAIANO) e de um professor colaborador (da escola campo do estágio).

7. POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

7.1 POLÍTICA DE QUALIDADE DE ENSINO

O *Campus* Guanambi procura implementar a Política de Qualidade do Ensino do IF Baiano, orientada através da Resolução nº 18 do Conselho Superior (IF Baiano, 2015), a qual tem como objetivo elevar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, e da aprendizagem nos cursos ofertados pela instituição, estabelecendo como parâmetro a formação cidadã, o reconhecimento social e a inserção qualificada

dos (as) estudantes no mundo do trabalho. Esta Política traz como base quatro dimensões principais: Pedagógica, Gestão, Formação Continuada e Infraestrutura.

Na dimensão Pedagógica, os esforços se concentram na integração de ações entre o ensino-pesquisa-extensão, na melhoria do desempenho educacional, com foco na redução dos índices de evasão e retenção e elevação dos índices de permanência e êxito, em consonância com ações relativas a outras dimensões dessa política.

No que concerne à Gestão, busca realizar um planejamento de curto, médio e longo prazo e implantar sistemática de acompanhamento desses planos no intuito do alcance dos objetivos estabelecidos nessa Política.

A Formação Continuada para os servidores envolvidos diretamente com os cursos ofertados pelo *Campus* é uma demanda real, tendo em vista que alguns profissionais que atuam nesses cursos são oriundos de cursos de licenciatura e nem sempre dispõem dos conhecimentos pedagógicos necessários. Além disso, há uma constante necessidade de se atualizar tendo em vista a amplitude das teorias educacionais, bem como as novas demandas apresentadas pelos discentes frente às inovações tecnológicas e o dinamismo do mundo do trabalho.

A garantia de insumos e infraestrutura física que auxilie o desenvolvimento das práticas de ensino e favoreça a aprendizagem significativa é imprescindível para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Desse modo, a última dimensão se ocupa do estabelecimento de uma infraestrutura propícia ao bom funcionamento dos cursos.

A gestão da Política de Qualidade está amparada em quatro pilares formados por Planejamento, Monitoramento, Acompanhamento de Egressos e Avaliação, com o propósito de estruturar questões relacionadas às dimensões elencadas e apresentar elementos para uma reflexão sobre as ações desenvolvidas em âmbito institucional e orientar a proposição de novas ações, coerentes com o perfil dos (as) estudantes, a capacidade da instituição e as demandas do mundo do trabalho.

7.2 POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE

ESTUDANTES

O *Campus* Guanambi em consonância com o disposto no PDI do IF Baiano, e seguindo orientações contidas na Resolução nº 18 de 20 de agosto de 2015, que versa sobre a Política de Qualidade de Ensino, especialmente no que se refere às políticas institucionais, busca implementar programas, projetos e ações didáticas integradas que são desenvolvidos com vistas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, garantindo, assim, condições para a permanência e o sucesso dos educandos na Instituição. Dentre as diversas políticas e programas que são desenvolvidos no Campus, destacam-se os seguintes: Programa de Nivelamento; Monitoria; Tutoria Acadêmica; Apoio ao processo de ensino aprendizagem; Assistência estudantil; Apoio a Estudantes com Necessidades Específicas; Acompanhamento de egressos; Apoio à participação em eventos; Atendimento às pessoas com necessidade específicas e apoio às ações referentes à questão da igualdade e da proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios.

7.2.1 – Programa De Nivelamento

Dentre as políticas de permanência e êxito do educando promovidas pelo IF Baiano Campus Guanambi destaca-se o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAP) que visa Aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, através de ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos cursos da Educação Profissional de Nível Médio e da Educação Superior, proporcionando um aumento qualitativo da aprendizagem, nas diversas áreas do conhecimento, contribuindo para minimizar a evasão e a retenção dos estudantes.

O *Campus* procura implementar esta política, organizando atividades de nivelamento, focando as áreas de maior concentração de dificuldades dos discentes, sobretudo aqueles componentes que lideram os dados de reprovação nos cursos ofertados no *campus*.

Considerando a necessidade de resgatar os conteúdos da formação básica, com destaque para o domínio das habilidades matemáticas, tem sido ofertado como atividade

de nivelamento um curso de Matemática Básica, em caráter extracurricular, para os alunos ingressantes no Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria, privilegiando os conteúdos cujas dificuldades se apresentam como um entrave ao processo formativo dos estudantes.

7.2.2 – Programa De Monitorias

A monitoria de ensino no âmbito do Instituto é regulamentada pelas Organizações Didáticas dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do IF Baiano a qual tem por finalidade promover ações de acompanhamento de estudantes em suas dificuldades de aprendizagem, oportunizando aos estudantes meios de aprofundar seus conhecimentos e melhorar os níveis de desempenho escolar prevenindo, assim, a repetência e, conseqüentemente, a evasão.

7.2.3 Programas De Tutoria Acadêmica

A tutoria acadêmica tem por finalidade acompanhar o itinerário formativo, social e profissional dos estudantes, acompanhando-os e orientando-os durante o período de formação.

A Tutoria é uma atividade exclusiva dos professores que fazem parte do quadro docente do *campus*, dentro de sua carga horária, e presta atendimento aos estudantes no espaço da instituição.

São **objetivos** da Tutoria Acadêmica:

- I. potencializar o itinerário formativo dos estudantes a partir da identificação de limites e possibilidades;
- II. contribuir com a redução dos índices de retenção e evasão do processo educativo;
- III. estimular a interação e a boa convivência na comunidade acadêmica;
- IV. incentivar o respeito a diversidade, trabalho em equipe, a solidariedade e ética;
- V. oferecer orientações acadêmicas visando a melhoria do desempenho no processo de aprendizagem, desde o ingresso até sua conclusão;

VI. contribuir com a acessibilidade dos estudantes no *campus*, principalmente daqueles com necessidades educacionais específicas, deficiência e altas habilidades;

VIII – promover o desenvolvimento da cultura de estudo, o hábito da leitura que complementem as atividades regulares, por meio do acompanhamento personalizado.

O Programa de Tutoria tem seu funcionamento e disposições previstas no Regulamento da Tutoria Acadêmica do IF Baiano.

7.2.4 Núcleo De Apoio Ao Processo De Ensino Aprendizagem Permanência E Êxito De Educando

O Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem Permanência e Êxito de Educando (NAPEAPEE) tem a função de acompanhar o estudante no processo de ensino-aprendizagem, estabelece uma articulação reflexiva das ações educativas relacionadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação frente às demandas inerentes ao processo ensino-aprendizagem. Assim, para o exercício de suas funções o núcleo conta com uma equipe de educadores (Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais), que desenvolvem atividades de assessoria pedagógica aos cursos, com o atendimento aos discentes e a comunidade acadêmica por meio de ações que se alinham em direção à permanência e êxito dos educandos e à política de responsabilidade social da Instituição. Dessa forma, o NAPEAPEE operacionaliza suas ações considerando as dimensões de ensino, iniciação científica e extensão, mantendo estreita relação com os objetivos e metas da Instituição.

7.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, executado no âmbito do Ministério da Educação.

Esta Política é constituída por um conjunto de princípios que norteiam o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo, bem como, a inserção

socioprofissional do estudante, com vistas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao fortalecimento da cidadania, à otimização do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial.

No IF Baiano *Campus* Guanambi, a Política de Assistência Estudantil, através do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE, busca abranger todos os estudantes regularmente matriculados, ressaltando-se que os programas que demandam recursos financeiros serão utilizados, prioritariamente, para atender às necessidades do corpo discente, cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo e meio vigente.

O PAISE, é normatizado por meio de edital específico, sendo composto de ações e benefícios conforme discriminação a seguir:

- **Residência Estudantil:** viabiliza a permanência integral do estudante, oriundo de municípios distantes e/ou que tenha dificuldade de traslado diário. Este benefício atende aos estudantes de ambos os sexos, de acordo com as possibilidades de cada *campus*, e, preferencialmente, aqueles adolescentes, entre 12 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e baixa condição econômica.

- **Auxílio Moradia:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes oriundos de municípios distantes e/ou que tenham dificuldades de traslado diário, que não tenham sido beneficiados com a Residência Estudantil.

- **Auxílio-Alimentação:** Em razão da garantia das refeições diárias pelo Setor de Alimentação e Nutrição para todos os estudantes do *campus*, não há a oferta do Auxílio Alimentação.

- **Auxílio-transporte:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes para custear as despesas com transporte, auxiliando o traslado de ida e volta ao *campus* durante o período letivo.

- **Auxílio Material Acadêmico:** concessão de repasse financeiro, único e anual ao estudante, para custeio de material acadêmico.

- **Auxílio Uniforme:** concessão de repasse financeiro, único e anual ao estudante, para custeio de uniforme escolar.

- **Auxílio Cópia e Impressão:** garantia, ao estudante, da reprodução e/ou impressão do material de uso acadêmico, exceto os casos especificados na Lei 9.610

de 19 de fevereiro de 1998, durante o período letivo.

- **Auxílio-creche:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal ao estudante pai ou mãe de criança com até 5 (cinco) anos de idade, que não possui amparo familiar para o cuidado da criança durante o horário de aula.

- **Auxílio Eventual:** ajuda de custo para atender as necessidades específicas relativas às demandas emergenciais, tais como: exames médicos e odontológicos, que não são realizados nas regiões circunvizinhas ao campus; acompanhamento psicoterapêutico. Além de acompanhamento com profissional especializado a estudantes com deficiência, na eventual falta de recursos provenientes da Assessoria de Diversidade e Inclusão, assim como na aquisição de tecnologias assistivas, órteses e próteses; compra de medicamentos prescritos por médico, óculos de grau e tratamento dentário, não cobertos pelo Sistema Único de Saúde; outras demandas que são analisadas pela Comissão de Assistência Estudantil.

- **Auxílio Permanência:** auxílio financeiro mensal, destinado aos estudantes que não possam ser contemplados pelos demais auxílios financeiros, previstos no Edital, cuja renda per capita familiar seja inferior a 25% do salário-mínimo vigente.

- **Auxílio PROEJA:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, aos estudantes regularmente matriculados em cursos do PROEJA Técnico ou de Formação Inicial e Continuada (FIC), em situação de vulnerabilidade social.

7.4 POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O direito à educação escolar inclusiva é um dos pilares através do qual se pode conquistar a cidadania e desencadear outras garantias (saúde, habitação, segurança etc.). A inserção no processo educativo escolar constitui-se, assim, o canal para a defesa e a promoção da igualdade de direitos.

Nessa direção, a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 205, assevera-se que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Estabelece, ainda, no artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A Carta Magna é fortalecida, no ano de 1994, também com a apresentação da Declaração de Salamanca, que assim se expressa: “a integração e participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos” (BRASIL, 1994).

Posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9394/96, as questões da educação inclusiva e da diversidade ganharam maior enfoque. Um dos exemplos é a Lei nº. 10.639/2003, que estabelece em seu art. 26 a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Em 2008, outra alteração ocorre por meio da Lei nº.11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos.

A partir dessas prerrogativas, foi criada, em 2008, a Política de Inclusão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para os grupos em desvantagem social, caracterizados como:

(...) todos aqueles que, por diferentes razões (sociais, econômicas, étnico-raciais ou culturais), apresentam dificuldades de acesso, de permanência ou conclusão no seu percurso formativo em instituições de ensino de qualidade. Não se trata esses grupos como desvalidos da sorte ou classes menos favorecidas, aos quais devemos, por princípio de solidariedade, praticar qualquer tipo de ação assistencialista. Os grupos em desvantagem social são identificados por receberem da sociedade um reconhecimento negativo em função de características (condição étnico-racial, gênero, renda), por suas relações sociais (origem familiar, rede de relações pessoais ou por suas condições como agentes econômicos, políticos e culturais). (SETEC, 2008, p.12).

Apesar das legislações assegurarem a igualdade de direitos a todos os brasileiros independente de sua etnia, raça, idade, gênero, orientação sexual e/ou credo, observa-se ainda, uma persistente luta de alguns grupos sociais em fazer valer estes direitos. Inclui-se nestes grupos as pessoas com deficiência, os afrodescendentes, os indígenas, as mulheres, as pessoas em desvantagem social, e as que pertencem à diversidade sexual.

A luta por uma escola inclusiva, que acolha de fato a diversidade, começa desde o momento em que cada um desses grupos reivindica sua inserção na escola, não apenas no que se refere ao direito à matrícula, mas também ao direito de permanência e êxito no percurso formativo.

Desse modo, é prerrogativa da instituição educacional assegurar condutas e práticas no cotidiano que subsidiem o desenvolvimento de ações para a garantia do pleno exercício da cidadania de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, promovendo espaços interativos de vivência coletiva e solidária onde os diferentes sujeitos aprendam e produzam a partir das suas especificidades.

Nesse sentido, o *Campus Guanambi* entende que a questão da diversidade e da educação deve despontar do campo teórico (documentos legais) para a prática. Assim, preconiza o desenvolvimento de ações no cotidiano institucional que removam as barreiras existentes, sejam elas atitudinais, educacionais e/ou arquitetônicas. Para tanto, procura implementar uma prática educativa na perspectiva da inclusão, a partir dos seguintes princípios:

- a) Direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
- b) Igualdade de condições e de equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo;
- c) Articulação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- d) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as culturas, os pensamentos, os saberes, as artes, os esportes e as práticas do lazer;
- e) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- f) Respeito à liberdade.
- g) Universalização da educação inclusiva.
- h) Garantia dos valores éticos e humanísticos.
- i) Convívio e respeito às diferenças e às diversidades étnica, cultural, social, de crença, sexual e outras.

Para assegurar a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, o *Campus Guanambi* promove ações de inclusão nos espaços pedagógicos, através dos seguintes Programas institucionais: Programa de Educação em Direitos Humanos – PEDH, Programa de Cotas – PRÓ-COTAS, Programa de Inclusão do Jovem e Adulto

na Educação Profissional – PIJAEP e Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – PAPNE.

O PEDH é instituído no *Campus* através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI cujo objetivo é articular ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas para o que preconizam as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira. O Núcleo deve atuar no processo de conscientização da comunidade acadêmica quanto ao combate de atitudes de racismo e preconceito contra negros e indígenas dentro da Instituição.

O PAPNE é executado no *campus* através do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) que tem como objetivo promover a cultura da educação para convivência, aceitação da diversidade e, principalmente a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais na instituição de forma a promover a inclusão de todos na educação.

O PRO-COTAS tem como finalidade efetivar o que promulga a Constituição Federal, no que diz respeito à construção de um país livre e solidário, em que haja a erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais/regionais, para promover a formação de uma sociedade justa.

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.7110 de 29 de agosto de 2012, o Campus tem procurado garantir a reserva de vagas, segundo os critérios de escola pública, renda e etnia no processo de ingresso dos seus alunos, desde os cursos Técnicos até os Superiores.

O Campus implementa ainda O PIJAEP que é destinado às pessoas jovens e adultas, visando à formação de cidadãos emancipados, preparando-os para atuação no mundo do trabalho, conscientes de seus direitos e deveres políticos e suas responsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente. Propõe a integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, proporcionando a elevação de escolaridade, a inclusão digital e a qualificação profissional a jovens e adultos que, por alguma razão, tiveram as trajetórias da formação descontinuadas ou interrompidas.

7.4.1 NÚCLEO DE ATENDIMENTO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

No que se refere à Política de Diversidade e Inclusão, o Instituto Federal Baiano desenvolveu o Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (PAPNE), buscando seguir as orientações contidas na Resolução CNE/CP nº1 (BRASIL, 2012a) que garante a Educação em Direitos Humanos; e ainda, em consonância com a Lei Nº 12.764 (BRASIL, 2012d) que discorre sobre a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista e demais documentos da legislação nacional que garantem a implantação da política de inclusão; foi instituído o Núcleo de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas (NAPNE) para implementação do PAPNE nos *campi*.

Conforme o Regimento aprovado pela Resolução nº 49, de 17 de dezembro de 2014, o NAPNE é um núcleo de natureza propositiva e consultiva que tem por finalidade, assessorar o (a) Diretor (a) Geral do Campus nas questões relativas à inclusão. Auxiliando-o na promoção de ações que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão com êxito da Pessoa com necessidades específicas (PNE) nos cursos oferecidos pela Instituição. Atuando principalmente na eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e pedagógicas que envolvem o universo acadêmico.

No Campus Guanambi, o núcleo atende alunos que apresentam necessidades específicas de ordem visual, auditiva, física, intelectual, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O atendimento é realizado de acordo a necessidade específica apresentada individualmente, a partir de um contato inicial com o discente feito em forma de entrevista.

O Núcleo é constituído por uma equipe formada pelo Coordenador e um secretário com seus respectivos suplentes, três servidoras com formação na área de educação, profissionais tradutores e intérpretes de Libras e tutores para auxiliar os educandos na realização das atividades acadêmicas e orientá-los dando o suporte necessário para que prossigam no percurso escolar com êxito.

Possui alguns recursos tecnológicos assistivos para o apoio às PNE, como: notebooks e PC de mesa com softwares leitores de tela (NVDA E DOSVOX);

aparelhos de TV utilizados para leitura com ampliação de imagem, tela, documentos e fontes; scanners para digitalização e adequação de material; lupas de régua e de mesa para aumento de fonte; sorobã para cálculos matemáticos; reglete de mesa e punção para escrita braille; livros e revistas em Braille e com escrita ampliada; materiais didáticos em alto relevo dentre outros que servem de apoio ao longo da trajetória escolar dos discentes.

A equipe do NAPNE oferece suporte em audiodescrição, atuando como leitor/transcritor e desenvolve atividades de Orientação e mobilidade. Realiza juntamente com a equipe de monitores adequação de material para cegos e baixa visão e orientações pedagógicas em atividades acadêmicas. Os alunos surdos recebem o apoio dos tradutores e intérpretes de Libras. O NAPNE funciona também como apoio para realização de atividades rotineiras como (preenchimento de formulários, solicitações de auxílios) encaminhamento do aluno para terem acesso aos serviços de outros setores, como o de psicologia por exemplo. São promovidas ainda ações que visem a sensibilização e formação da Comunidade escolar dentre as quais destacam-se: minicursos e *workshops* envolvendo temáticas como Libras, Braille, adequação de material e Projetos de extensão em parceria com outros setores do campus.

7.4.2. NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI)

Em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena de N° 11.645/2008 (BRASIL, 2008c) e Resolução CNE/CP N° 1 (BRASIL, 2004), e às orientações contidas na Resolução CNE/CP nº1 (BRASIL, 2012a) que garante a educação em direitos humanos, o *Campus Guanambi* institui o Programa de Educação em Direitos Humanos – PEDH do IF Baiano, através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI, promovendo estudos e ações para as questões étnico-raciais nos espaços pedagógicos.

As ações do NEABI estão direcionadas para uma educação pluricultural e

pluriétnica e para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes, indígenas e ciganos.

Conforme regulamento do IF Baiano o NEABI é um Núcleo de natureza propositiva, consultiva e deliberativa, no tocante às questões da diversidade, na perspectiva dos princípios multiculturais, tendo como escopo o fomento a estudos das questões étnico-raciais e o desenvolvimento de ações de valorização das identidades afro e indígenas.

O Núcleo tem como objetivo principal articular e promover ações e reflexões referentes à questão da igualdade e da proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos, valorizando a cultura Afro-brasileira, a cultura indígena, a cultura cigana, e da diversidade na construção histórica e cultural do país, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No *campus*, o Núcleo tem procurado implementar ações frente à comunidade interna e externa a exemplo de: incentivo à Comunidade Acadêmica do campus a desenvolver ações afirmativas, atividades multidisciplinares de sala de aula e extraclasse, pesquisas e estudos relacionados às Relações Étnico-Raciais; realização de eventos (Workshops, palestras, seminários) para debater as questões relacionadas às questões étnico-raciais, visando a conscientização da comunidade acadêmica quanto ao combate de atitudes de racismo e preconceito contra negros e indígenas dentro da Instituição; e Realização de visitas às comunidades Quilombolas da região para discutir parcerias e possibilidades de realização de estudos e pesquisas envolvendo a temática.

7.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento de egressos configura-se no conjunto de ações implementadas que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. No que diz respeito às relações da sociedade com as instituições de ensino, Patrão (2009), afirma:

Os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia essas instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza.

De acordo Mônica Diniz Carneiro Pena (1999):

O acompanhamento de egressos constitui, pois, uma forma de avaliar os resultados de uma instituição, e a partir disso, introduzir modificações na entrada de alunos em uma escola ao longo de toda a sua permanência nela e inserir melhorias contínuas no processo de ensino. (PENA, 1999, p. 6)

Através do acompanhamento do egresso, o contato direto em atendimento em eventos e/ou pesquisa, será possível fazer o mapeamento e a construção de indicadores, a partir das informações selecionadas, para uma discussão em termos da efetiva qualidade dos cursos e da repercussão dos mesmos no mercado e na sociedade. Considerando também as informações que são importantes indicadores para o aperfeiçoamento dos próprios cursos e o desenvolvimento qualitativo de oferta educacional da Instituição.

A instituição compreende que, quanto a egresso e o conceito a ser considerado, existe uma compreensão de categorias distintas, ou seja, qualidades que caracterizam o ser egresso. Para esclarecimento consideramos primeiramente conforme nos aponta FERREIRA (1999) egresso é todo aquele que “deixou de pertencer a uma comunidade.” Neste sentido, percebe-se a existência de categorias distintas de egressos, que são: a) concluíram todas as disciplinas do currículo de um curso e colaram grau, sendo então portadores de diplomas por esta IES. b) aqueles que se transferiram para outras instituições de ensino superior. c) aqueles que desistiram dos seus cursos, que desistiram ou abandonaram a IES. d) aqueles que ultrapassaram os limites de tempo para a conclusão de seu curso, que jubilaram na IES.

Questões como empregabilidade, continuação dos estudos após a conclusão do curso e avaliação da formação recebida são elementos que poderão estabelecer um suporte para que a instituição perceba como o egresso se relaciona com o mundo do trabalho. Neste contexto, caberá à pesquisa de egressos possibilitar o levantamento de informações em relação à situação deles no mundo do trabalho.

Seus resultados podem atuar como norteadores para o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais das instituições.

Através desta política será avaliada a situação de associação de saberes e práticas originadas inicialmente na escola e como as mesmas se relacionam na rede de conhecimentos entre empresa, IES e sociedade, ou seja, na formação e na qualificação dos profissionais. Enfim, pode-se, através de vários mecanismos de coleta de dados, identificar a necessidade de novos perfis de profissionais como também a adequação da oferta de cursos.

7.6 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES

A valorização e formação continuada constitui bandeira histórica de luta dos servidores que atuam na educação e perpassa por ações que visam, sobretudo o reconhecimento, a qualificação e a promoção de qualidade de vida destes servidores.

Assim, a definição de uma política de valorização de servidores da organização pública, sobretudo da instituição educacional, é importante e necessária, pois contribui para que os trabalhadores se mantenham motivados e dispostos a contribuir para que esta instituição alcance seus objetivos e metas.

A Política Nacional de Valorização dos Trabalhadores da Educação define três eixos interligados entre si, que são fundamentais a este processo: **GESTÃO DEMOCRÁTICA – FORMAÇÃO E CARREIRA**.

No que se refere ao eixo **GESTÃO DEMOCRÁTICA**, a LDB nº 9.394/96, reconhece a autonomia da escola como um elemento importante, o que passa pelo reconhecimento da liberdade de ação dos sujeitos sociais que constroem a educação e pela valorização da escola como locus de construção da proposta político-pedagógica.

No eixo da **FORMAÇÃO** encontramos as vias da formação inicial e continuada. A LDB dedica o Título VI aos profissionais da educação, e os artigos 61 a 67 apontam os princípios para a valorização destes profissionais.

Nesta direção, o Termo de Acordo de Metas e Compromissos estabelecido entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, aponta a implementação de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional (**meta 8**), como um dos compromissos assumidos.

Quanto ao Eixo CARREIRA, o Art. 67 da LDB estabelece:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

[...]

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

A LDB destaca a importância dos planos de cargos, carreira e salários como um instrumento essencial para assegurar de forma efetiva, permanente e continuada a valorização dos profissionais.

A Carreira, portanto, merece atenção especial, pois é vista como fator decisivo do processo de Valorização dos Trabalhadores. Sendo considerada, inclusive, essencial para a construção de parâmetros de qualidade na educação.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, tendo como objetivo melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e promover o desenvolvimento permanente do servidor, possibilitando sua capacitação contínua, de forma a superar os desafios impostos pelas constantes transformações sociais e inovações tecnológicas e atender os novos perfis profissionais demandados no setor público.

Sob a luz desse Decreto nº 5.707/2006 e dos Decretos 5.824/2006 e 5.825/2006, além do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), Plano Nacional da Educação – 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) o IF Baiano

contemplou em seu planejamento estratégico 2015-2019, a elaboração de programa de capacitação e qualificação que institua a política e as diretrizes para o desenvolvimento dos servidores e para atendimento das demandas específicas ao cargo e aos ambientes organizacionais. Um dos seus dezenove objetivos estratégicos a ser perseguido é: *Aprimorar e ampliar as políticas de qualificação e capacitação de servidores*, que indica a necessidade de investir em qualificação e capacitação técnica e gerencial continuada em todos os níveis (operacional, tático e estratégico), com foco no desenvolvimento de competências. Assim, busca implementar uma Política de Valorização e Formação Continuada de Servidores, que abrange o desenvolvimento de Programa de Apoio à Qualificação Profissional para Técnicos e Docentes e o respeito ao Plano de carreira e o Regime de Trabalho Docente e Técnico Administrativo.

Nesse contexto, o *Campus Guanambi*, concatenado com as normativas vigentes e a Política do IF Baiano, promove a valorização e formação continuada dos seus servidores, implementando a Política da Instituição, através das seguintes ações: Assegura em seu Plano de Ação Anual recursos financeiros para investir na Valorização profissional de todos os seus servidores; oportuniza a participação dos servidores em programas de capacitação e procura, além disso, proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento do trabalho, se preocupando, sobretudo, com a qualidade de vida dos servidores.

7.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Política de Extensão é compreendida como um processo educativo científico-cultural, formativo, indissociável do ensino e da pesquisa, abrangendo a educação superior, técnica de nível médio e de cursos profissionalizantes. Objetivando por meio da socialização de ações com a comunidade local e regional, resultantes do ensino e da pesquisa, a transformação da sociedade.

Suas diretrizes são baseadas nos princípios de impacto e transformação; interdisciplinaridade; interação e dialogicidade; e indissociabilidade entre ensino-

pesquisa-extensão. O conhecimento proporcionado pela extensão deve tornar possível a relação academia-comunidade e a atuação transformadora, visando às necessidades e interesses da maioria da população objetivando o desenvolvimento regional e a implementação de políticas públicas, colaborando para o aperfeiçoamento e o progresso do ensino e da pesquisa aplicada.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é marco epistemológico da identidade institucional, trata de um tripé que une a investigação e ação comunitária, que se interligam aos arranjos produtivos dos territórios, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica.

O domínio do currículo proposto, e a sólida formação de conhecimentos científicos e tecnológicos para o estudante, propiciam o desenvolvimento do raciocínio lógico, interpretativo e analítico para reconhecer, solucionar problemas e fazer com que o educando possa ter consciência da complexa conjuntura sociopolítica, da biodiversidade e do educar ambiental, das relações etnoraciais e das relações de inclusão.

O IF Baiano procura garantir condições pedagógicas, infraestruturais, de gestão, bem como recursos humanos, para que, de modo objetivo, docentes, técnicos, discentes, membros da comunidade externa possam desenvolver programas, projetos, eventos, dentre outras ações, de ensino, pesquisa e extensão com qualidade, eficiência e eficácia social. Tais atividades visam consolidar a missão e as finalidades do IF Baiano.

De natureza acadêmica, a extensão constitui-se em uma ação mediadora do processo dialético entre teoria e prática. É capaz de ampliar a formação ou a qualificação profissional de estudantes e de educadores em geral. A extensão, como via de interação com a sociedade, constitui-se em um elemento de mão dupla indispensável tanto para o Instituto conhecer a realidade sociocultural, econômica e política de seu entorno quanto para a comunidade ter acesso ao saber produzido no e pelo Instituto. Portanto, na estrutura da extensão, a educação, a ciência e a tecnologia devem estar articuladas, de modo a agregar saber e fazer, a socializar conhecimentos, a possibilitar trocas de saberes e a contribuir com o desenvolvimento da práxis profissional.

Para isso, é essencial que a instituição assuma o compromisso de interação com a sociedade, realizando propostas que promovam ações transformadoras da realidade social. Conforme preconiza o Art. 43 da LDB: *“promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”* (BRASIL, 1996). De forma mais incisiva, o IF Baiano, pode alcançar a comunidade e estabelecer relações próximas com ela, a fim de cumprir com o papel e a responsabilidade social da Instituição.

Reitera-se que as atividades de extensão são espaços legítimos para possibilitar o acesso a diferentes saberes produzidos socialmente, para socializar as experiências acadêmicas, para reconhecer os saberes populares e os do senso comum e para demonstrar que se ensina e se aprende com a comunidade. A partir dessa troca e desse movimento, produzem-se novos conhecimentos em prol da formação de estudantes e de profissionais, a formação de cidadãos que se habilitam a ter uma atuação transformadora da realidade social.

7.8 POLÍTICA DE PESQUISA

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, uma das finalidades dos Institutos é o estímulo à pesquisa aplicada visando ao desenvolvimento científico e tecnológico, com o objetivo de estender seus benefícios à comunidade.

Nesta direção, as Diretrizes apresentadas pelo MEC para a Educação Profissional e Tecnológica preconizam que: “Aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território, cabe provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e dialogar com este mundo numa atitude própria de pesquisa. Na relação com a pesquisa, o ato de pesquisar, nos Institutos Federais, deve vir ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade” (Concepção e Diretrizes. Um Novo Modelo

em Educação Profissional e Tecnológica. MEC, 2010 p. 34).

Apresenta, ainda, como desafio pontual no campo da pesquisa para os Institutos:

(...) ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir, na indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. E mais: os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização no plano nacional e global". (Concepção e Diretrizes. Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. MEC, 2010 p. 34).

A implementação da Política para a promoção da Pesquisa e Inovação no âmbito do Campus Guanambi, tem como base os princípios norteadores da Pesquisa no IF Baiano:

a) O atendimento no que se refere as finalidades e objetivos da pesquisa e inovação tecnológica disposto na Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

b) implementar e popularizar a pesquisa-ação como mediadora do processo ensino-aprendizagem, bem como, técnica capaz de transformar realidades.

c) apresentar a pesquisa a comunidade acadêmica do IF Baiano como ferramenta capaz de promover a inclusão e o desenvolvimento social.

d) estimular a interdisciplinaridade e a interação com a comunidade local, com ênfase nas comunidades tradicionais a exemplo de indígenas, quilombolas, fundos de pasto dentre outras.

e) estimular a criação de cursos de Pós-Graduação observando os arranjos produtivos locais e as diretrizes para o desenvolvimento regional.

f) garantir a proteção das criações e invenções geradas a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito do IF Baiano.

Dessa forma, a Coordenação de Pesquisa e Inovação do IF Baiano, *campus* Guanambi, tem como objetivo planejar e acompanhar as atividades relacionadas com a pesquisa, buscando seu fortalecimento em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Campus visando: estimular a pesquisa aplicada para o

desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas; incentivar a participação de estudantes e servidores em eventos externos; viabilizar a criação de redes de pesquisa e participação em redes externas existentes e promover eventos técnico-científicos e produções científicas. Corroborando, assim, com os objetivos da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPEIS) do IF Baiano, que preconiza, ainda, a articulação da pesquisa com o ensino e a extensão de forma verticalizada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada.

Nessa perspectiva, os discentes são informados e incentivados a participar do desenvolvimento de pesquisas de diferentes modalidades, tais como trabalho de conclusão de curso e iniciação científica, além da participação em editais de projetos de Iniciação Científica para serem contemplados com bolsas institucionais.

Fomentado pela PROPEIS, o Campus Guanambi participa de programas de incentivo à pesquisa, como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). O primeiro, objetiva despertar e induzir o pensamento e a vocação científica, bem como incentivar discentes para a pesquisa científica e à produção do conhecimento, mediante a concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) e Iniciação Científica Júnior (ICJr.), para participação discente em projetos de pesquisa institucionais desenvolvidos sob orientação de pesquisadores. O segundo, tem como objetivo despertar talentos potenciais discentes e incentivá-los para a prática empreendedora, à criatividade, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, mediante a concessão de bolsas de Iniciação Tecnológica (IT), para participação discente em projetos de inovação tecnológica orientados. As bolsas concedidas para ambos são provenientes tanto de cotas institucionais do próprio IF Baiano, como de agências de fomento à pesquisa e à inovação tecnológica externas.

Além disso, ancorado pela Resolução nº 22/2014 de 31 de outubro de 2014, do Conselho Superior do IF Baiano, que institui e regulamenta programa de Mobilidade Acadêmica internacional de estudantes da educação superior, o Campus incentiva e procura garantir a participação dos estudantes dos Cursos superiores no Programa Ciências sem Fronteiras do governo federal, o qual objetiva promover a

consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

Portanto, o *campus* Guanambi ao implementar as ações de pesquisa visa manter uma política de desenvolvimento dessas atividades na instituição, buscando despertar o interesse do acadêmico para essa área e atender as demandas e necessidades da comunidade.

7.9 ALGUMAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI

Em 1997, a então Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira (EFAJIT), quando ofertava apenas ensino profissionalizante de nível médio, com o Curso Técnico em Agropecuária, iniciou uma parceria com a Embrapa Mandioca e Fruticultura, com sede em Cruz das Almas. Essa parceria inseriu a instituição, localizada no Perímetro Irrigado de Ceraíma, como local de avaliação de genótipos do Programa Brasileiro de Melhoramento de Bananeira e plátanos, coordenado pela Embrapa. A partir de 2004 a parceria foi ampliada com implantação de experimentos envolvendo manejo fitotécnico, adubação, ecofisiologia e irrigação com as culturas da bananeira e mangueira. Em 2007 a EFAJIT implantou um banco de matrizes de umbuzeiro e umbu-cajazeira em parceria com a Embrapa Mandioca e Fruticultura e a Epamig Norte, unidade da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, com sede em Nova Porteirinha, MG, e em 2008 iniciou os primeiros trabalhos com palma forrageira para atender às demandas do Semiárido Brasileiro quanto ao desenvolvimento de soluções para convivência com a seca. Essas parcerias que se estendem até o presente envolveram também a Codevasf, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba e a ADAB, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB).

A partir de meados 2007, a instituição implementou um plano de ampliação da oferta de cursos de ensino profissionalizante de nível médio, melhoria da titularidade dos docentes e da infraestrutura, com novas instalações prediais e aquisição de equipamentos para pesquisa. As parcerias com as instituições e as melhorias implementadas possibilitaram a inserção da instituição nas ações de ensino, pesquisa e extensão, que assumiu contornos de maior solidez após transformação para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Guanambi*, em 31/12/2008, com ampliação do quadro docente e posterior oferta do curso superior de Bacharelado em Engenharia Agrônômica com início em 2010 e implantação do Curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido em 2015. Essa evolução contínua assegura ao Instituto Federal Baiano *Campus Guanambi* está em fase com a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, referente a todos os seus aspectos, principalmente quanto à verticalização do ensino na sua área de atuação predominante. As pesquisas desenvolvidas envolveram alunos dos diferentes níveis de ensino da instituição em maior ou menor grau, conforme as especificidades.

O projeto com a cultura da bananeira envolveu ações de ensino, pesquisa e extensão de 1997 até o presente e consolidou a expertise do IF Baiano *Campus Guanambi* na área de bananicultura nos cenários regional, nacional e internacional.

Esse projeto possibilitou a realização de pesquisas no *Campus Guanambi* e na Epamig Norte que foram temas de dissertações de docentes do IF Guanambi e de servidores de instituições parceiras como a Codevasf e Embrapa defendidas junto à Universidade Federal de Pelotas (uma dissertação) Universidade Estadual de Montes Claros (seis dissertações) e à UFRB (uma dissertação); de teses de doutorado na Universidade Federal de Viçosa (três teses); de projetos de iniciação científica envolvendo alunos de nível médio e do curso superior de Engenharia Agrônômica do IF Baiano. Atualmente há continuidade de pesquisa com projetos de iniciação científica do Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, do Curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido (uma dissertação) e um

trabalho de tese de doutorado de docente do IF Guanambi na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista.

Os trabalhos de pesquisa em parceria empreendidos com bananeira no *Campus* Guanambi resultaram: no desenvolvimento de uma cultivar de Bananeira ‘BRS Platina’, lançada em 2012 pela Embrapa Mandioca e Fruticultura em parceria com o IF Guanambi e Epamig Norte; na publicação do livro “Irrigação da Bananeira” em 2012 (Embrapa / IF); na participação de docentes do IF Baiano como autores de capítulos no livro “O Agronegócio da Banana” em 2016 (Embrapa); na publicação do Informe Agropecuário “Cultivo da Bananeira” (Epamig, 2015, quinto Informe Agropecuário sobre bananicultura), na publicação de 36 artigos de docentes e discentes do IF Baiano em diferentes periódicos entre os anos de 2003 e o presente, sendo seis com Qualis A2, 21 Qualis B1, dois B2 e sete B5, além de Série Documentos e Sistemas de Produção Embrapa.

Adicionalmente, os resultados das pesquisas com bananicultura realizadas no *Campus* Guanambi foram divulgados por publicações na forma de trabalhos completos, resumos expandidos e resumos simples em Anais de eventos de 2000 até o presente, como em várias edições do Congresso Brasileiro de Fruticultura, do Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas, e têm sido destaque em eventos nacionais e internacionais mais específicos sobre bananeira como no VII e VIII Simpósio Brasileiro sobre Bananicultura - SIBANANA (2010; 2015), no ISHS/ProMusa Symposium (2011), na XX Reunião Internacional ACORBAT (Reunião Internacional para Pesquisa e Desenvolvimento Integral de Musáceas) (2013; 2016) e no III Congresso Latino-Americano e do Caribe de Bananas e Plátanos (2015). O destaque nesses eventos teve a culminância com premiações recebidas por discentes do Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma como melhores trabalhos nas categorias pôster e oral na XX Reunião Internacional ACORBAT (2013), melhor trabalho no VIII SIBANANA (2015) e na IV Mostra de iniciação Científica do IF Baiano e classificação entre os cinco melhores trabalhos do Prêmio Jovem Cientista em Fruticultura da Sociedade Brasileira de Fruticultura, no XXIII Congresso Brasileiro de Fruticultura (2014).

Os resultados foram divulgados para o meio acadêmico, científico e de produtores também por palestras proferidas em eventos nacionais (SIBANANA, 2015) e internacionais (XX Reunião Internacional ACORBAT, 2013) e no III Congresso Latino-Americano e do Caribe de Bananas e Plátanos (2015).

No que concerne às ações de extensão para divulgação dos resultados para o público final usuário das tecnologias e ou conhecimentos gerados pelas pesquisas com bananicultura empreendidas pelo IF Baiano *Campus* Guanambi, entre 1997 e 2016 foram utilizadas diferentes metodologias como dias de campo, palestras, cursos de curta e de longa duração, dias técnicos, atendimentos personalizados à agricultores individuais e ou em grupos, consultorias, atendimentos a empresas privadas, etc. Essas ações foram realizadas diversas vezes no *Campus* Guanambi, em perímetros irrigados do Semiárido Brasileiro e em cidades polos, considerando palestras, cursos e dias de campo: Perímetro Irrigado de Ceraima (Guanambi, BA) em 1997, 1999, 2000; 2002; 2003; 2006 e 2008; Perímetro Irrigado do Estreito (Sebastião Laranjeiras e Urandi, BA) em 2004; 2005; 2007 e 2009; Perímetro Irrigado do Formoso (Bom Jesus da Lapa, BA) em 2002; 2003; 2004; 2005; 2008; 2012; 2013; 2014; 2015 e 2016; Vale do Rio Utinga (Wagner e Utinga, BA) em 2015; Perímetro Irrigado do Gorutuba (Nova Porteirinha, MG) em 2011; Perímetro Irrigado do Jaíba (Jaíba, MG) em 2006; Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho (Petrolina, PE) em 2013; Cruz das Almas (BA) em 2013, 2014, 2015 e 2016; Catu (BA) em 2008; Barra (BA) em 2014; Janaúba (MG) em 2008; 2009; 2010; 2011; 2012 e 2016; Montes Claros (MG) em 2015; Fortaleza (CE) em 2013; Corupá (SC) em 2015; Indaiatuba (SP) em 2016; Sorocaba (SP) em 2011.

O projeto envolvendo a cultura da mangueira iniciou em 1999 em parceria com a ADAB na área de defesa sanitária vegetal e continuou em 2004 com a Embrapa Mandioca e Fruticultura com implantação de pesquisas em irrigação, eficiência de uso da água e indução floral da mangueira. Esse projeto possibilitou a realização de pesquisas no *Campus* Guanambi e na Epamig Norte. Algumas pesquisas foram temas de teses de doutorado de docentes do IF Guanambi defendidas junto à Universidade Federal de Viçosa (três teses) e de projetos de iniciação científica envolvendo alunos de nível médio e do curso superior de Engenharia Agrônômica do IF Baiano.

Atualmente há continuidade de pesquisa com projetos de iniciação científica do curso de Engenharia Agrônômica e do Curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido.

Os trabalhos de extensão, defesa agropecuária e pesquisa em parceria empreendidos com mangueira no *Campus* Guanambi resultaram: na abertura das exportações de manga da Bahia para os Estados Unidos em 2000 (Região de Livramento de Nossa Senhora, BA); no estabelecimento de padrões para uso de técnicas para aumento da eficiência de uso da água na cultura da mangueira; na publicação de capítulo sobre irrigação da mangueira por docentes do IF Baiano *Campus* Guanambi no livro “Manga: do plantio à colheita (2016, UFV), na publicação de 13 artigos de docentes e discentes do IF Baiano em diferentes periódicos entre os anos de 2013 e o presente, sendo 11 com Qualis B1 e dois Qualis B5.

Adicionalmente, os resultados das pesquisas com mangueira realizadas no *Campus* Guanambi foram divulgados por publicações na forma de trabalhos completos, resumos expandidos e resumos simples em Anais de eventos de congressos nacionais e internacionais.

No que concerne às ações de extensão nas áreas de defesa sanitária vegetal e manejo da cultura os resultados para o público final usuário foram utilizadas diferentes metodologias como palestras, cursos de curta e de longa duração, reuniões e auditorias. Essas ações foram realizadas no Perímetro Irrigado de Ceraima (Guanambi, BA) em 1999 e 2000; no Perímetro Irrigado do Brumado (Livramento de Nossa Senhora, BA) em 1999; 2000 e 2001; Salvador (2000).

O projeto com a cultura da palma forrageira iniciado em 2008 envolveu ações de ensino, pesquisa e extensão de 2008 até o presente e consolidou a expertise do IF Baiano *Campus* Guanambi na área nos cenários regional e nacional.

Esse projeto possibilitou a realização de pesquisas no *Campus* Guanambi que foram temas de dissertação de servidores de instituição parceira, ADAB, defendida junto à Universidade Estadual de Montes Claros (uma dissertação); de teses de doutorado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (três teses); de projetos de iniciação científica envolvendo alunos de nível médio e do curso superior de Engenharia Agrônômica do IF Baiano. Atualmente há continuidade de pesquisa com

projetos de iniciação científica do Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, do Curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido (quatro dissertações) e dois trabalhos de teses de doutorado de docentes do IF Guanambi na Universidade Estadual de Montes Claros.

Os trabalhos de pesquisa em parceria empreendidos com palma forrageira no *Campus* Guanambi resultaram: no desenvolvimento de um Sistema de Produção para palma forrageira com segurança produtiva de 20 t/ha de matéria seca; no estabelecimento da faixas de suficiência para interpretação dos teores de nutrientes nos tecidos dos cladódios em palma forrageira; na publicação de 10 artigos de docentes e discentes do IF Baiano em diferentes periódicos entre os anos de 2012 e o presente, sendo cinco com Qualis B1, três com Qualis B2 e dois com Qualis B5, além de uma cartilha de extensão sobre Estratégias de produção de palma forrageira.

Adicionalmente, os resultados das pesquisas com palma forrageira realizadas no *Campus* Guanambi foram divulgados por publicações na forma de resumos expandidos e simples em Anais de eventos regionais e nacionais.

No que concerne às ações de extensão para divulgação dos resultados para pesquisadores, extensionistas e para o público final usuário das tecnologias e ou conhecimentos gerados pelas pesquisas com palma forrageira empreendidas pelo IF Baiano *Campus* Guanambi, entre 2008 e o presente foram utilizadas diferentes metodologias como dias de campo, palestras, cursos de curta, dias técnicos, reuniões com pesquisadores e extensionistas e atendimentos personalizados à agricultores individuais ou em grupos. Essas ações foram realizadas diversas vezes no *Campus* Guanambi e comunidades vizinhas: Perímetro Irrigado de Ceraima (Guanambi, BA) em 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016; Comunidade Tanque (Pindai, BA) em 2014; Leme do Prado, MG, Região do Vale do Jequitinhonha (2016).

No caso da palma forrageira, o destaque das ações de extensão fica por conta da parceria IF Baiano *Campus* Guanambi, Emater Minas e Epamig Norte. O IF ministrou palestras e cursos e realizou dia técnico e reuniões em 2012, 2013, 2014 e 2015 com técnicos da extensão rural da Emater Minas e em 2014 e 2016 com pesquisadores da Epamig Norte para divulgação de metodologias de pesquisa e

sistema de cultivo da palma forrageira para as regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Destaca-se, ainda, como ação de ensino, pesquisa e extensão no IF Baiano Campus Guanambi, a implementação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que se trata de uma proposta do MEC que fomenta a valorização dos futuros docentes durante seu processo de formação a qual tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação de professores para a educação básica e a melhoria de qualidade da educação pública brasileira. Viabilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), esse Programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes dos projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

No âmbito do IF Baiano o PIBID é regulamentado por meio do Regimento Institucional do Programa de bolsas do PIBID/IF Baiano que normatiza o desenvolvimento das atividades relativas ao Programa, de forma a complementar as disposições estabelecidas na Portaria Normativa CAPES nº 260, de 30 de dezembro de 2010, no Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2012, na Lei 12.796, de 04 de abril de 2013 e na Portaria Normativa CAPES nº 096, de 18 de julho de 2013.

O *Campus* Guanambi implantou o PIBID no ano de 2012 quando estabeleceu parceria com as escolas que atendem a Educação Básica nas redes municipal e estadual de ensino de Guanambi e assegurou a participação dos bolsistas, estudantes do Curso de Licenciatura em Química, em atividades nessas escolas parceiras. Esses estudantes que são inseridos no contexto das escolas desde o início da sua formação acadêmica, desenvolvem atividades didático-pedagógicas as quais são orientadas por docentes do curso de Química e professores das escolas participantes.

Atualmente o campus mantém parceria com 08(oito) escolas públicas estaduais e municipais, (05) cinco coordenadores locais e 79 (setenta e nove) estudantes bolsistas envolvidos.

Assim, o desenvolvimento dessa ação representa a materialização de um dos propósitos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que é promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação

superior, além de possibilitar a troca do saber entre a instituição educacional e a sociedade.

8. AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Autoavaliação institucional constitui-se como uma estratégia de gestão imprescindível à construção do planejamento e organização do espaço educacional. Os dados por ela fornecidos possibilitam diagnosticar os problemas apresentados pela instituição e traçar novas estratégias para que os objetivos sejam alcançados. Tal posicionamento é referendado por Luck, quando diz: *“Numa perspectiva transformada, a avaliação institucional não servirá somente para constatação da realidade, mas contribuirá para o desenvolvimento do desempenho da gestão e de todos que trabalham na escola.”* (Lück, 2012). Identica-se, através deste processo, a qualidade da educação que está sendo ofertada pela instituição.

Trata-se de um instrumento peculiar da gestão democrática e participativa, haja vista que seu processo de realização pressupõe a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, seja na forma direta ou representativa.

Nessa direção, a avaliação institucional deve ser compreendida como uma construção coletiva, devendo esta estar centrada nos fins, objetivos e princípios da instituição atendendo sua globalidade e totalidade, pois somente assim ela será caracterizada como estratégia que possibilita a real qualidade, melhoria e transformação do espaço educacional.

A avaliação institucional tem seu embasamento legal na Constituição Federal de 1988, quando sinaliza em seu Art. 206, inciso VII que um dos princípios a ser considerado na oferta do ensino é a garantia de padrão de qualidade e na LDB nº 9.394/ 96 que trouxe importantes transformações para a estruturação da educação nacional, dando ênfase aos processos de avaliação como instrumento importante para a melhoria da qualidade do ensino.

A LDB, em seus artigos 9º e 46, trata da Avaliação institucional, com destaque

para a educação superior, para a qual a avaliação se torna uma exigência legal. Em seu Art. 9º inciso VI explicita a responsabilidade da União em *"assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino"*. No inciso IX, atribui à União, a incumbência de: "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino".

É importante destacar que na Educação Superior a avaliação institucional é normatizada pela Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e regulamentada pela Portaria n.º 2.051, de 09 de julho de 2004, segundo a qual o processo de Avaliação deve ser realizado sob a coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), em duas modalidades: Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional; e Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Inep, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

8.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) DO CAMPUS

A Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004 preconiza em seu Art. 11 que "Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) se fundamenta na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da

sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Sob a orientação de regimento próprio, aprovado ad referendum através da Resolução nº 14, de 12/06/2015 do Conselho Superior, a CPA do IF Baiano constitui-se um órgão colegiado, de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos das áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e atende ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição quanto aos níveis e modalidades de ensino. Tem atuação autônoma e amparo legal em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição, de modo que a atividade da CPA consiste em autoavaliar, através dos eixos representativos do SINAES (Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura), e diagnosticar, com o peso da anuência dos segmentos da instituição, os possíveis pontos fracos, medianos e fortes que a constitui, e, a partir de então apresentar proposições de medidas/ ações que melhorem a qualidade da estrutura física e do processo de ensino e aprendizagem, objeto fim da instituição educacional.

A Comissão atua, no âmbito institucional, em consonância com os seguintes princípios:

I - diversificação de procedimentos e instrumentos para coleta e análise de dados institucionais;

II - análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social e das atividades e finalidades de seus órgãos;

III - respeito à identidade e à diversidade da comunidade interna e dos órgãos institucionais;

IV - participação do corpo docente, técnico-administrativo, discente e da sociedade civil organizada no processo avaliativo.

Conforme o Art. 5º do Regimento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, a CPA é constituída por Campus, com representantes dos segmentos da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes) e da sociedade civil organizada, designada por ato do (a)

Diretor (a) Geral.

Nesse sentido, o *campus* Guanambi, na condição de ofertante de cursos da Educação Básica e Superior, dispõe de uma CPA, implantada no campus no ano 2015, cuja responsabilidade é conduzir o processo interno de autoavaliação sistematizá-lo em um relatório parcial (do *campus*) e encaminhá-lo para realização de relatório final pela Comissão Central, no âmbito do IF Baiano, que é encaminhando posteriormente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), observadas as orientações gerais indicadas pelo SINAES.

8.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – CAMPUS GUANAMBI

A avaliação e revisão constitui etapa imprescindível ao processo de execução do Projeto Político Pedagógico, é através dela que se estabelece as relações entre o que é planejado no documento e o que efetivamente está sendo realizado na prática, identificando, sobretudo, as intercorrências que tenham ocorrido neste percurso. Assim, é importante que este acompanhamento aconteça de forma sistemática ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto para que se possa verificar quais os objetivos foram atingidos, quais as metas não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento. Enfim, se o planejamento está adequado de fato às necessidades da instituição. Além disso, é o processo de avaliação que confere dinamicidade ao Projeto Pedagógico. Torna possível que sua elaboração não se restrinja apenas a uma exigência burocrática, um documento guardado na gaveta.

Do mesmo modo que o processo de elaboração o processo de acompanhamento e avaliação do PPP deve ser eminentemente participativo, com etapas definidas de modo que culmine com o redimensionamento das políticas, das diretrizes e das ações propostas pela instituição. Assim, é importante garantir a participação da coletividade da escola – docentes, discentes, técnicos-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil, para que juntos, continuem se sentindo responsáveis pela construção da caminhada que é constituída de acertos, erros, avanços e retrocessos.

Cabe destacar que o processo de avaliação deve ser realizado sob duas dimensões: processual e global. A primeira se refere aos aspectos do Projeto que necessitam de revisão a curto prazo, que sofrem modificações constantes, como por exemplo, o diagnóstico da instituição e a Programação (plano de ações). Esta avaliação deve ocorrer anualmente, de forma intercalada com a avaliação global, ou mesmo antes desse período, se a comunidade escolar sentir a necessidade. A segunda se refere ao Marco Referencial do Projeto – princípios, concepções e diretrizes. Vasconcelos (2002) indica um prazo médio de 3 a 4 anos para revisão/atualização dessa dimensão, entretanto, considerando o prazo de revisão dos documentos norteadores do Instituto, esta avaliação deve ocorrer a cada 05 anos, tendo por base, sobretudo, as reformulações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI).

QUADRO 17 - SISTEMATIZAÇÃO DAS DIMENSÕES DO PROCESSO AVALIATIVO DO CAMPUS GUANAMBI

AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	Processo Avaliativo	Periodicidade	Metodologia	Responsável	Resultado Esperado
	Avaliação processual do PPP	Anual intercalada a avaliação global	e com reuniões espaço coletivo de discussões, envolvendo todos segmentos da Comunidade Acadêmica	Realização de Comissão designada pela Direção Geral em articulação com a Diretoria Acadêmica	Revisão do diagnóstico em instituição e redimensionamento dos Planos de Ação.
Avaliação Global do PPP	Quinquenal, em conjunto com a avaliação do PDI	Realização de reuniões espaço coletivo de discussões deliberativas (seminários, ciclos de debates), envolvendo todos segmentos da Comunidade Acadêmica	de Comissão designada pela Direção Geral em articulação com a Diretoria Acadêmica	Revisão da dimensão Filosófica do PPP (Políticas, Diretrizes...), com reafirmação ou redimensionamento.	

Desse modo, para implementação do processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico, devem ser planejadas e realizadas reuniões, como espaços coletivos de análises, discussões e tomadas de decisões.

O resultado esperado dessas avaliações é a elaboração de um relatório contendo a sistematização do processo, e de um plano de ação, com a reafirmação ou com o indicativo de redimensionamento das políticas, das diretrizes e das ações institucionais, tendo em vista a construção de um processo educativo coerente com as filosofias defendidas no Projeto Político Pedagógico e com as intencionalidades da escola.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 8.112/90**, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.892/08**, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.091/05**, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília, 2005.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 12.677/12**, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. Brasília, 2012.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 12.772/12**, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, 2012.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 10.861/04**, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 10.639/03**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.645/08**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 10.741/03**, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.947/09**, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, Brasília, 1999.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 9.795/99**, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, Brasília, 1999.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 9.503/97** que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

Decreto Nº 7.039/09, que promulga o Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa. Brasília, 2009.

Decreto Nº 5.707/06, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2006.

Decreto Nº 5.825/06, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, 2006.

Decreto Nº 5.824/06, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, 2006.

Decreto Nº 5.154/04, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

Decreto Nº 5.622/05, que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2005.

Decreto Nº 7.589/2011, que institui a Rede e-tec Brasil. Brasília, 2011

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2/12**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 6/12**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 436/2001**, que trata dos Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos. Brasília, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº 29/2002**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 16/1999**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Brasília, 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 15/2005**. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo. Brasília, 2005.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº 28/2001**, dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação** Lei nº. 13.005/14. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.051/2004**, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da educação. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos Ministério da Educação/Institutos Federais**. Brasília, 2010.

BAHIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão Produtivo – PTDRS**, 1ª ed. Bahia, 2010. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio142.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Resolução nº 02 – Conselho Superior, 05 de fevereiro de 2015. Salvador: Reitoria, 2015.

_____. **Organização Didática da Educação Superior**. Resolução nº 18 – Conselho Superior, 31 de outubro de 2012.

_____. **Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano**. Resolução nº 05 – Conselho Superior, 29 de março de 2011.

_____. **Regimento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. Resolução Nº 14 - Conselho Superior, 12 de junho de 2015.

_____. **Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional do Instituto Federal Baiano**. Resolução nº 22/2014 - Conselho Superior, de 31 de outubro de 2014.

ARAUJO, Adilson César. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. 2000. 220 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BARRETO, Ranieri Muricy, org. **BAHIA 2000-2013. Estudos Estados Brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BELLONI, Isaura. **Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação**. Disponível em: <
<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6711/5418>> Acesso em: 19 de abril de 2016.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Resinificando a avaliação escolar**. In: _____. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FAZENDA, I. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1992.

FERREIRA, Aurélio. B. H.; **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª.ed. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 42º edição 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer (revisão da tradução de Enio Paulo Giachini). 7. ed. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção pensamento humano).

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1999.

GOERGEN, Pedro. Formação humana e sociedades plurais. **Revista Espaço Pedagógico**. v. 21, n. 1, Passo Fundo, p. 23-40, jan./jun. 2014 | Disponível em <www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso em: 04 de maio 2016.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília : Universidade de Brasília, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (I) Col. Pensamento Humano. [Trad. Márcia de Sá Cavalcanti]. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação formativa ou avaliação mediadora?** Disponível em:<http://didaticageraluece.blogspot.com.br/2011/10/texto-09-avaliacao-formativa-ou.html>>Acesso em: 09 de março de 2016.

_____. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 1995.

_____. **Avaliação Mito & Desafio: uma perspectiva construtivista**. 6. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1992.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. – São Paulo: Cortez, 2011.

LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Rio de Janeiro: ed. Vozes. 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: Campo, Conceito e Pesquisa**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Etnopesquisa Crítica, Etonopesquisa-formação**. 2ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

_____. **Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercrítica**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MENDES, Elzir Ivo Fernandes...[et al]. **Memorial: Experiências, reflexões e esperanças: um recorte histórico da educação municipal de Guanambi**. Guanambi, 2008.(Sem publicação).

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana/ Ed. Moderna, 2011.

PATRÃO, Carla Nogueira. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília, 2009.

PENA, Mônica Diniz C. **Acompanhamento de Egressos no Âmbito Educacional Brasileiro: análise da situação profissional de diplomados nos cursos de engenharia industrial - Engenharia - Elétrica e Mecânica – do CEFET/MG, no período de 1988 a 1994**. 200. 157p. Dissertação (Mestrado) – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2000

PENA. **Escola-aluno-empresa: uma experiência em processo no CEFET/MG. Educação e Tecnologia**: periódico técnico -científico dos Programas de pós-Graduação em Tecnologia dos CEFET's – PR/MG/RJ, Curitiba: CEFET/PR, n.2, p.127-135, ago. 1998.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO; Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.).

Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e Ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. 3ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOMÉ, J. **Globalização e Interdisciplinaridade:** *o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação:** *Fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo. v. 12. n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. (Org.). Campinas/SP: Papirus. 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.** In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ANEXOS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS DE GUANAMBI

PLANO DE AÇÃO - 2016

Objetivo Estratégico:		1. CONSOLIDAR OS CURSOS OFERTADOS	
Indicadores		Meta 2015	
Índice de Eficiência Acadêmica		55%	
Índice de Retenção do Fluxo Escolar		18%	
Relação Concluintes x vaga ofertada		50%	
Índice de Satisfação dos alunos em relação à Instituição		41%	
Índice de Evasão		21%	
Ação		Setor responsável	
Implantação de Projeto de Nivelamento e Acompanhamento dos estudantes dos cursos da Educação Profissional de Nível Médio e da Educação Superior, envolvendo estagiários e monitores.		Coordenação de Ensino, Assessoria Pedagógica e Coordenações de Cursos	
Atuações de monitores no projeto de nivelamento e reforço escolar conforme Edital Nº10/2014 e seleção de estagiários para atuação no projeto de nivelamento conforme Edital específico.		Coordenação de Ensino, Assessoria Pedagógica, Coordenações de Cursos.	
Desenvolvimento de projetos multidisciplinares para atuarem na melhoria da qualidade de vida do aluno em relação ao ensino-aprendizagem.		NAPEAPEE	
Identificação dos alunos que apresentam mais dificuldades por área do conhecimento		Corpo Docente, Coordenações de Curso, Assessoria Pedagógica.	
Implantação do programa de tutoria acadêmica para os estudantes dos cursos da Educação Profissional de Nível Médio e da Educação Superior.		Corpo Docente.	
Objetivo Estratégico:		2. FORTALECER E AMPLIAR AS AÇÕES DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	

Indicadores		Meta 2015
Nº de projetos de Pesquisa por Campus		6
Percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa		10
Percentual de alunos participando de iniciação científica/pesquisa		1
Nº total de projetos de pesquisa realizados		58
Nº de produções científicas publicadas		92
Nº de inovações tecnológicas patentes		0
Nº de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu		1
Nº de Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i>		1
Ação	Setor responsável	
Criação espaço para integralização do grupo de pesquisa do campus Guanambi	Coordenação de Pesquisa	
Promover integração de membros de Grupos de Pesquisa em Projetos interdisciplinares	Coordenação de Pesquisa	
Incentivo à participação em grupos de pesquisa e criação de novos grupos de pesquisa	Coordenação de Pesquisa	
Aquisição de equipamentos necessários ao trabalho de pesquisa	Coordenação de Pesquisa	
Incentivo à submissão de projetos de infraestrutura de laboratórios em editais de agências de fomento externo	Coordenação de Pesquisa	
Realização de Seminários e Dia-de-Campo	Coordenação de Pesquisa	
Realização do FORBATEC E DO FORLIC	Coordenação de Pesquisa	
Realização da Semana Acadêmica	Coordenação de Pesquisa	
Incentivo à participação de editais externos de auxílio à participação em eventos	Coordenação de Pesquisa	
Criação de Fórum de discussão sobre Problemas Agrícolas no Perímetro Irrigado de Ceraíma	Coordenação de Pesquisa	
Criação de grupos de pesquisa intercampi e interinstitucional	Coordenação de Pesquisa	
Incentivo à participação em editais da Externos para apoio à publicação científica	Coordenação de Pesquisa	
Apoio aos discentes para participação em eventos técnicos Científicos	Coordenação de Pesquisa	
Objetivo Estratégico:	3. FORTALECER E AMPLIAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO	
Indicadores		Meta 2015
Nº de projetos de Extensão por Campus		4

Percentual do corpo docente participando de projetos de Extensão		9,4
Percentual de alunos participando de iniciação científica/extensão		6,3
Nº de projetos de extensão		42
Nº de trabalhos apresentados		69
Ação		Setor responsável
Métodos de conservação e produção de alimentos orgânicos		Coordenação de Extensão
Prática interdisciplinar de prática esportiva e de lazer		Coordenação de Extensão
Projeto de inclusão digital da comunidade guanambiense		Coordenação de Extensão
Experimentos de química para estudantes do ensino fundamental do núcleo e vila de ceraíma		Coordenação de Extensão
Manejo e controle de pragas e uso correto de epis, equipamento de proteção individual		Coordenação de Extensão
Objetivo Estratégico:	4. EXPANDIR A OFERTA DE CURSOS E VAGAS EPT	
Indicadores		Meta 2015
Índice de aumento da relação ingressos/alunos		8%
Percentual de aumento do número de vagas ofertadas		14%
Percentual de alunos matriculados no EPT-NM por Campus		35
Percentual de alunos matriculados no PROEJA por Campus		2
Percentual de alunos matriculados nas LICENCIATURAS por Campus		4
Ação		Setor responsável
Estudo de Demanda a fim de verificar a viabilidade em ofertar no Campus um Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.		DA, CE e Comissão Designada
Criação de grupo de trabalho e reabrir a discussão sobre a modalidade, PPC e público alvo do PROEJA no Campus Guanambi		DA, CE e Coordenação do PROEJA
Realização de Estudo de Demanda a fim de verificar a viabilidade em ofertar no Campus mais um Curso de Licenciatura.		DA, CE e Comissão Designada
Fazer levantamento sobre as potencialidades socioeconômicas do município e da região circunvizinha com base em pesquisas públicas e publicações oficiais		Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos

Realizar um estudo comparativo entre os cursos técnicos oferecidos identificando a existência ou não de verticalização entre eles	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos
Realizar uma análise dos cursos técnicos ofertados verificando a integração com os arranjos produtivos locais.	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos
Definir critérios orientadores para criação dos cursos técnicos.	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos
Objetivo Estratégico:	5. CONSOLIDAR A IDENTIDADE E IMAGEM INSTITUCIONAL
Indicadores	Meta 2015
Relação candidato/vaga	6
Percentual de aumento de candidatos no processo seletivo em relação ao ano anterior	30%
Número de eventos relacionado a gestão democrática	5
Número de conselhor gestores implantados e em funcionamento	0
Criação de rádios dos campi em todos os campi até 2019	0
Número de ocorrências de divulgação institucional	28
Número de eventos de avaliação das políticas institucionais	7
Ação	Setor responsável
Implementação de melhorias da comunicação entre os setores, através do fortalecimento das ações do núcleo de comunicação e eventos do campus.	DG
Divulgação dos cursos ofertados no Campus através da realização de palestras nas escolas da região, na imprensa falada e escrita e nas redes sociais	DG
Realização de parcerias com as escolas de Guanambi e região para que os alunos, principalmente do Ensino Fundamental II visitem e conheçam o nosso Campus.	DG / Comunicação e Eventos
Realização de parcerias com as escolas de Guanambi e região para que os alunos, principalmente do Ensino Fundamental II visitem e conheçam o nosso Campus.	DG/Gabinete
Interação com os grupos de servidores e alunos nas redes sociais	DG
Criação do Conselho Administrativo do Campus	DG
Promoção de diálogo com a comunidade acadêmica a fim de consolidar as decisões tomadas pela gestão	DG
Realização de reuniões periódicas de avaliação das ações	DG
Divulgação do Boletim de Serviço Interno conforme Organograma do Campus	DG

Objetivo Estratégico:	6. CONSOLIDAR E AMPLIAR AS POLÍTICAS INCLUSIVAS E AFIRMATIVAS	
	Indicadores	Meta 2015
	Índice de acessibilidade	-
	Percentual de estudantes com necessidades educacionais específicas atendidas	77%
	Número de ações desenvolvidas em prol do melhor atendimento dos estudantes com deficiência	8
	Número de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas com comunidades tradicionais e minorias	5
	Ação	Setor responsável
	Aquisição de óculos para os discentes que possuem dificuldades para enxergar	CAE
	Efetivação de palestras que retratam as temáticas inclusão e diversidade	CAE
	Realização de Visitas às comunidades Quilombolas da Região de Guanambi, discutir parcerias e ver as possibilidades da realização de estudos.	NEABI
	Realização de Workshop – Consciência Negra e Indígena: Debate acerca da realidade do indivíduo afro-brasileiro e indígena no séc. XXI.	NEABI, Coordenação de Ensino, Coordenação de Extensão e Coordenação de Pesquisa
	Realização de uma Gincana com a Temática: Herança Africana, Indígena e Cigana nos dias atuais.	NEABI, CAE e Coordenação de Extensão
	Promoção de momentos de sensibilização juntos aos alunos de diversos cursos visando estabelecer maior vínculo com os alunos NEABI	NEABI
	Desenvolvimento de ações pedagógicas que visem a inclusão dos estudantes afro-brasileiros.	NEABI e Coordenação de Ensino
	Incentivo à participação em eventos de diversidade e inclusão afro-brasileiros e indígenas	NEABI
	Estruturação física do espaço NEABI	NEABI e Direção Geral
Objetivo Estratégico:	7. PROMOVER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
	Indicadores	Meta 2015
	Número de editais em conjunto	16
	Número de projetos/programas articulados	18
	Número de seminários/feiras/congressos articulados	19
	Ação	Setor responsável
	Organizar eventos em sábados letivos para apresentação de resultados obtidos em projetos de pesquisa e extensão	Coordenação de Ensino, Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Extensão

Elaboração dos Projetos visando a integração entre as áreas do conhecimento de cada curso	Coordenação de Ensino e Coordenações de Curso da EPTNM e docentes
Realização de reunião com os docentes a fim de deliberar temas norteadores dos projetos	Coordenação de Ensino e Coordenações de Curso da EPTNM e docentes
Definição das atividades a serem executadas e dos recursos que serão utilizados	XXX/XXXCoordenação de Curso da EPTNM, Equipe Pedagógica e Corpo Docente
Definição de uma atividade de culminância do projeto a ser desenvolvida em um sábado letivo	Coordenação de Ensino, Corpo Docente e Coordenação de Curso da EPTNM
Operacionalização dos Projetos Integradores	Corpo Docente e Equipe Pedagógica
Seleção de estagiários e monitores para atuação no projeto de nivelamento conforme Edital específico	Coordenação de Ensino, Comissão Designada e Docentes
Realização de encontros para palejamentos coletivos (Jornadas Pedagógicas, reuniões de colegiados, Conselhos de Classe)	Coordenação de Ensino, Coordenação de Cursos e NAPEAPEE
Acompanhamento do planejamento do professor através do Plano de Ensino em consonância com o diário de classes durante todo o período letivo	Coordenação de Ensino e NAPEAPEE
Objetivo Estratégico:	8. PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS, ITINERÁRIOS FORMATIVOS E INSERÇÃO SOCIOPROFISSIONAL
Indicadores	Meta 2015
Índice de Egressos empregados na área de formação ou em áreas correlatas	13
Índice de egressos que ingressaram novamente na instituição	5
Índice de satisfação dos egressos	23
Percentual de alunos FIC para técnico	3
Percentual de alunos do nível técnico para nível superior	8
Percentual de alunos do nível superior para pós-graduação	3
Ação	Setor responsável
Realização de encontros, internos e/ou externos, com as empresas parceiras visando uma relação mais próxima e maior empregabilidade dos egressos	Direção Geral e Núcleo de Relações Institucionais
Realização de encontro "alunos concluintes e egressos" objetivando maior estímulo na profissão escolhida;	Direção Acadêmica e Núcleo de Relações Institucionais Direção Acadêmica e Núcleo de Relações Institucionais

Realização de um ciclo de Palestras sobre a importância, perspectivas e possibilidades de cada profissão dos cursos de graduação ofertados pela instituição.	Direção Acadêmica e Núcleo de Relações Institucionais
Realização de seminários temáticos envolvendo as diferentes áreas ofertadas no campus (Agropecuária, Agroindústria e Informática) utilizando os sábados letivos	DA; CE; Coordenadores de cursos; NAPEAPEE
Realização da Aula da Saudade envolvendo todos os egressos dos cursos ofertados pelo Campus.	CE - NAPEAPEE - NRI
Objetivo Estratégico:	9. ADOPTAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO
Indicadores	Meta 2015
Índice de atingimento das metas propostas	-
Índice de Satisfação dos Públicos estratégicos (discnetes, servidores e comunidade externa)	-
Ação	Setor responsável
Solicitação mensal, dos setores competentes, a elaboração de relatórios sobre o andamento das ações que constam no planejamento estratégico	DG, DA e DADM
Criação de comissão para acompanhamento do planejamento estratégico e implementação do plano de ação do campus	DG
Realização de reuniões bimestralmente com a equipe gestora para monitorar a implementação do PAA	DG
Realização de reuniões entre as direções, promovendo análise constante das metas estabelecidas e priorizando a execução das mais relevantes	DG, DA e DADM
Disponibilização de informações sobre as ações ao final de cada mês, por meio de relatórios divulgados no boletim de serviços internos.	DG, DA e DADM
Objetivo Estratégico:	10. FORTALECER E AMPLIAR AS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Indicadores	Meta 2015
Número de parcerias internacionais	1
Número de servidores enviados ao exterior	9
Número de alunos enviados ao exterior	30
Número de vagas ofertadas em cursos de idiomas	280
Ação	Setor responsável
Elaboração de Projeto para criação do Centro de idiomas para viabilizar o aprendizado e a fluência de línguas estrangeiras.	Diretoria Geral / Diretoria Acadêmica
Objetivo Estratégico:	12. FORTALECER E AMPLIAR AS PARCERIAS

Indicadores		Meta 2015
Número de Parcerias		
Cadastro de possíveis parceiros		
Ação	Setor responsável	
Estabelecer Contato com as empresas concedentes para ampliação dos espaços e tempos de estágio.	NRI	
Estreitar as relações entre campus-comunidade	NRI/DA	
Criar sistema interno de cadastro de parceiros.	NRI/NGTI	
Ampliar o número de parceiros.	NRI/DA	
Elaboração de Folders e panfletos informativos sobre as Relações Intitucionais, em especial no âmbito do estágio.	NRI	
Objetivo Estratégico: 13. CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA		
Indicadores		Meta 2015
Índice de oferta de vagas em relação às vagas presenciais ofertadas		
índice de Retenção		20
Índice de Evasão		15
Percentual de ocupação (aluno/vagas ofertadas)		49
Ação	Setor responsável	
Continuação para o II Módulo ou Reimplantação do I Módulo dos Cursos de Inglês e Espanhol pela Rede E-Tec Brasil e IFBaiano.	Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi	
Estudo de Demanda para Implantação dos Cursos do Programa Profuncionario e Ifbaiano no Polo Guanambi.	Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi	
Implantação do Curso Técnico em Alimentação Escolar pelo Programa Profuncionario	Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi	
Implantação do Curso Técnico em Multimeios Didáticos pelo Programa Profuncionario em Parceria com o Ifbaiano	Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi	
Visita ao Polo - Ibipitanga para assuntos de Implantação de Laboratórios e Novas Turmas	Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi	
Objetivo Estratégico:	14. Aprimorar e ampliar as políticas de qualificação e capacitação de servidores	
Indicadores		Meta 2015
Índice de execução orçamentária para capacitação		82%
Índice de titulação do corpo docente		4
Percentagem de técnicos administrativos capacitados		46%
Percentagem de docentes capacitados		36%
Ação	Setor responsável	
Buscar parcerias para implantação de mestrado junto à Instituições de Ensino da Região de Guanambi, para qualificação dos servidores deste Campus	NAGP	

Capacitação de Servidores	NAGP
Capacitação de Servidores técnicos administrativos financeiro	DAP
Objetivo Estratégico:	15. Gerar e disponibilizar dados, informações e conhecimento
Indicadores	Meta 2015
Índice de processos administrativos e acadêmicos informatizados	24%
Ação	Setor responsável
Implantação do sistema de Registros acadêmicos	NGTI/Secretária de Atendimento ao Aluno
Capacitação da equipe de TI	Diretoria Adm/ NGTI
Atualizar Tecnologias utilizadas para ampliar capacidade de armazenamento e acesso a dados e arquivos	NGTI
Objetivo Estratégico:	16. Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho
Indicadores	Meta 2015
Índice de Satisfação dos servidores	-
Índice de exame periódico regularizado	-
Índice de absenteísmo	-
Ação	Setor responsável
Realização de um evento comemorativo ao dia da mulher.	Direção Geral, Diretoria Acadêmica e Diretoria administrativa
Realização de Evento Comemorativo ao dia do servidor.	Direção Geral, Diretoria Acadêmica e Deiratoria administrativa
Realização de Torneio esportivo entre os servidores (confraternização de fim de ano)	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Assitência Estudantil e SELC
Promoção da semana da saúde e segurança do servidor	Direção Geral, Diretoria Acadêmica e Deiratoria administrativa
Objetivo Estratégico:	17. GARANTIR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA
Indicadores	Meta 2015
Percentual de cumprimento das metas do Plano Diretor de Infraestrutura	-
Percentual de cumprimento das metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	-

Índice de Satisfação dos servidores e discentes		54%
Percentual de informatização do acervo da biblioteca		-
Número de livros adquiridos por curso		-
Ação	Setor responsável	
Atender despesas com contrato de mão de obra terceirizada de limpeza e apoio administrativo.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de mão de obra terceirizada de segurança.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de gerenciamento de combustível.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato com correios.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de telefonia fixa.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de abastecimento de água.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de fornecimento de luz.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de gerenciamento de frota.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de cessão de impressoras.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato da empresa brasileira de comunicação.	Diretoria administrativa e financeira	
Atender despesas com contrato de seguro de alunos.	Diretoria administrativa e financeira	
Objetivo Estratégico:	18. APERFEIÇOAR O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	
Indicadores		Meta 2015
Índice de cumprimento das metas previstas associadas ao orçamento		75%
Percentual de ações previstas no plano de ação com alocação orçamentária		75%
Ação	Setor responsável	
Realização de reuniões entre as direções, promovendo análise constante das metas estabelecidas e priorizando a execução das mais relevantes	DG,DADM,DA	
Objetivo Estratégico:	19. GARANTIR A QUALIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Indicadores		Meta 2015
Gastos correntes por aluno/ano		-

Percentual de gastos com outros custeios (exclusive beneficios)	81%
Percentual de gastos com investimento (em relação aos gastos totais)	19%
Índice de Restos a pagar	36%
Ação	Setor responsável
Análise de cada pedido de compras solicitados aos setores a fim de evitar o gasto desnecessários com itens que por exemplo tenha em estoque na escola.	DA,DG, DADM
Reunião Mensal para planejamento e prestação de contas dos gastos	DA,DG, DADM
Divulgação mensal da execução orçamentaria referente ao ano de 2016	DA,DG, DADM